

Democracia Socialista

Nesta edição

150 anos de
O Capital
Gênero em
O Capital
feminismo
juventude
luta pela cultura
democracia
movimentos sociais
neoliberal golpe
contrarrevolução

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, OUTUBRO DE 2017

Revista Democracia Socialista é uma publicação da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores

 Esta revista está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

Editores

Joaquim Soriano e Gustavo Codas

Coordenação editorial

Marisa S. Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise

Claudio Puty

Elmano Freitas

João Gabriel

Juarez Guimarães

Marilane Teixeira

Nalu Faria

Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Gráfica

Pigma Gráfica Editora

Tiragem

2.000 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Coordenação Nacional da DS

Álvaro Alencar

Anderson Campos

Andrea Butto

Arlete Sampaio

Balbina Rodrigues

Bernardo Cotrim

Beto Bastos

Birá

Bismarque

Carlos H. Árabe

Carlos Pestana

Chris Rondon

Cícero Lourenço

Cirilo Mota

Clarissa Cunha

Claudio Puty

Clédisson Junior

Dandara Tonantzin

Daniel Gaio

Elaine Cristina

Eleonora da Silva

Eliane Silveira

Eneida Nascimento

Estevão Cruz

Eulália Nascimento

Everaldo Fernandez

Fabiola Paulino

Gabriel Magno

Gabriel Medina

Gerusa Bittencourt

Gilberto Neves

Gino César

Girlene Lázaro

Gustavo Codas

Henrique Pulga

Iris de Carvalho

Isabelle Azevedo

Isolda Dantas

Joaquim Soriano

Josete Dubiaski

Juarez Guimarães

Karol Cavalcante

Lays Gonçalves

Lea Marques

Lucio Costa

Luizianne Lins

Marcelo Fragozo

Margarida Salomão

Marisa Mello

Marlei Fernandes

Mauro Rezende

Miguel Rossetto,

Arno Augustin

Mirelly Cardoso

Nalu Faria

Natanael Coutinho

Pepe Vargas

Quêner Chaves

Rafael Freire

Raimunda Lucineide

Raimundo Ângelo

Raul Pont

Ricardo Ramos

Rosana Sousa

Rosane Silva

Samira Sanches

Shirlei Nascimento

Sofia Cavedon

Tatau Godinho

Taumaturgo Lima

Ticiania Studart

Revista Democracia Socialista

São Paulo, Associação Caetés,

Número 6, Outubro de 2017

ISSN 2317-577X

SUMÁRIO

5

XII CONFERÊNCIA NACIONAL DA DEMOCRACIA SOCIALISTA
ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO
COORDENAÇÃO NACIONAL DA DS

INTERNACIONALISMO

63

LÊNIN EM 2017
INTRODUÇÃO AO TEXTO LÊNIN EM 1905
CARLOS HENRIQUE ÁRABE

65

LÊNIN EM 1905: UMA REVOLUÇÃO
QUE ABALOU UMA DOCTRINA
MARCEL LIEBMAN

85

INTRODUÇÃO ÀS NOTAS SOBRE GÊNERO EM O CAPITAL
NALU FARIA

87

NOTAS SOBRE GÊNERO EM O CAPITAL DE MARX
SILVIA FEDERICI

113

CHE GUEVARA: UM REVOLUCIONÁRIO ATUAL
GUSTAVO CODAS E LÚCIO DA COSTA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

129

A INICIATIVA “UM CINTURÃO, UMA ROTA” E OS ENIGMAS
DA EXPANSÃO ECONÔMICO-MILITAR DA CHINA
CLAUDIO PUTY

POESIA

152

MULHER
ALESSANDRA TERRIBILI

APRESENTAÇÃO

De 1º a 3 de dezembro deste ano acontecerá a XII Conferência Nacional da Democracia Socialista. A militância da Democracia Socialista está convocada a participar de um processo de debates cuja importância é similar ao evento que quase quatro décadas atrás, em 1979, deu origem à nossa corrente. Naquele ano, a DS foi fundada por jovens militantes testados nas lutas políticas e antiditatoriais, equipados com um conjunto de definições estratégicas, ideológicas e organizativas que nos impulsionaram no período político que estava aberto a participar protagonicamente na fundação e construção do Partido dos Trabalhadores e suas conquistas.

Em 2016, essa construção histórica iniciada há quase quarenta anos sofreu uma derrota estratégica com o golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma, encerrando o período de governos petistas, iniciado em 2003. Quais foram os erros e impasses que abriram caminho para esse resultado? Quais as lições aprendidas nessa longa jornada? Como será

possível vencer os impasses e crises para relançar uma nova fornada de lutas e conquistas políticas e sociais? São questões desse vulto histórico que desafiam à militância da DS agora.

Publicamos o **Anteprojeto de resolução elaborado pela Coordenação Nacional da DS**, que é a base para os debates estaduais que antecedem a Conferência Nacional, e que será ainda emendado com contribuições, para termos uma ferramenta consensual para agir no próximo período. Como se verá, estamos confiantes na capacidade que a militância da DS tem para renovar o debate estratégico, ideológico e organizativo de forma a que um renovado PT seja a ferramenta para a revolução democrática com uma perspectiva socialista no Brasil.

Em 7 de novembro deste ano, comemoram-se 100 anos da tomada revolucionária do poder pelos soviets na Rússia. Essa revolução só foi possível porque duas trajetórias teórico-políticas se uniram para realizá-la, a do Lenin e a do Trotsky. Com uma apresentação de Carlos Henrique Arabe, publicamos o texto **Lênin em 1905: uma revolução que abalou uma doutrina**, de Marcel Liebman, que trabalha justamente a trajetória da elaboração do principal dirigente dessa revolução.

A primeira edição de *O capital*, de Karl Marx, foi publicada na Alemanha em setembro de 1867. Livro fundamental e atual para a crítica revolucionária do capitalismo, devemos lê-lo como uma obra aberta, em diálogo com os avanços das críticas teóricas a todas as formas de opressão e exploração. Para estimular essas novas leituras, publicamos **Notas sobre gênero em O capital de Marx**, da feminista italiana Silvia Federici, com apresentação da Nalu Faria.

Há cinquenta anos, em 9 de outubro de 1967, era assassinado na Bolívia Ernesto Che Guevara. No artigo **Che Guevara: um revolucionário atual**, Gustavo Cotas e Lúcio da Costa explicam por que o Che continua a ser uma fonte de inspiração política e teórica para os marxistas revolucionários no século XXI.

O artigo A iniciativa “*Um cinturão, uma rota*” e os enigmas da expansão econômico-militar da China, de Claudio Puty, faz um levantamento das principais iniciativas em curso em matéria econômica e geopolítica naquele país. A China cada vez mais se consolida como um segundo polo na disputa pela hegemonia econômica com o imperialismo dos EUA, com reflexos inclusive na nossa região. O artigo é uma primeira aproximação para a compreensão da formação social econômica singular da China no cenário atual. Outros esforços analíticos lhe seguirão.

Fechamos este número da revista com um poema da Alessandra Terribili chamado *Mulher* e escrito no 8 de março de 2013 para as mulheres trabalhadoras rurais.

XII CONFERÊNCIA NACIONAL SÃO PAULO, DE 01 A 03 DE DEZEMBRO

ABERTURA DO DEBATE

Seguem três projetos de resolução para serem debatidos por toda a militância até a XII Conferência Nacional da Democracia Socialista a ser realizada nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2017 na cidade de São Paulo.

O projeto de resolução 1: “Construir o caminho da vitória do PT e da esquerda brasileira sobre a contra-revolução neoliberal” busca uma compreensão geral dos acontecimentos e das tarefas para o período.

O projeto de resolução 2: “Novo período histórico e a questão do partido” alinhava um roteiro para este tema de fundamental importância para a atualização de uma perspectiva revolucionária democrática e socialista.

O projeto de resolução 3: “Pontos para um programa de transição” pretende contribuir para que o Partido discuta e assuma uma identidade programática que nos arme para novos desafios.

Esperamos que os debates que seguem sejam úteis e proveitosos para que as resoluções da 12ª Conferência – ao final deste processo amplo, democrático e fraterno – superem as insuficiências e lacunas que estes textos iniciais contenham.

Coordenação Nacional, outubro de 2017

CONSTRUIR O CAMINHO DA VITÓRIA DO PT E DA ESQUERDA BRASILEIRA SOBRE A CONTRA-REVOLUÇÃO NEOLIBERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO 1

APRESENTAÇÃO

Este documento, apoiando-se na elaboração coletiva do PT e de outros setores da esquerda brasileira e internacional, procura apresentar pela primeira vez um caminho histórico, possível e coerente para derrotar a contra-revolução neoliberal no Brasil. Ele se nutre dos motivos, valores e sentimentos mais profundos da luta de resistência. E busca apresentar, a partir da identidade socialista e democrática, as razões para a nossa esperança: é possível e necessário começar já a construir o caminho para vencer os golpistas!

Este documento em debate aberto na Tendência Democracia Socialista, fundadora e corrente histórica da esquerda do PT, dialoga em primeiro com as importantes conquistas e limites do 6º Congresso do PT, recém realizado. Além de renovar e criar um quadro mais legítimo de direção nacional, mais aberto ao diálogo com as forças de esquerda, o 6º

Congresso Nacional do PT avançou resoluções políticas que iniciam elementos importantes de uma avaliação autocrítica, formulam análises classistas do golpe em curso, demarcam nitidamente o campo de oposição e resistência do partido, criticam as ilusões de um retorno a políticas de conciliação com setores dominantes, esboçam um programa de luta democrática e popular.

A partir destas conquistas, este projeto de resolução para a 12ª Conferência Nacional da Democracia Socialista a ser realizada nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2017 traz avanços de elaboração em, pelo menos, seis direções fundamentais.

Ela aborda de maneira enfática e atualizada a crise de identidade socialista e democrática do PT e a necessidade incontornável de atualizar esta identidade pública como fundamento da luta contra o golpe e seu programa neoliberal.

Em segundo lugar, ela propõe um enquadramento analítico internacional do golpe que é decisivo para diagnosticar o sentido, a correlação de forças e o caráter de uma resposta a ele. O golpe nem era inevitável nem deve ser considerado estabilizado em sua vitória: está em aberto a disputa pelo futuro do Brasil!

Em terceiro lugar, esta proposta de resolução avança em uma crítica bem mais profunda, sistemática e radical, aos limites históricos do PT, sempre considerando-o como a principal e referencial experiência da esquerda brasileira. Os limites da construção do PT e da esquerda brasileira continuam a ser os maiores limites à construção de uma saída possível para superar o golpe.

Em quarto lugar, afirma-se com toda centralidade o grande limite das impressionantes e massivas lutas de resistência até agora desenvolvidos contra o golpe, relacionando-o à não apresentação de uma saída republicana e democrática, unitária e estratégica, frente ao ataque frontal aos princípios da soberania popular e da Constituição de 1988.

Em quinto lugar, avança-se na proposição da construção de uma unidade estratégica do PT com as demais forças da esquerda brasileira que se posicionam contra o golpe e contra o programa de um Estado neoliberal. Esta unidade estratégica, que não é contraditória com movimentos táticos de aliança nas várias frentes de resistência aos golpistas, é considerada fundamental para vencer a contra-revolução neoliberal.

Em sexto lugar, a partir da identificação de desafios comunicativos, organizativos e programáticos da esquerda possíveis de serem superados, considerando já a possibilidade de um crescimento dos ataques à esquerda, aos movimentos sociais e à democracia no próximo período, procura-se construir um caminho viável, no horizonte atual da luta de classes, para vencer o golpe.

Este projeto de resolução é dedicado ao companheiro Antonio Candido, figura exemplar na cultura política brasileira, da inteligência e dos valores do socialismo democrático.

E se abre fraternalmente, em primeiro lugar, ao diálogo com todos os companheiros do PT e também com as forças e militâncias que organizam a heróica luta de resistência do povo brasileiro.

São Paulo, Outubro de 2017.

INTRODUÇÃO: SOCIALISMO DEMOCRÁTICO E CRISE DO CAPITALISMO NEOLIBERAL

1. A luta para derrotar e criar uma alternativa à contra-revolução neoliberal no Brasil e na América Latina faz parte da luta dos povos e dos trabalhadores do mundo contra uma terceira fase do desenvolvimento do programa neoliberal, que se seguiu à grande crise capitalista de 2008. A contra-revolução neoliberal no Brasil é orgânica à direção das classes dominantes internacionais, em processos combinados de financeirização e internacionalização. Após quatro décadas de domínio neoliberal, é preciso diagnosticar e acusar um capi-

3. No original, "néomanagerialisme".

talismo neoliberal, isto é, um sistema internacional e de dominação nacional que se vale de padrões neoliberais de regulação. As experiências democráticas liberais do pós-guerra ficaram para trás e não é mais possível voltar a elas. Não é possível derrotar a contra-revolução neoliberal se a entendemos de um ponto de vista estritamente ligado à dinâmica de luta de classes nacional ou se o horizonte das respostas permanecer limitado ao plano das políticas e economias nacionais.

2. O centro do programa da contra-revolução neoliberal é atacar frontalmente ou corroer as raízes do princípio da soberania popular e, através dele, fundar ou refundar Estados neoliberais, com suas soberanias nacionais dissolvidas. Através do poder de agenda dos Fóruns Mundiais, da regulação e arbitragem da OMC, de tratados de comércio assimétricos, do poder acumulados de capitais financeiros e de grandes corporações transnacionais, do poder geopolítico do Estado norte-americano e do Estado europeu, com suas instituições autocráticas, este capitalismo neoliberal impõe dinâmicas de destruição de soberanias nacionais. Formas autocráticas de poder – através da violência, de golpes parlamentares, de revisões constitucionais arbitrarias, de tratados econômicos internacionais que violentam as soberanias dos estados democráticos, da instrumentalização judicial e de campanhas de legitimação midiáticas - atacam até os direitos básicos conquistados nas democracias liberais no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Está em curso uma vontade política barbaramente regressiva em relação aos direitos históricos dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e dos povos que foram colonizados. As chamadas culturas do ódio – fascistas ou nazistas, racistas, feminicidas, homofóbicas – encontram neste cenário histórico espaço para prosperar, colocando em questão até os direitos humanos que formam o núcleo de um padrão minimamente civilizado de humanidade.

3. Ao centrar o seu ataque ao próprio princípio da soberania popular, a contra-revolução neoliberal coloca em crise

todas as forças de esquerda ou vinculadas às classes trabalhadoras que centravam seu programa e sua estratégia na disputa de governos e na ampliação e universalização dos direitos na democracia liberal. Partidos de centro-esquerda e social-democratas, movimentos sociais corporativos ou auto-limitados a lutar por mudanças dentro da ordem liberal, estratégias que se centravam ou dependiam de pactos com as forças centrais do capitalismo, perdem o seu chão histórico. É por isso que a resposta histórica à contra-revolução neoliberal só se pode fazer a partir de uma identidade socialista democrática, que conjugue luta pela soberania popular com programas que contrariem estrategicamente a lógica do capitalismo neoliberal. Não se vence uma contra-revolução neoliberal com meios programas, meios valores, estratégias centradas na institucionalidade em crise ou em ilusões eleitorais.

4. A principal idéia força da contra-revolução neoliberal é que não há alternativa a ela. A partir da grande crise de 2008, crises fiscais agudas provocadas pelo capital financeiro passaram a justificar programas neoliberais ainda mais radicais. A globalização financeira é apresentada como um horizonte inescapável de época. O desenvolvimento da ciência e das tecnologias do capital, mesmo com a tragédia ecológica em curso e com os danos sociais do desemprego, é apresentado como fruto inevitável do progresso. Esta idéia-força tornou-se um senso comum com a desagregação da URSS e com a desmoralização da maior parte dos partidos social-democratas europeus. É apenas a partir de uma perspectiva histórica do socialismo democrático que se pode construir um novo horizonte de crítica e superação do capitalismo neoliberal. Assim como a desagregação da URSS, serviu à massificação da cultura neoliberal nos anos noventa, a cena histórica atual de luta contra a barbárie anti-democrática e anti-republicana neoliberal pode e deve ser o espaço de reconstituição da influência pública e de massas do socialismo democrático.

5. Os socialistas democráticos criticam o caráter inevitável e insuperável do capitalismo neoliberal a partir de três idéias centrais. A primeira é uma acusação: o neoliberalismo, que veio se tornando o princípio de civilização dominante no capitalismo nas últimas quatro décadas, tem levado a uma situação dramática todos os impasses da humanidade. Ao opor a idéia da liberdade à idéia da igualdade renovou os fundamentos da apartação social, o fosso odioso entre capitalistas e trabalhadores, entre os ricos e os pobres, dentro de cada país e do mundo. A própria noção de direitos do trabalho, resultado de séculos de lutas e conquistas, que estrutura todo o universo dos direitos sociais, é violentamente atacada. Sua avidez insaciável de privatizar e mercantilizar todas as esferas da vida social, das cidades aos recursos vitais da natureza e até dos corpos, produz uma civilização da barbárie mercantil insuportavelmente anti-humanista. Contra todas as evidências da ciência e dos apelos dramáticos dos ecologistas, os governos neoliberais empurram a humanidade para uma inevitável catástrofe ecológica. A contra-revolução neoliberal tem combinado valores mercantis e conservadores para repor e aprofundar as dimensões mais agressivas do patriarcado, bloqueando o movimento histórico de emancipação das mulheres. O aprofundamento das assimetrias de poder e riqueza tem restaurado dinâmicas de colonização, de racismo, de predação dos povos coloniais, como os africanos, os asiáticos e os latino-americanos. O neoliberalismo é, enfim, o senhor das novas guerras do século XXI, com suas potências de destruição massiva de povos inteiros. Assim como nas décadas que viram as guerras mundiais e a ascensão do nazi-fascismo, é necessário falar em uma época de crise de civilização. O socialismo democrático é a resposta a esta crise de civilização de longa duração.

6. A segunda idéia central é um diagnóstico: o neoliberalismo tem sido dominante, mas não hegemônico, tem uma ideologia massiva e global, mas não consegue incorporar de

forma estável os dominados à sua lógica por ser socialmente excludente, produz instabilidade no plano nacional e internacional e não formas legítimas, democráticas e estáveis de poder. Instabilidade e violência tornam-se cada vez mais sinônimos de neoliberalismo. Estamos muito longe do sonho liberal de um “fim da história”, de uma civilização estável e definitivamente liberal. A nova desordem internacional não tem um centro estável de coordenação, apesar das dimensões geopolíticas ainda dominantes dos EUA e sua capacidade de submeter a União Europeia. Com a ascensão da China e a reorganização de capacidades geopolíticas da URSS, enfraquecidas as instâncias de acordo e mediação multilaterais, o sonho de um mundo neoliberal estável está, na verdade, cada vez mais próximo a um pesadelo e a situações de caos sistêmico, submetido a forças disruptivas e destrutivas. É para este caos sistêmico que o golpe no Brasil, destruindo a república democrática mesmo limitada de 1988, veio procurar nos tragar, com o programa de destruir as dimensões estruturais de nossa soberania e democracia.

7. Quase dez anos depois da crise capitalista de 2008, a maior crise do capitalismo mundial desde 1929, as políticas neoliberais estão muito longe de restaurar um horizonte de crescimento sustentado do capitalismo. Continuamos inseridos em uma crise estrutural e sistêmica do capitalismo. Há uma crise da saída da crise do capitalismo: os mais otimistas neoliberais trabalham com horizontes rebaixados de crescimento a perder de vista. O padrão capitalista de crescimento dos anos 1945/1970 claramente não se estabeleceu e nem está visível no horizonte. Em um contexto de baixo crescimento e de reduzidos ganhos de produtividade, a manutenção ou elevação das taxas de lucro se fez cada vez mais através da redução histórica dos salários em seu valor agregado e da compressão dos orçamentos gastos em política sociais.

8. A terceira idéia central é de que a tradição do socialismo democrático conseguiu resistir aos anos de impasse e

dissolução da II Internacional, à traição dos princípios libertários da revolução russa pelo estalinismo, aos ciclos históricos de violência e de cooptação do capitalismo. Como um fio vermelho que se estende ao longo da história, do Manifesto Comunista aos nossos dias, renovado nos valores fundamentais do humanismo e das lutas heroicas dos trabalhadores e dos povos oprimidos, do feminismo e do anti-colonialismo, dos cristãos socialistas e dos eco-socialistas, o socialismo democrático está vivo e disposto a um novo ciclo histórico de resistências e utopias neste século XXI. Retomar, aprofundar e atualizar a tradição do socialismo democrático é fundamental: não pode haver resistência histórica sem utopias e é no coração do oprimido e do explorado que mora a esperança de que um outro mundo deve ser possível. A tradição do socialismo democrático é exatamente aquela que pode dialogar com a resistência e soprar a utopia de uma revolução possível que seja democrática, republicana, feminista, internacional e socialista.

9. Não se confirmou, muito antes pelo contrário, a previsão liberal de que o marxismo chegou ao fim com a dissolução da URSS. O que está em curso é um possível e decisivo processo de autoconsciência histórica, de aprofundamento e de atualização em várias direções decisivas da cultura do marxismo contemporâneo em uma nova possibilidade de fusão com as forças que lutam contra o neoliberalismo. Esta nova autoconsciência histórica significa aprofundar, dar coerência e organizar em uma narrativa de sentido a alternativa ao estalinismo a partir de uma releitura das obras de Marx e Engels, hoje muito mais profundamente conhecidas e contextualizadas. Com o centro na idéia de liberdade, que incorpora as dimensões fundantes da igualdade e fraternidade, este marxismo pode formular uma nova visão sobre as relações entre a revolução e a democracia, entre república democrática e transição ao socialismo, entre democracia e gestão pública da economia, entre esta transição e a formação de federação de repúblicas democráticas socialistas no plano internacional.

Este marxismo democrático e anti-capitalista é quem pode melhor se fundir com as conquistas libertárias do feminismo ao longo do século XX – responsável pelos maiores avanços na compreensão da liberdade como autonomia, liberdade sexual e formação de novas identidades – e sua crítica à sociedade baseada na família patriarcal. E, por sua tradição crítica do imperialismo e da globalização, é a tradição democrática do marxismo quem melhor pode acolher as novas teorias decoloniais da emancipação, que reivindicam a defesa da pluri-nacionalidade étnica e a reparação histórica das culturas e dos direitos dos povos colonizados. O maior avanço programático dos marxistas nas últimas décadas é certamente a formação do eco-socialismo, que combina a defesa de novas formas de vida e civilização sustentáveis com anti-capitalismo. É ainda a partir da cultura do marxismo que se organizam os diagnósticos mais lúcidos, dialéticos e totalizantes, sobre a crise da civilização do capitalismo.

10. Assim como o marxismo não morreu, mas se renovou, não há conformismo, mas o início de um novo ciclo de lutas anti-neoliberais. O século XXI tem conhecido um rico repertório de experiências, práticas sociais, correntes políticas e partidos que evidenciam um amplo painel da resistência dos povos às políticas neoliberais. Das lutas que compõem o ciclo recente das esquerdas latino-americanas - da experiência constituinte plurinacional boliviana à experiência unitária da Frente Ampla do Uruguai-, às lutas do povo grego, do Bloco de Esquerda em Portugal à experiência do Podemos na Espanha, da nova esquerda trabalhista na Inglaterra e das novas correntes da esquerda francesa, até mesmo o circunscrito e limitado processo da candidatura de Bernie Sanders nos EUA, da experiência do “Foro de São Paulo” às jornadas dos Fóruns Sociais Mundiais, o que se evidencia é que há luta social, audiência e legitimidade pública para travar a luta socialista democrática contra a o capitalismo neoliberal. Com o papa Francisco, retomou-se e até aprofundou-se a crítica cris-

tã à injustiça estrutural do capitalismo e, agora, à sua predação ecológica. Todo este ciclo de lutas, da qual faz parte com uma certa centralidade o ciclo governativo do PT de 2002 a 2016, traz novos aprendizados e revela impasses históricos. O grande limite tem sido exatamente o de construir alternativas históricas, de potência e sentido, ao neoliberalismo. É exatamente sobre a ótica de um novo ciclo histórico do socialismo democrático que estes novos aprendizados e impasses devem ser compreendidos, analisados e superados. Deste novo ciclo histórico do socialismo democrático depende a capacidade internacional dos povos e trabalhadores do mundo em resistir, derrotar e superar o capitalismo neoliberal.

11. A primeira grande diretriz deste novo ciclo histórico do socialismo democrático é a disputa pública e permanente da hegemonia política contra os valores da civilização neoliberal. Esta primeira diretriz reivindica como estratégica para os socialistas democráticos a luta pela formação de um sistema público de comunicação e pelos fundamentos da formação de uma opinião pública democrática. Sem avançar neste campo não há como avançar na construção da hegemonia dos socialistas democráticos. Se a cultura estalinista pretendeu isolar o marxismo, dogmatizado, como privilégio das vanguardas comunistas, se a cultura social-democrata separou a luta por reformas da luta pelo socialismo, os socialistas democráticos devem disputar frontalmente com a ordem neoliberal um novo princípio de liberdade, de democracia, de civilização. Em uma situação de crise da cultura socialista e de ação política em correlações adversas, muitas vezes os socialistas democráticos nas últimas décadas se conformaram a diluir sua identidade, a transigir em seus valores anti-capitalistas, a abrir mão de uma estratégia de revolução democrática. Este recuo é fatal porque expõe os próprios partidos socialistas democráticos à corrupção, à adaptação às ordens políticas neoliberais, a serem inevitavelmente derrotados na disputa pelos valores de civilização. Assim, este novo ciclo deve construir as bases

de massa nas democracias de uma cultura pública socialista, abertamente inspirada nas tradições humanistas do marxismo, classista e popular, feminista e anti-racista, ecológica, libertária e internacionalista.

12. A segunda grande diretriz deste novo ciclo histórico do socialismo democrático é a reconstrução do programa histórico dos socialistas democráticos. A lógica de constituir programas de governo realizáveis em ordens democráticas estreitadas pelas regressões neoliberais deve ser substituída pela lógica de refundar repúblicas democráticas, através de processos constituintes de novos poderes, democráticos e populares, que abram espaço para defesa de programas de orientação estrategicamente anticapitalistas. Chamamos a esta refundação programática das esquerdas, a constituição de programas históricos, ao mesmo tempo clássicos e atualizados para combater e derrotar o capitalismo neoliberal do século XXI. Programas de governo de esquerda ou de coalizões lideradas pela esquerda devem se referenciar, promovendo a mudança na correlação de forças, nestes programas históricos. O centro destes programas é exatamente vincular o desenvolvimento de formas de ativação da soberania popular à formação de economias do setor público (no campo da propriedade dos meios de produção, do sistema financeiro, das políticas públicas, da tributação, de reformas agrárias, das políticas de planejamento e regulação, de novas relações com a natureza) e à formação de culturas feministas e libertárias que construam alternativas, de sociabilidade e de amor, às sociedades da família patriarcal, de novos paradigmas de civilização ecologicamente sustentáveis.

13. A terceira diretriz fundamental deste novo ciclo socialista democrático é a construção de uma estratégia da revolução democrática como alternativa ao processo de institucionalização que transformou historicamente tantos partidos de esquerda e classistas em partidos de centro-esquerda, profundamente institucionalizados nas suas estruturas e dinâmi-

cas adaptadas à democracia liberal, em suas múltiplas expressões históricas. Não se trata de opor partidos a movimentos, nem de contrapor a participação dos socialistas democráticos em eleições à atuação em movimentos sociais, mas exatamente superar a dinâmica institucionalista que combina lógicas eleitorais e lógicas corporativas, substituindo cada vez mais o programa histórico dos socialistas a uma pragmática sem princípios de luta pelo poder no interior da democracia liberal. Este processo histórico de institucionalização das esquerdas gerou, como reação, uma saudável cultura de participação direta, de movimentos sociais horizontais e autogeridos, de movimentos culturais e de redes, de recusa a privilégios e à cristalização de lideranças. Esta energia nova, juvenil e libertária, é fundamental para a renovação das esquerdas socialistas e democráticas. A lógica da revolução democrática vincula a formação de partidos socialistas democráticos organizados na base e de frentes unitárias de esquerda a ricos processos de auto-organização dos trabalhadores e dos oprimidos que organizem um centro de gravidade próprio e o sentido dos trabalhos na institucionalidade, seja nos parlamentos ou em experiências governativas.

14. A quarta diretriz deste novo ciclo socialista democrático é a aposta na formação de uma cultura organizada de autogoverno, cada vez mais enraizada e ampla, mais capaz de dar conta das complexidades, com estruturas cooperativas, comunicativas, culturais e deliberativas, que desenvolvam toda a potencialidade de conhecimento e socialização de informação, interação e criação das plataformas virtuais. A história nos ensina que todo processo revolucionário se constrói a partir de experiências extraordinárias, plurais e democráticas, de auto-organização. Uma revolução socialista do século XXI pode e deve combinar formas clássicas de auto-organização – como conselhos por local de trabalho ou de região, plebiscitos e referendos, orçamentos participativos – com as formas contemporâneas das novas tecnologias da informação. Novas formas de vida social, solidárias e cooperativas, novas formas de viver

em harmonia com a natureza, de construir redes de relações e culturas libertárias, podem e devem desde já ser experimentadas como antecipações, exemplaridades e criações de novos paradigmas da vida pelo qual sonhamos e lutamos. As últimas décadas conservadoras cumularam de cinzas os sonhos de liberdade: é preciso de novo, como em tantas experiências interrompidas do passado, encarná-los aqui e agora.

15. A quinta diretriz deste novo ciclo socialista democrático deve ser uma extraordinária renovação do espírito, das organizações e das capacidades internacionalistas da esquerda. No capitalismo globalizado e financeirizado, a luta não é mais nacional na origem e internacional na perspectiva, mas, desde o princípio e cada vez mais, internacionalista. Os grandes impasses são cada vez mais comuns. As conjunturas, nas suas diversidades nacionais, tendem a convergir. Não basta mais trabalhar em frentes separadas: um fórum de partidos desvinculado de um programa de ação política comum, fóruns globalizados de agendas de movimentos sociais separado das lutas dos partidos, estratégias de políticas externas de governos separadas das ações dos partidos e dos movimentos sociais. É fundamental construir diretrizes de um programa internacionalista dos socialistas democráticos que unifique ações dos partidos, dos movimentos sociais e de governos em uma mesma dinâmica de luta contra a ordem neoliberal.

16. À crise econômica internacional dos anos 1970 o capitalismo respondeu com o programa neoliberal que tinha entre seus pilares fundamentais o ataque à classe trabalhadora dos seus países e a escala internacional; a pressão econômica sobre os países da periferia do capitalismo; e a liberalização financeira e do comércio exterior, com a perspectiva de completar a implementação de um mercado realmente mundial. Veio acompanhada de uma nova escalada de gastos militares – «a guerra nas estrelas» – que foi coroada já nos anos 1990 pelo avanço de um mundo unipolar, com uma única superpotência.

À crise das economias desenvolvidas de 2007-8 as respostas ainda estão em construção. Se de imediato houve a aplicação de medidas heterodoxas para salvar o capitalismo do colapso financeiro – resgate de bancos e grandes multinacionais e uma política monetária expansiva nos EUA – o que se vê quase uma década depois ainda não tem um perfil definitivo. Medidas de austeridade impostas a países para que paguem suas dívidas junto ao capital financeiro, setores importantes da direita assumindo discursos protecionistas e xenófobos para obter respaldo popular, mais liberalização financeira e argumentos contra a tributação dos ricos, entre outras. Acompanhadas do fim de qualquer veleidade de “hegemonia benigna”, do que já Líbia e Síria davam testemunha da falsidade, mas que agora tende a se estender sobre Venezuela e Cuba, na nossa região, e Irã e Coreia do Norte, em outras, e a se generalizar na nova política exterior dos EUA e seus aliados.

Não há razão para acreditar que as resposta definitiva do grande capital à sua crise atual, seja mais benigna que a dos anos 1970. A classe trabalhadora a escala internacional e os povos explorados do mundo devem ter presente que enfrentamos uma conjuntura de acirramento da luta de classes e das lutas anti-imperialistas.

17. O neoliberalismo entrou em crise na América Latina entre finais dos anos 1990 e inícios da década seguinte. Na esteira dessa crise as forças populares e suas expressões políticas que tinham resistido ao Consenso de Washington conquistaram governos mais ou menos ao mesmo tempo gerando um contexto de “ciclo progressista”. Essa conjuntura enfrentou impasses e crises nos anos recentes. Se expressou em golpes de estado e derrotas eleitorais importantes em diversos países.

Há uma rearticulação das direitas a nível regional e com a dos EUA. Há um agressivo discurso ideológico e político contra as políticas progressistas. Mas não há – pelo menos ainda não há = um programa neoconservador com capacida-

de hegemônica como a que teve o programa neoliberal nos anos 1980-90 na nossa região.

Assim, toda a região tem se convertido em um extenso “campo de batalha” políticas entre progressismos e direitas cujo resultado não está para nada definido.

18. Os problemas, impasses e crises das experiências progressistas são resultado da pressão que o capitalismo internacional e nacional tem feito contra suas políticas, mas também de debilidades próprias. Vamos apontar algumas dessas últimas.

- a. Houve insuficiências programáticas econômico-políticas, sobre o que fazer com o capitalismo periférico que se estava governando para poder avançar em conquistas sociais para as grandes maiorias. Houve insuficiências programáticas políticas, sobre que forma de estado deve assumir a participação popular direta para ir mais além das formas liberais tradicionais de representação.
- b. Houve insuficiências ideológico políticas, quando o acesso ao consumo globalizado de massas para as maiorias e a perspectiva de virarmos “sociedades de classe média” foram as chaves principais da disputa hegemônica contra uma ordem neoliberal que apenas conseguia prometer benefícios para 1/3 ou menos da população (atualmente, para uma “sociedade do 1%”!).
- c. Houve problemas político organizativos, com nossos partidos políticos sendo absorvidos pelos Estados nas práticas tradicionais de governabilidade, e exacerbando o sectarismo intra-progressistas em relação aos problemas que estavam se atravessando.

19. O grande desafio do internacionalismo é buscar coletivamente entre as forças progressistas e de esquerda da América Latina, através do Foro de S.Paulo e outros espaços de convergência, as vias de superação desses impasses. Não será um processo linear nem de curto prazo. São pendências políticas que vem se acumulando desde o fechamento do ci-

clo p político das esquerdas que teve seu marco com o fim da URSS (1991) e a queda do Muro de Berlin (1989). Também não se darão “a frio”, há disputas em curso de todo tipo, que devem ser o fermento nas quais irmos testando novas hipóteses estratégicas e organizativas. Mas é fundamental entender a urgência dessa perspectiva de buscar uma nova acumulação política, porque parte de um diagnóstico – que consideramos fundamental consensuar – de que nossa acumulação anterior é muito insuficiente para responder os desafios que temos pela frente.

OS SOCIALISTAS E A REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA NO BRASIL

20. O golpe parlamentar de 2016 que derrubou a presidenta Dilma e iniciou a implantação do violento programa da contra-revolução neoliberal não era inevitável. Ele resultou de uma dialética que envolvia, de um lado, um movimento programático ofensivo e unitário das classes dominantes nacionais, orgânico ao neoliberalismo internacional e, do outro, de uma desorganização programática e política do governo Dilma e do PT. Desde 2010, pelo menos, já era possível diagnosticar os limites democráticos de transformações no Estado brasileiro conquistadas pelos dois governos Lula. Estes limites transformaram-se cada vez mais em impasses na experiência dos governos Dilma, que se tornou mais dependente de coalizões fisiológicas no Congresso Nacional e com menos iniciativas no campo da participação popular. Sem um programa e uma dinâmica de revolução democrática, a direita neoliberal brasileira teve aberto o campo histórico para organizar a sua estratégia de desestabilização do governo Dilma e da própria república democrática dos brasileiros. E seria um equívoco maior ainda considerar esta contra-revolução já vitoriosa por toda uma época histórica: há ainda uma disputa política em curso, instável e indefinida, sobre os rumos do Brasil.

21. Esta disputa classista, de dimensões históricas, se estabelece fundamentalmente sobre o terreno democrático republicano: o Brasil se tornará um país dominado por um Estado neoliberal, anti-democrático, violentamente patriarcal, barbaramente predatório dos pobres e oprimidos, neo-colonizado e anti-republicano, ou será refundada uma república democrática e popular, sob a liderança dos socialistas democráticos? É para esta consciência e para a resposta a esta disputa que devem se organizar e convergir todo o programa, a estratégia e a política da esquerda brasileira neste próximo período.

22. Enfrentar os desafios postos à esquerda brasileira a partir deste ponto de vista histórico – está em curso uma disputa sobre o legado e futuro republicano democrático do Estado brasileiro - significa desde já fazer a crítica a três caminhos equívocos de resposta à contra-revolução neoliberal. O primeiro deles – esta crítica foi, sem dúvida, a grande conquista do 6º Congresso do PT – seria o de pretender enfrentar a contra-revolução por dentro de suas instituições, suas dinâmicas, compondo centralmente com forças golpistas dissidentes e com o horizonte de restabelecer condições de governabilidade para um futuro governo a partir de uma coalizão com setores da direita ou da centro-direita. Já não é mais possível retornar a políticas de conciliação - com o capital financeiro, com as grandes empresas de mídia, com setores conservadores do Judiciário, com as grandes empresas do agronegócio – em coalizões com a centro-direita. O segundo erro estratégico seria o de iniciar um movimento de resistência já considerando o programa da contra-revolução neoliberal vitorioso, visando acumular forças para disputar em um futuro indeterminado os rumos do Brasil. A questão é que não é possível acumular forças sociais e políticas da esquerda frente a um movimento contra-revolucionário que visa exatamente destruir as forças políticas da esquerda, suas lideranças e sua base social organizada. O terceiro erro estratégico seria o de atribuir à contra-revolução neoliberal uma

força hegemônica, uma tal unidade classista, uma capacidade política de estabilizar sua dominação, um tal poder que tornaria sua vitória inevitável no curto e médio prazo. O erro desta estratégia é o de não entender que a luta de classes é sempre dialética, que a força das classes dominantes está sempre em relação inversa à capacidade política das classes dominadas, seu nível de consciência, sua organização, seu programa. E que é exatamente neste trânsito para uma nova consciência, um novo programa e uma nova organização que é preciso formar um novo caminho possível para o PT e as forças da esquerda brasileira derrotarem a contra-revolução neoliberal, sempre a partir de seus acúmulos e impasses atuais.

23. É fundamental compreender que os limites de consciência, de programa e de organização continuam enfraquecendo os fundamentos da esquerda brasileira na resistência à contra-revolução neoliberal. De 2015 até o final do golpe parlamentar em 2016, a esquerda brasileira esteve basicamente dividida: nas ruas, com a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo, formou-se um grande movimento de massas em 2015 “Fora Levy/ Fora Cunha” e, no primeiro semestre de 2016, o movimento ainda maior e, desta vez com grande peso cultural, “Não vai ter golpe!”; mas a maioria do PT e o segundo governo Dilma continuaram até o final apostando na possibilidade de deter o golpe através centralmente da adoção de um programa neoliberal na economia, de uma política de diálogo e ambígua legitimação da Operação Lava-Jato e de uma repactuação com setores das correntes de centro-direita no Congresso Nacional. Se no segundo semestre de 2016, houve um dos maiores movimentos estudantis da história, com a ocupação massiva de escolas e universidades em greve, este movimento ficou isolado em relação aos outros movimentos sociais. Se em abril de 1917, foi realizada a maior greve geral de trabalhadores contra as reformas trabalhistas e a reforma da Previdência, este movimento ascensional não teve continuidade. O PT esteve gravemente dividido sobre

dar apoio ou não à reeleição dos líderes golpistas na Câmara Federal e no Senado, sendo que a maioria do PC do B optou e continua a optar claramente por esta linha. O PSOL dividiu-se entre as posições anti-golpistas e de denúncia da cassação de Lula tomadas por sua maioria e posições de lideranças públicas que chegam até a se omitir perante o golpe, legitimar a cassação de Lula, além de recusar qualquer frente política com o PT. As históricas caravanas de Lula ao Nordeste, com sua expressão de esperança e animação popular, inserem-se ainda em uma expectativa – cada vez mais improvável – da realização de um quadro relativamente normalizado de eleições presidenciais em 2018 com a candidatura Lula confirmando seu favoritismo eleitoral.

24. O grande limite destes grandiosos movimentos de resistência dos trabalhadores e dos movimentos populares tem sido sempre a incapacidade de propor uma alternativa republicana democrática ao país. Estes movimentos contribuíram de modo decisivo para tornar o golpe ilegítimo, para impor um repúdio amplamente majoritário aos golpistas e às principais direções nacionais do golpe, inclusive aquelas do PSDB. Mais do que isso, mantiveram acesa a chama da resistência e da esperança. Novas gerações de militantes, de feministas e frentes políticas de massas se formaram, canais alternativos de informação e opinião na internet ganharam grandes audiências, setores culturais e da igreja católica multiplicaram a sua identidade de denúncia e resistência. A denúncia do golpe ganhou importante dimensão internacional. Mas, em nenhum momento, houve uma clara indicação de alternativa: o segundo governo Dilma, por suas opções principalmente no plano econômico, sinalizava em uma direção oposta; após sua queda, as forças de esquerda nunca chegaram a se unificar sobre uma alternativa democrática ao país, nunca ofereceram com nitidez e principalidade uma alternativa democrática aos golpistas e apenas esboçaram princípios de um programa de emergência. Este limite de consciência sobre o significado da

contra-revolução neoliberal e a construção de uma alternativa republicana democrática a ela impede o desenvolvimento de um programa e a formação de uma vontade política capaz de vencê-la. Sem superar este limite de consciência e sem formar este programa não conseguiremos vencer a contra-revolução neoliberal. A construção da hegemonia exige sempre apontar um caminho viável de futuro, mesmo que difícil e semeado de desafios.

25. É preciso, em primeiro lugar, formar a consciência daquilo que unifica a coalizão golpista, apesar de suas diferenças e atritos, de seus conflitos de interesses corporativos: o programa de fundar no Brasil um Estado neoliberal. A aplicação deste programa é o que religitima o presente e o futuro da coalizão golpista frente às classes dominantes brasileiras em suas conexões com as classes dominantes internacionais. Este programa desenvolve, ao mesmo tempo, cinco dimensões de destruição/construção, mutuamente configuradas. Por isso, se a luta se estabelece apenas no plano das resistências, ela tende a se fragmentar e dividir diante de tantas e simultâneas ameaças. Os golpistas praticam a tática da guerra de saturação, isto é, atacam ao mesmo tempo por todos os lados.

26. A primeira dimensão é a construção de um Estado neocolonizado, isto é, que regrida aos padrões de soberania nacional precária do Estado brasileiro pré-revolução de 1930, subordinação, dependência e vulnerabilidade ainda maiores hoje em função do grau de internacionalização da inserção do Brasil no mundo do capitalismo neoliberal. A idéia-força que organiza esta vertente do programa é a retomada do americanismo – o culto aos valores da civilização norte-americana – e a destruição dos sentimentos de autoestima e esperança dos brasileiros. Este programa se revela na destruição dos graus de soberania nacional construídos na política externa (com uma estrita adesão à política externa dos EUA), na área de energia (com o processo de venda e privatização da Petrobrás, da Eletronor), dos bancos públicos (com o fim da função desen-

volvimentista do BNDES e com sua descapitalização, com o enfraquecimento e privatização acionária do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal), com a abertura do mercado de terra às empresas estrangeiras. Além disso, é evidente a imposição de uma dinâmica de crescente enfraquecimento e endividamento financeiro do Estado nacional através de uma política econômica recessiva que provoca e acelera de forma explosiva uma crise fiscal aguda que pode se tornar, no curto prazo, fatal para a macroeconomia do setor público nacional, assim como já vem ocorrendo no Rio de Janeiro.

27. A segunda dimensão é o desmonte de todo o arcabouço de instituições, leis e políticas públicas que organizam historicamente, de forma tardia e desigual, o processo de construção de um Estado do Bem-Estar no Brasil. A idéia-força que organiza estes ataques é a denúncia do Estado falido e tutelar, dos direitos sociais como contrários e inibidores de uma ética do capitalismo, do empreendedorismo e da auto-sustentação competitiva no mercado. O ataque é, em primeiro lugar, à CLT e aos direitos do trabalho, aos sindicatos e, ao mesmo tempo, a imposição de uma dinâmica forte de desemprego e precarização do mercado de trabalho. Toda a programação de direitos sociais prevista na Constituição de 1988, enriquecida com os novos direitos depois dela conquistados, foi inviabilizada com as restrições aos gastos orçamentários durante duas décadas. O encolhimento dos programas de renda mínima, em um quadro de pauperização e desemprego, coloca o Brasil de volta ao mapa da fome mundial. Está no programa da coalizão golpista retrocessos que levarão praticamente à destruição da Previdência pública. O projeto de construção do SUS, já em impasse histórico e estrutural frente ao crescimento do mercado privado de saúde, será destruído. A inteligência sanitária brasileira denuncia este desmonte como a criação de uma “barbárie sanitária” no país. As restrições orçamentárias já em curso e em aprofundamento inviabilizam o sistema público das universidades brasileiras. A di-

nâmica do programa da contra-revolução neoliberal fará do Brasil um país dos poucos super-ricos, com uma estreitíssima porção de ricos, setores assalariados cada vez mais empobrecidos e precarizados, em meio a um mar de pobres, forçados a sobreviver em regime de barbárie mercantil e violência.

28. A terceira dimensão deste programa neoliberal é o seu caráter regressivo e violentamente patriarcal, como ficou muito evidente na cena da campanha de ódio contra a primeira presidente do Brasil. A idéia-força desta terceira dimensão é a denúncia do feminismo, seja através de uma ética patriarcal fundamentalista e conservadora seja através de sua neutralização pela cultura mercantil. Sem políticas públicas voltadas para a defesa de seus interesses, com sub-representação, sem direito a voz pública e em um quadro de maior potência de culturas fundamentalistas e machistas, é previsível que as dimensões de violência contra a mulher no Brasil – a violência sexual, a prostituição, o estupro, o feminicídio – tendam a aumentar fortemente. São as mulheres as maiores vítimas de processos de desemprego, precarização, tendo, além disso, que suportar através do trabalho doméstico invisibilizado e não pago os custos sociais das regressões das políticas sociais.

29. A quarta dimensão deste Estado neoliberal é o desmatamento, como já vem ocorrendo, da violência e da barbárie contra os povos indígenas, os sem-terra, as comunidades tradicionais quilombolas. Esta mesma dinâmica impulsiona a predação da floresta amazônica. A idéia-força desta quarta dimensão é a apologia do agronegócio, elevada à símbolo da modernidade, da eficiência e riqueza, da vocação do país. Os governos Lula e Dilma, com suas políticas de incentivo à agricultura familiar, de regulação e controle do desmatamento, de promoção de comunidades tradicionais significaram, de fato, um equilíbrio e arbitragem importantes, mas precários frente às vertentes muito agressivas de crescimento e expansão do agronegócio e das grandes companhias mineradoras. Agora, este equilíbrio está sendo rompido em favor dos interesses das

grandes corporações, nacionais e estrangeiras. Vêm dos golpistas os maiores incentivos à violência, à grilagem e à predação ecológica.

Neste mesmo sentido, outra vertente desta dimensão do programa neoliberal, é o resgate das formas de terror coloniais e escravistas que libertam forças mórbidas de violência e horror. Sua forma de poder e controle é o estado de sítio ou de exceção, que por meio deste repertório político promove consequências econômicas, políticas e sociais nefastas para os países em desenvolvimento, principalmente, para os segmentos historicamente pobres e marginalizados, onde o discurso e a prática penal, progressivamente ganha legitimidade. Nesta perspectiva, o que se presencia, são novas formas de controle social que, por sua vez incide de forma significativa sobre o corpo dos indivíduos, em especial dos corpos negros.

Na medida em que a questão social já não é mais solúvel no interior das instituições sociais capitalistas, a sua consequente militarização e barbarização aparece como modelo de gestão. Daí advém a política de morte perpetrada pelas polícias militares do Brasil com o genocídio da população negra, jovem e moradora das periferias.

30. A quinta dimensão do programa neoliberal, que garante e reproduz todas as outras dimensões, é a ruptura da república democrática dos brasileiros, mesmo com todas as suas limitações, e sua substituição por uma autocracia – no sentido que lhe dava Florestan Fernandes, em sua obra clássica –, que se sustenta através de um Estado de exceção, criminalização e violência contra as forças de esquerda e processos de legitimação midiática. A idéia força deste centro programático é a crítica da política como lugar inevitável da corrupção e a apologia das lideranças carismáticas, alinhadas aos valores neoliberais, como alternativa. A contra-revolução neoliberal não trabalha com um sentido de legitimidade democrática e de Estado de direito constitucionalizado, mas vale-se exatamente da retórica da crise para operar com altos graus de ar-

bitrariiedade e exceção, de legitimação instrumental midiática, de construção de anomia política e, sobretudo, do aumento da violência. Assim, ela conjuga governo despótico, justiça de exceção e parlamento que vota em regime de alienação de representação. A condenação de Lula, a criminalização do PT e dos movimentos sociais, a realização das eleições de 2018 em um quadro de resultado controlado, seguido da reorganização de um sistema político imune às pressões majoritárias do eleitorado, seria o plano político do novo Estado neoliberal brasileiro inserido caoticamente na rede de Estados neoliberais dominantes.

31. A dificuldade dos socialistas brasileiros, vivida como singularidade no contexto de sua própria experiência recente, de responder ao desafio republicano democrático não deve ser subestimada nem banalizada. Sem responder a ela não há como vencer a contra-revolução neoliberal, não há como construir um campo de unidade e convergência das esquerdas, nem se consegue formular com nitidez um caminho de construção da hegemonia dos socialistas. A dificuldade histórica de responder a ela resulta de um impasse de identidade, de sentido histórico, programático, estratégico e se contextualiza em impasses táticos. Diagnosticá-los é iluminar os caminhos de sua possível superação.

32. O impasse da identidade pode ser assim resumido: com força ascendente para criar dinâmicas amplas de republicanização e democratização, mas sem ter capacidade hegemônica, os socialistas brasileiros vieram se constituindo no último quarto de século como a esquerda da ordem liberal democrática que resultou da transição conservadora da ditadura militar à democracia. Esta identidade de atuar como esquerda da democracia liberal, parcialmente republicanizada, ou socialista liberal ou de centro-esquerda, com base classista e popular, mas cada vez mais dependente de relações e pactos com as classes dominantes, operou sempre com uma práxis cujo horizonte era o de criar novos direitos, expandir e efeti-

var outros em uma dinâmica progressista e civilizatória. Mas ela, ao mesmo tempo, significou separar de forma crescente soberania popular e programa de orientação socialista, direito de voto e direito de voz pública, construção de maiorias eleitorais de construção de hegemonia. Ora, a contra-revolução neoliberal exige, de forma incontornável e agora, combinar a defesa da soberania popular com um programa de orientação socialista, combinar a disputa pelo direito de voto com o direito de voz pública, a construção de uma hegemonia para construir uma nova dinâmica de maiorias eleitorais.

33. O impasse histórico estava já configurado na Constituição de 1988 que, mesmo com uma soberania popular mitigada (Congresso não exclusivo, senadores biônicos, ausência de opinião pública democrática, sobre-representação das classes e setores dominantes e sub-representação das classes e setores dominados), pode ser considerada como uma experiência inicial de formação de uma república democrática em nosso país. A sua maioria conservadora conseguiu limitar, neutralizar ou colocar em suspensão dimensões fundamentais de um processo de republicanização democrática. Estes limites, neutralizações e suspensões ganharam um sentido dinâmico e programático com a ascensão do neoliberalismo no Brasil, em particular com os governos FHC, que promoveram um processo permanente de dezesseis revisões constituições, privatizações, novas instituições de regulação e novas leis na área macroeconômica. A disputa PSDB/PT, que organizou a formação de coligações em disputa desde 1994 na democracia brasileira, deve ser compreendida como a disputa entre duas direções constitucionais para o Estado brasileiro, liberalização de sentido neoliberal ou republicanização de sentido democrático-popular. A chegada ao governo do país de coalizões lideradas pelo PT significou certamente um processo de inovação institucional, fortalecimento da soberania nacional e do setor público, ampliação e universalização de direitos em um sentido oposto, embora em geral com precários processos de

constitucionalização. A contra-revolução neoliberal está procurando exatamente resolver este dilema histórico atacando os fundamentos republicanos da Constituição de 1988 à margem e contra o princípio da soberania popular. Os socialistas democráticos estão agora desafiados, não apenas a defender os princípios republicanos da Constituição de 1988, mas aprofundá-los, dar-lhes coerência e sentido histórico atualizado através de um processo de refundação constitucional republicana, a partir da soberania popular, construindo a sua hegemonia política.

34. O impasse programático republicano democrático das esquerdas brasileiras, em particular do PT, está no fato de que o seu horizonte programático passou a ser, cada vez mais a partir do início dos anos noventa, de governos nacionais ou subnacionais viáveis, em um sentido dinâmico, no contexto do Estado liberal e da correlação de forças. Este distanciamento ou separação entre programas de governo e os programas históricos das esquerdas brasileiras, em formação e de sentido socialista democrático, deve ser entendido, no sentido prático, como a constituição de programas institucionais de governo relativamente separados dos programas setoriais ou corporativos dos movimentos sociais. A trama entre a esquerda e sua base social histórica decerto não se rompeu, mas se desorganizou profundamente. Movimentos sindicais, feministas, antirracistas, agrários, educacionais e de jovens, urbanos, sanitaristas, ecológicos, de moradia popular, de defesa dos direitos humanos, contra a corrupção e pela democratização dos meios de comunicação, passaram a se inserir em uma dinâmica de inclusão e de institucionalização conflituosa com as experiências de governos de esquerda. Reconstruir o programa histórico da esquerda brasileira – o seu sentido socialista, democrático e republicano – demanda hoje um rico, plural e unitário processo social. É neste sentido fundamental a experiência em curso do PT, organizada em conjunto com a Fundação Perseu Abramo, também pela Frente Brasil Popular e

pela Frente Povo Sem Medo. Mas o centro deste esforço está exatamente em vincular a reconquista da soberania popular a programas estratégicos anti-neoliberais, de orientação socialista democrática. É neste espaço histórico – de luta pela refundação de uma república democrática no Brasil – que o programa histórico da esquerda brasileira pode se reconstituir e ganhar coerência e sentido.

35. O impasse estratégico republicano democrático das esquerdas brasileiras está no fato de que a contra-revolução neoliberal opera, ao mesmo tempo, com a destruição da institucionalidade republicana democrática e com a instrumentalização de suas instituições – governos, judiciários, legislativos, procuradorias e promotorias - para operar a legitimação de seu programa. Se aceitam disputar centralmente nestas instituições instrumentalizadas, as esquerdas terminam por legitimar o curso da contra-revolução, em um jogo no qual as próprias regras são arbitrariamente manipuladas. Se optam por disputar somente a partir de fora e contra estas instituições instrumentalizadas, corre o risco de permitir um processo sem freios de implantação do programa da contra-revolução neoliberal, em um período no qual ainda não dispõe de força política para impor uma alternativa. A superação deste impasse estratégico exige, então, combinar uma política clara cujo centro deve ser a deslegitimação da contra-revolução e a proposição de uma alternativa de conjunto a ela, utilizando a disputa no interior das suas instituições instrumentalizadas para desgastar, frear e denunciar o programa da contra-revolução neoliberal. Isto é, a luta contra a contra-revolução neoliberal não pode ser centrada em suas instituições – a negociação como oposição do governo Temer, a disputa parlamentar no Congresso Nacional, a disputa jurídica nos tribunais de exceção - mas deve utilizar a luta nestes espaços para fortalecer um movimento político nacional, de mobilização, organização e comunicação permanentes. O programa estratégico deste movimento deve ser aquele que vincula a realização de diretas já, a defesa da liderança pú-

blica de Lula e o direito dele ser candidato à presidente, com o compromisso pela convocação de uma Assembleia Constituinte que reorganize os fundamentos republicanos e democráticos do país, processo no qual os socialistas democráticos buscarão construir a sua hegemonia.

36. O 6º Congresso Nacional do PT, recém realizado, afirma nos itens 22 e 23 da “Resolução sobre Situação Nacional”: “O PT empenhará o melhor dos seus esforços na formação da mais ampla unidade das forças progressistas pela saída de Michel Temer e por eleições livres e diretas já para presidente e vice-presidente, senadores e deputados federais. Impulsionaremos uma vigorosa mobilização e organização popular por eleições livres e diretas ao lado das Frentes Brasil popular e Povo Sem Medo”. E o item 33 do capítulo da “Resolução sobre Estratégia e Programa” indica: “A principal bandeira de nosso programa é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, destinada a reorganizar estruturalmente o Estado brasileiro e provar reformas que reorganizem suas bases socioeconômicas e institucionais, dilaceradas pelo governo usurpador. A democratização das instituições brasileiras é preâmbulo para as demais reformas estruturais”. O impasse tático republicano democrático central é como relacionar as diretas já e a defesa estratégica de uma Assembleia Constituinte com o processo de eleições de 2018. Há duas opções: concentrar, em nome de um pretense realismo político, a disputa central com os golpistas nas eleições de 2018, apostando em sua impopularidade e crescente desgaste eleitoral, simultâneo à retomada e fortalecimento da liderança de Lula, concentrando na defesa de sua candidatura o centro democrático da luta contra o golpe; construir e fortalecer uma campanha pelas diretas já, através de uma iniciativa popular de lei, inserindo a defesa de Lula no interior de uma frente ampla de unidade democrática pelo fim imediato do governo Temer que poderia ser conciliada com a proposição da realização simultânea de um “plebisci-

to revogatório”, que anulasse todas as leis e atos de governo tomadas pelo governo usurpador e aprovadas pelo Congresso Nacional após a derrubada ilegítima da presidenta Dilma Rousseff. A proposta deste “plebiscito revogatório”, com profunda base de legitimidade democrática e popular potencial, seria fundamental para ir desde já forjando a idéia força de que a reconquista do governo do país pelas esquerdas brasileiras não significará se curvar aos atos de governo e leis ilegítimas tomadas pelos golpistas.

37. A primeira opção tática que é claramente dominante neste segundo semestre de 2017 tem a vantagem de estimular a esperança popular acendida pela possibilidade de um novo governo Lula, fortalecer uma polarização política imediata com o programa dos golpistas e jogar força na pressão popular para que o Brasil tenha em 2018 eleições democráticas. Ela tem três grandes pontos fracos evidentes: subestima gravemente a dinâmica explosiva da crise social e econômica em curso, projetando apenas para o início de 2019 o começo de sua resolução; não fornece e nem pode fornecer uma resposta clara à impugnação da candidatura de Lula, hoje em estágio avançado pelo tribunal de exceção armado; desorganiza um movimento político unitário de resistência ao golpe, que passa a se polarizar em diferentes candidaturas alternativas e interesses partidários.

38. A segunda opção tática, que coloca realmente em prática as resoluções do 6^o Congresso Nacional do PT, seria mais coerente com um programa e uma estratégia geral dos socialistas democráticos na medida em que subordina a participação nas eleições de 2018, que se realizarão em estado de exceção e em situação de controle das forças golpistas sobre as instituições, inclusive aquelas como o TSE que arbitrarão a disputa, à acumulação de uma força política e social capaz de derrotar a contra-revolução neoliberal. Ela permite, ao mesmo tempo, potencializar ao máximo a denúncia do programa do golpe, criar um espaço amplo da unidade da esquerda e das

forças progressistas cuja máxima liderança é Lula. Ela é plenamente compatível e, mais ainda, amplia a força da impressionante iniciativa das caravanas de Lula às várias regiões do país. Permite, ao mesmo tempo, enfrentar no campo democrático as crescentes ameaças fascistas que vêm, por baixo, através da candidatura de Bolsonaro e, por cima, através das ameaças das Forças Armadas.

39. A grande crítica que se pode fazer a esta segunda opção tática é que ele aposta em algo que é inviável, mais até do que a aprovação das diretas já pelo Congresso Nacional no período final da ditadura militar. A analogia nunca é boa conselheira: se aquela campanha visava pressionar o Congresso Nacional a aprová-la, em um ambiente em que a esquerda era francamente minoritária, hoje o centro de uma campanha em torno a uma iniciativa popular de lei pelas diretas já e por um plebiscito revogatório é a formação de um amplo movimento político nacional contra o Congresso Nacional, profundamente deslegitimado e golpista. Há aqui uma outra imaginação política, que se ampara em uma legitimidade quase universal: os defensores públicos do governo Temer estão completamente sem argumentos e reduzidos a um mínimo social, a aprovação de diretas já frequenta a casa dos 80 % da população. Este é certamente o espaço histórico, republicano e democrático, para a esquerda crescer em raiz social e organização de base, unidade política frentista, capacidade comunicativa e audiência social. Esta campanha, no quadro do imenso desgaste e conflitos no interior da coalizão política que sustenta o governo Temer, não pode ser dada de antemão como derrotada, abrindo-se à instabilidade e imprevisibilidade que hoje marca a cena política brasileira. Ela seria o centro de convergência dos amplos movimentos sociais de resistência, que se realizam em uma multiplicidade de frentes, permitindo que eles se transmitam e alimentem mutuamente a sua força política. E prepara o terreno da unidade política das esquerdas nas eleições presidenciais.

O PT E A UNIDADE DAS ESQUERDAS NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA À CONTRA-REVOLUÇÃO NEOLIBERAL

40. A força da ampla coalizão golpista está, em primeiro lugar, na vontade política e classista que conseguiu se unificar em torno a um programa neoliberal radical. Em segundo lugar, em sua vantagem estrutural no plano da comunicação de massas. E, por fim, nos poderosos interesses políticos e econômicos com os quais se vincula organicamente no plano nacional e internacional. O seu ponto fraco, cada vez mais visível, é a vasta rede de interesses de classe e de setores de classe que a aplicação de seu programa contraria. Diferentemente da ditadura militar, que organizava um projeto dependente associado baseado em um tripé empresa estatal, grande capital internacional e grande capital nacional, e foi capaz de impulsionar uma modernização conservadora, a contra-revolução neoliberal destrói de forma acelerada interesses da imensa massa dos trabalhadores, assalariados, pauperizados, pequenos produtores e comerciantes, além de promover a quebra de várias cadeias produtivas nacionais. Diferentemente do contexto europeu, em que estes programas neoliberais radicais buscam hoje se implantar, nos quais os trabalhadores vivem décadas de impasses ou retração de direitos, no Brasil houve um ciclo forte e recente de emprego, formalização do mercado de trabalho, ampliação e criação de novos direitos. E mais ainda, as forças de esquerda brasileira claramente mantiveram, no fundamental, uma posição antagonista ao golpe, conservaram sua força de raiz e começaram a construir uma unidade política possível e necessária.

41. Por isso, é correto prever que se as esquerdas brasileiras conseguirem avançar na construção unitária de uma alternativa republicana democrática, se diminuir o grau de vantagem estrutural das classes dominantes no plano da comunicação, se avançarem no enraizamento social e em sua capaci-

dade organizativa, elas poderão criar uma correlação de forças favorável no curto e médio prazo em relação à coalizão que organiza a contra-revolução neoliberal. Seria muito importante que esta alternativa republicana democrática construísse desde já as pontes com as forças de esquerda latino-americana e no mundo, diminuindo qualitativamente o isolamento da luta de resistência. Uma força de esquerda assim constituída poderia politicamente liderar a maioria dos brasileiros na construção de uma república democrática e popular.

42. As dificuldades desta transição de uma situação de defensiva e de derrota política para uma condição hegemônica e de possível vitória sobre a contra-revolução neoliberal não devem ser banalizadas. Há muitos riscos: o de que forças inerciais da esquerda brasileira, constituídas em um forte processo de institucionalização, travem esta transição; o de que a ausência de construção de uma tradição de unidade política frentista crie um cenário de dispersão; o de que a construção necessária se atrase e perca o tempo dos momentos mais decisivos da luta de classes. A consciência destes riscos deve iluminar os caminhos e opções e, sobretudo, a responsabilidade histórica, ética e moral dos socialistas democráticos neste período decisivo.

43. Há seis desafios a serem respondidos para transformar em realidade a possibilidade potencial de uma vitória sobre a contra-revolução neoliberal. Como resistir à dinâmica de criminalização de Lula, do PT, da esquerda e dos movimentos sociais? Como dar os passos necessários para que o PT avance em sua capacidade hegemônica, a partir das conquistas e limites do 6º congresso Nacional? Como aumentar qualitativamente a capacidade comunicativa das esquerdas brasileiras? Como avançar na construção da unidade política das esquerdas brasileiras, em particular no que diz respeito ao enfrentamento das próximas eleições presidenciais? Como avançar na retomada e reconstrução da cultura pública marxista e socialista democrática das esquerdas brasileiras? Quais propostas podem criar um novo padrão de inserção e convergência

da esquerda brasileira com as principais forças de esquerda no plano internacional?

44. A criminalização de Lula, do PT, das esquerdas e dos movimentos sociais é um objetivo estratégico da contra-revolução neoliberal. A sua permanência e o seu futuro dependem disso. Quanto mais ilegítima ela for, quanto mais impopular for o seu programa, em quanto mais impasses ela se envolver, mais ela lançará mão da violência. É neste cenário histórico previsível de calúnia, perseguição e violência que as esquerdas brasileiras têm de construir o seu caminho.

45. O recente episódio que envolveu generais da ativa, no comando do Exército brasileiro, ao encontrar o silêncio da coalizão golpista, introduz uma nova componente na crise da democracia brasileira. Ela revela o grau de desmoralização e ilegitimidade crescente de todas as instituições republicanas do país. Um golpe militar, em uma situação extrema de ingovernabilidade e crise social, não pode ser descartado embora não pareça ser hoje a hipótese mais provável de trabalho da coalizão golpista. Esta ameaça só reforça a centralidade e o caráter incontornável da luta democrática.

46. São visíveis igualmente as ameaças fascistas, hoje centralizadas politicamente na candidatura de Bolsonaro. Neste quadro, é muito importante, mesmo que seja limitada, a vitória obtida no STF de criminalização de sua ameaça de estupro à companheira Maria do Rosário e, agora, de sua condenação por seu discurso racista. Os socialistas democráticos não aceitam que Bolsonaro seja apenas um candidato “da direita”, nem que a coalizão golpista seja formada por um “centro”: esta é uma direita neoliberal e Bolsonaro é fascista, pratica o discurso do ódio, condenado pelas convenções da ONU, é incompatível com a cultura da democracia.

47. A extraordinária dignidade e força moral do companheiro Lula já foi capaz de derrotar o maior objetivo de seus carrascos neoliberais: o de romper o elo de esperança entre ele e as classes trabalhadoras, entre ele e o povo brasileiro. Este elo

vermelho não foi rompido, está se fortalecendo. A extraordinária inteligência jurídica que se pôs a serviço de sua defesa já há muito acusa os acusadores: formou-se na consciência jurídica democrática do país e, agora, cada vez mais na população brasileira, a convicção do caráter corrompido e partidarizado da Operação Lava-Jato e do juiz Moro. Têm sido muito importantes, no contexto, as posições da Frente Povo Sem Medo e do PSOL que condenou, em nota, as circunstâncias jurídicas de excepcionalidade que marcaram a primeira condenação de Lula. Um primeiro circuito internacional de denúncia da criminalização da liderança de Lula já foi percorrido e deve agora ganhar plena força.

48. A defesa de Lula está obtendo sua vitória moral, a supremacia de sua razão jurídica, um crescente apelo popular. Ela precisa se tornar agora uma questão republicana e democrática: se a condenação de Lula está sendo montada com base em um tribunal de exceção daqueles que visam perpetuar e aprofundar um apartheid social no Brasil, então, ela deve ser anulada como um dos primeiros atos de refundação da república democrática dos brasileiros. Uma república democrática exige uma justiça organizada em torno do devido processo legal e dos direitos humanos.

49. A justa denúncia do sentido corrompido e partidarizado da ação dos órgãos judiciais brasileiros, em torno da Operação Lava-Jato, só ganhará plena capacidade de convencimento e persuasão se vier junto à defesa um programa global para lutar contra a corrupção sistêmica no país, a partir dos históricos e inéditos avanços construídos no período dos governos Lula e Dilma. Não se tratar de opor a prioridade à luta contra a desigualdade social à luta contra a corrupção. A luta contra a corrupção – contra a privatização do estado, os privilégios, a mercantilização da política – está na raiz da identidade dos socialistas democráticos. E é uma demanda legítima dos brasileiros. Apesar de um importante acúmulo nos debates preparatórios, o 6º congresso Nacional do PT não

avançou nesta dimensão fundamental. Seria decisivo, assim, no esforço de construção programática atualmente em curso se formular as diretrizes fundamentais deste compromisso de base da esquerda em pôr fim à corrupção sistêmica na democracia brasileira.

50. A contra-revolução neoliberal já desencadeou no Brasil, desde a derrubada da presidenta Dilma, uma onda de violência sobre as lideranças populares, em particular aquelas do campo brasileiro, inédita desde a ditadura militar. Ela opera com graus crescentes de militarização da segurança pública, com violações seguidas ao direito de liberdade de manifestação, de violência contra as mulheres, contra os negros, com assassinatos de líderes dos sem-terra, indígenas e quilombolas. Atentados terroristas contra a esquerda têm sido frequentes. Neste contexto, mais do que nunca, é importante os socialistas democráticos travarem a luta pelos direitos humanos, fortalecendo as entidades da área, criando e nutrindo espaços de solidariedade mútua, ampliando a ressonância e mobilização internacional das denúncias de violações.

51. O 6º congresso Nacional do PT afastou os riscos de um deslocamento político e programático do PT diante da contra-revolução neoliberal. Um novo pacto partidário foi construído, apesar das muitas e gravíssimas fraudes ocorridas no processo. Fraudes são incompatíveis com a identidade socialista-democrática do partido. As forças de esquerda partidária renovaram sua influência nas formulações políticas. Pesquisas recentes indicam uma certa recomposição do PT com suas bases eleitorais, havendo inclusive importantes processos de filiação. Estes dados positivos não podem, porém, esconder que há todo um processo de transição na construção socialista democrática do PT a ser percorrido. É o avanço nesta transição que pode alterar, de modo substantivo, as condições subjetivas de luta contra a coalizão golpista.

52. O desafio a ser respondido é o de transformar, no curto prazo, em ganhos políticos organizativos na construção

do PT as conquistas políticas do 6^o Congresso. A crise do PT foi até agora o grande limitador das respostas da resistência e de construção de alternativas. Com as resoluções políticas aprovadas, há espaço para que a direção nacional do partido e seu núcleo executivo estabeleçam um esforço novo de coordenação política e atualização de posicionamentos. Uma reorganização da comunicação política do partido, mais editorializada e aberta à interlocução e colaboração ativa e plural da enorme rede de influência social, cultural e intelectual que mantém referência no PT, teria um efeito enorme nas energias e na orientação das lutas de resistência. Seria preciso construir toda uma estratégia para, através da colaboração dos vários instrumentos de comunicação, aproximar o poder de voz do potencial de votos do partido. A incapacidade de construir canais amplos de comunicação pública continua sendo um limite histórico, estrutural e limitador. Por fim, é possível e necessário desencadear já um processo de auto-organização e autofinanciamento da base de filiação do partido, que será cada vez mais decisiva. É preciso diminuir a distância entre o número de filiados e o número de petistas organizados em coletivos de base, que foi aumentando no curso da institucionalização do partido. Integrados em redes comunicativas, há aí um imenso e novo potencial de organização, de convocação e enraizamento social do petismo, que pode ser decisivo nesta conjuntura aguda de luta de classes.

53. Uma terceira dimensão fundamental seria alterar a correlação de forças comunicativa entre os golpistas e as esquerdas brasileiras. Apesar da intensa campanha midiática, há hoje uma profunda impopularidade das lideranças golpistas (o distanciamento parcial e recente dos oligopólios da mídia em relação à figura de Temer já se deu em um momento em que sua impopularidade já estava na ordem de 70 %), o programa golpista encontra já uma rejeição bastante majoritária, a própria Lava-Jato encontra-se em processo de deslegitimação, lideranças da esquerda, como Lula, ascendem nas pre-

ferências eleitorais. Se os jornais apresentam hoje um papel muito secundário na formação da opinião política, se a televisão ainda é o principal meio de formação da opinião, há um dinâmico e forte crescimento do papel da internet. Investimentos unitários, qualificados e interativos das esquerdas brasileiras têm decerto o potencial para alterar, no curto prazo e de forma significativa, a correlação de forças contra os neoliberais na disputa comunicativa.

54. De um ponto de vista histórico, já considerando atitudes sectárias de outros partidos e correntes de esquerda, é da responsabilidade principal do PT não se haver construído no Brasil uma frente única estratégica das esquerdas. Se no início do processo de disputa presidencial, o PT fez frente com a esquerda da tradição histórica do PSB e com a esquerda da tradição trabalhista, além do PCdoB, a partir de 2002, mas principalmente a partir de 2010, quando a maioria partidária impôs a prioridade de coalizão com o PMDB e outros partidos de centro-direita, foi se alargando a distância e os desencontros entre as várias tradições da esquerda brasileira. Desta unidade inicial apenas o PC do B firmou-se estrategicamente em aliança nacional com o PT. Se o sentido social muito amplo da liderança de Lula e as dinâmicas de segundo turno compensavam em parte esta falha histórica, o pragmatismo eleitoral e as dinâmicas do chamado presidencialismo de coalizão atuavam na direção oposta.

55. Este erro histórico, muitas vezes criticado como hegemonismo da parte do PT, hoje está no centro de impasses na luta de resistência e, principalmente, da construção de alternativas. Se é verdade que não se construiu nenhuma alternativa partidária de esquerda do porte e enraizamento nacional do PT, o que ainda é mais verdade para a liderança histórica de Lula, é também real que em várias situações regionais e em centros urbanos importantes, em certas dinâmicas de movimentos sociais, o PT não constitui a única e, em alguns casos, a principal referência partidária de esquerda. E,

certamente, há uma expressiva parcela de militantes sociais de esquerda que não se filiam organicamente a nenhum partido de esquerda. Há uma nova geração de militantes cristãos de base em processo de formação e renovação. Mais do que nunca, o PT não pode abrir mão da responsabilidade de construir, a partir da sua cultura pluralista socialista democrática, uma frente estratégica das esquerdas brasileiras, que seja mais além de eleitoral, referência permanente das lutas.

56. O ciclo recente das lutas contra o golpe formou a Frente Brasil Popular (com mais enraizamento e força nacional) e a Frente Povo Sem Medo (com forte enraizamento em São Paulo, mas com um importante dinamismo de crescimento nacional). Da Frente Brasil Popular, além do PT, da CUT, da Marcha Mundial das Mulheres, e do PC do B, participam movimentos sociais e políticos centrais como o MST, além da Consulta Popular, o MAB. A Frente Povo Sem Medo, com uma atuação muito sensível à unidade das esquerdas e com forte protagonismo de iniciativas, já marcou o seu lugar no mapa das novas esquerdas brasileiras. Já se conquistou uma importante unidade de iniciativas entre estas duas frentes. Mas há ainda muito a avançar na construção de unidades programáticas e estratégicas.

57. A construção de uma frente única estratégica e nacional das esquerdas brasileiras não pode nem deve ser adiada em função das alianças as mais amplas possíveis de resistência à contra-revolução neoliberal. Ela se opõe claramente a uma política de centro-esquerda que dissolva a identidade, o programa e os compromissos dos socialistas democráticos. A dinâmica polarizada de luta contra o golpe exige claramente a delimitação e o crescimento da força da esquerda anti-neoliberal. A partir daí a esquerda deve se aliar com todos aqueles que se posicionam contra o golpe e o seu programa neoliberal, assumindo compromissos reais de luta, inclusive com o apoio à proposta da realização de um plebiscito revogatório que anule todas as decisões e leis do período golpista. Em um ou-

tro patamar, colocam-se alianças táticas ou em torno a temas ou eventos circunscritos, apoios de personalidades ou setores que estejam em rompimento com as forças golpistas. Quando mais avançada estiver a aliança estratégica das esquerdas, com mais flexibilidade tática estas alianças circunstanciais ou circunscritas podem ser feitas.

58. A cisão entre política e cultura, na melhor tradição humanista do marxismo, atualizada por Gramsci, corresponde à morte da hegemonia política de um partido de esquerda. A história original profunda e rica, mas descontínua e crescentemente estreitada do PT com as forças vivas e criativas da cultura brasileira é o principal sinal da sua dificuldade em construir um projeto hegemônico para o país. Nestes tempos marcados por uma evidente crise de civilização, de disputa de valores, tal carência é fatal para um partido político de esquerda. Os movimentos políticos de luta contra o golpe já criaram e colocaram em movimentos ricos circuitos de resistência cultural afins aos valores do socialismo democrático. Um novo ascenso das lutas do povo brasileiro, de reposição de seus valores e esperanças contra o programa neoliberal, reivindicará das esquerdas brasileiras dar centralidade a um programa e uma estratégia de enraizamento nas culturas de emancipação brasileira.

59. As primeiras formações culturais singulares do povo brasileiro datam da resistência dos povos originais, dos escravizados, dos sincretismos culturais e religiosos que por aqui se formaram. Ganham identidade nacional com a cultura que se criou em torno dos movimentos da inconfidência e do período do romantismo, do abolicionismo. Tornaram-se movimentos culturais históricos e formadores nas correntes de orientação crítica à modernidade liberal com a eclosão dos Modernismos, principalmente aqueles dirigidos por Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Nesta mesma época, estava em curso o movimento de afirmação e sínteses do samba, com toda a sua cosmogonia popular e de matriz africana. No período dos anos trinta e no pós-guerra firmaram-se na poe-

sia e na prosa, na arquitetura, na pintura, na música, nas artes do carnaval, no cinema surtos impressionantes de um coração “sentimento do mundo”, como nos propôs Drummond. A cultura brasileira tornou-se um eixo fundamental de resistência à ditadura militar e, após a redemocratização, continua a nutrir os motivos de sociabilidade, de aspirações de novas sensibilidades e modos de viver.

60. A formação da cultura do socialismo democrático, entendida como humanismo radical, como atualização crítica ao capitalismo de motivos fundadores de um republicanismo democrático e popular, deve ser vista como expressão do próprio processo de auto-formação do povo brasileiro em suas tradições como as várias formas de sincretismo popular, em particular todas as matrizes de origem africana, as tradições dos quilombos e das revoltas populares e classistas, dos movimentos camponeses e de luta pela terra, o cristianismo de base e da libertação, o nacional-desenvolvimentismo, as novas expressões libertárias e anti-patriarcais das mulheres em movimentos de emancipação. A cultura do socialismo democrático é, pois, uma síntese aberta, profundamente nacional popular e internacionalista, da própria cultura de emancipação do povo brasileiro.

NOVO PERÍODO HISTÓRICO E A QUESTÃO DO PARTIDO

PROJETO DE RESOLUÇÃO 2:

O golpe que depôs a presidenta Dilma é um acontecimento divisor de períodos históricos: representa o final de um período democrático que vem desde a queda da ditadura militar e o limiar de um período novo, cujo caráter ainda está em disputa. Quer dizer, vai muito além do fato que finda também os treze anos de governos do PT, de 2003 a 2016.

Podemos afirmar que o caráter do período que se abre está em disputa. E que, dependendo do resultado dessa disputa, a esquerda brasileira ou perderá o seu papel de protagonista no cenário nacional e regional (América Latina) ou retomará em novas condições programáticas e organizativas.

O mesmo pode ser dito, mais correta e ativamente, de forma inversa: a capacidade de ação da esquerda determinará o caráter do novo período. A capitulação levará ao abismo; o limite da resistência social abre mão da disputa política e implica no risco da fragmentação; a luta política vigorosa junto com a resistência social permitirá reconstruir uma esquerda nova e retomar a disputa nacional e regional.

Assim, o que está em disputa é como a esquerda entrará no novo período, o que, por sua vez, definirá o próprio caráter desse novo período. Podemos dizer, com mais precisão ainda, que o que está em disputa agora é sobretudo qual e quem será a esquerda do próximo período.

A ruptura da ordem burguesa pela própria burguesia alterou completamente a dinâmica normal do período anterior, a sua lógica e mesmo a consciência dos sujeitos nela implicados (ou excluídos). Implicou, certamente, em uma nova dinâmica das forças de direita e mesmo na criação de novas forças de direita, algumas na linha da extrema direita.

Implicou, de outro lado, em uma nova dinâmica das forças de esquerda. No seu momento de auge, essa nova dinâmica conseguiu reunir condições virtuosas que apontaram (e continuam a apontar) para as novas características de uma esquerda capaz de superar os erros e ilusões que permitiram o alçamento da direita.

Os erros, ilusões e impasses, grosso modo, são:

- a. a ilusão em um “compromisso democrático da burguesia brasileira”;
- b. alianças com partidos tradicionais;
- c. acomodação ao limite da governabilidade burguesa;
- d. cópia (e não combate) aos padrões burgueses de financiamento (e de corrupção);
- e. e conciliação com o neoliberalismo com a guinada conservadora e renúncia programática de 2015.

Se colocarmos do avesso, entendendo as condições virtuosas esboçadas pelas esquerdas unidas na luta contra o golpe, poderíamos expor assim uma futura plataforma da esquerda socialista do próximo período:

- a. democracia como conquista dos trabalhadores (à la Manifesto de fundação do PT de 1980) e compreensão do caráter histórico antidemocrático da burguesia (à la Manifesto Comunista de 1948 e Mensagem à Liga dos Comunistas de 1850);

b. construir frentes e alianças com partidos e movimentos do campo democrático e popular (como foi a política inicial do PT, alargada com a experiência das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, elas próprias espaços de participação);

c. democracia participativa, liberdade de comunicação, reforma política, nova constituição (superando a Nova República, ou seja, a máxima expressão da democracia burguesa no Brasil);

d. incompatibilidade entre democracia e poder econômico, antagonismo entre democracia e neoliberalismo, abolição do financiamento empresarial, combate à corrupção no Estado, nos partidos e nos sindicatos;

e. defesa de uma política econômica radicalmente anti-neoliberal nos planos nacional e internacional (que, em seu desdobramento, deveria apontar para elementos de um programa de transição ao socialismo); e

d. novas formas de organização e auto-organização, pluralismo e igualdades.

Esse acúmulo em potencial é decisivo para o próximo período histórico. Na luta – finalmente derrotada – contra o *impeachment*, as forças populares e de esquerda gestaram as sementes da superação dos erros, ilusões e impasses do período anterior. Perdê-las agora seria sofrer uma derrota dentro da derrota.

Consideramos que, na nova dinâmica de esquerda no Brasil, quatro vetores se desenvolvem:

a. a luta decisiva por uma hegemonia de esquerda no PT;

b. a defesa de uma frente de partidos de esquerda;

c. a construção e unificação das frentes de massa contra o golpe e o neoliberalismo; e

d. a formação de novas camadas militantes e novos processos de organização (e auto-organização).

É decisivo lutar por uma hegemonia de esquerda no PT, pois só assim ele poderá participar dessa esquerda nova em formação.

PONTOS PARA UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO 3

Nossa corrente – a DS – deve trabalhar para que o PT assuma um programa que no governo ou na oposição construa e acumule forças para um processo de superação do estado capitalista. O socialismo não brota de um passe de mágica nem por mera enunciação de um momento longínquo no horizonte. Constrói-se no dia a dia da luta anticapitalista em todos os planos da vida real, com o protagonismo dos indivíduos e das lutas sociais.

Desde sua fundação, o PT reivindica e afirma sua identidade socialista. Isso exige, no entanto, que suas lutas e suas ações como partido ou quando é governo tenham essa singularidade. Sem essa coerência não se acumula forças, não se avança e viramos, cedo ou tarde, mais um partido da ordem estabelecida. A estratégia socialista é um processo em que as conquistas e a correlação de forças necessitam uma vanguarda, forças subjetivas que coloquem, permanentemente, a luta em novo patamar de consciência e de avanços.

Nesse momento de reconstrução, de avaliação autocrítica diante do golpe sofrido em 2016, torna-se imperiosa a formulação de um programa que coesione novamente o Partido e sua militância nas lutas sociais e nas disputas eleitorais próximas.

Essa é uma das principais tarefas da nossa Conferência: Contribuir para que o Partido discuta e assuma uma identidade programática que nos arme para novos desafios. Um exemplo dessa necessidade é o recente episódio sobre a reforma político-eleitoral no Congresso Nacional. Apesar das resoluções do 6º Congresso definirem uma posição partidária; na Bancada Federal tivemos a ação do Deputado Vicente Cândido (PT/SP) como relator de uma proposta que nada tinha a ver conosco. Durante o debate e as votações a bancada não conseguiu passar para a sociedade uma proposta partidária; disputá-la na opinião pública. Mostrar as diferenças, agir como um partido que une ação diária com a propaganda do projeto que o justifica. O relator não foi desautorizado, não agimos como bancada, não buscamos formar um bloco em defesa dos elementos centrais de uma reforma eleitoral democrática. Foi a negação do 6º Congresso. Este é um exemplo da necessidade de pactuarmos, de coesionarmos um programa que o conjunto do Partido assuma, defenda e pratique.

A) UMA POLÍTICA DE ALIANÇAS CLASSISTA E ANTICAPITALISTA

O golpe que depôs a presidenta Dilma foi mais um exemplo histórico no Brasil do comportamento das classes sociais dominantes e seus partidos em relação a democracia. Foi assim em 1954, em 1961, no golpe de 64, na luta pelas eleições Diretas em 1984.

Nossa política deve ser de unidade do campo de esquerda, com os partidos que se opuseram ao golpe e com as frentes populares e movimentos sociais organizados. Essa deve ser a estratégia e não o cálculo pragmático de cada processo

eleitoral. Precisamos ter a iniciativa dessa unidade na discussão imediata com esses partidos em torno de um programa comum. Essa é a unidade a ser buscada e esta unidade é fundamental para a construção da hegemonia capaz de atrair dissidentes e setores que desgarram do centro político nos momentos de grande crise. A luta político-eleitoral não pode ser separada da disputa de um sistema eleitoral que garanta governabilidade aos eleitos.

B) GOVERNOS DE PROFUNDA PARTICIPAÇÃO POPULAR

A unidade do campo da esquerda deve se dar com base em governos de participação popular e direta, com fortalecimento dos conselhos setoriais nos entes federados, de Orçamento Participativo em todos os níveis de governo, com poder de deliberação sobre gastos e investimentos públicos.

A democracia participativa é o melhor antídoto contra o neoliberalismo globalizador e rentista. Assim como, a principal escola para o povo viver experiências que o permitam ir além da mera democracia representativa e construir novas instituições de democracia participativa. As combinações do caráter presencial com as novas tecnologias de informação/comunicação abrem possibilidades infinitas de participação/deliberação na revolução democrática.

Esse é um exemplo concreto de proposta política que adquire um caráter de processo, de transição. É incompatível com o caráter não democrático, hoje inclusive, como estado de exceção que o capitalismo adquire mundialmente.

C) LUTA POR UMA PROFUNDA REFORMA POLÍTICO- ELEITORAL DEMOCRÁTICA

Defesa intransigente da proporcionalidade como sistema eleitoral que garanta a representação de todos e todas.

Que seja idêntica para todo o país na representação da cidadania e não como hoje onde nos Estados existem piso e teto que distorcem a representação da sociedade. Fim do atual bicameralismo com funções idênticas, mas, eleito por critérios distintos de representação. Voto em listas partidárias com igualdade de gênero, democraticamente indicados em convenções partidárias.

Financiamento público eleitoral aos partidos com redução drástica dos gastos eleitorais. Radical diminuição da burocracia e dos privilégios e vantagens dos gabinetes parlamentares (previdência, assistência médica, emendas parlamentares, verbas indenizatórias e tantas outras). Alianças partidárias eleitorais com durabilidade de mandato e respeito às proporcionalidades de cada partido.

Abrir o debate, em especial nos municípios, sobre a contradição das Câmaras de vereadores reduzidas x custos orçamentários. O Orçamento Participativo provou que é possível ampliar a participação e a decisão sem ampliar custos legislativos. Temos que ousar na coragem de defender outro tipo de legislativo, mais barato, menos burocrático e muito mais democrático. Um exemplo concreto são os Conselhos municipais nos países europeus onde a remuneração ocorre apenas nos casos de trabalho em tempo integral na administração.

D) COMBATE AO ELITISMO, A BUROCRATIZAÇÃO E PRIVILÉGIOS DO JUDICIÁRIO

O controle da sociedade, inclusive via Legislativo, sobre o poder de funcionar e julgar do Judiciário inexistente ou é quase nula. Não há freios nem limites no abuso de poder dos juízes (vide os processos da Lava-Jato) e da subjetividade e seletividade na geração de “provas” via delação premiada.

O elevado número de casos de corrupção no poder judiciário demonstra que há necessidade de maior controle social via processos eleitorais e mecanismos não corporativos de

punição. Luta imediata contra os privilégios e vantagens que o Judiciário se estabelecesse via administrativa como auxílio moradia, verbas indenizatórias, duplas remunerações através da justiça eleitoral e privilégios pessoais inaceitáveis. Não é possível conviver com a volta à advocacia dos desembargadores dos tribunais após aposentadoria onde já são beneficiados por remuneração plena e vitalícia. Fim imediato dos Tribunais de Justiça Militar que sobrevivem nos Estados. Para o conjunto dos judiciários estaduais o Conselho Nacional de Justiça se transformou em mais um sindicato do judiciário do que um órgão de controle. A “unificação” da carreira transformou-se na porta aberta para as decisões “administrativas” substituírem as leis estaduais e suas realidades econômicas e fiscais.

E) DEFESA DO ESTADO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO

Um dos elementos básicos do neoliberalismo rentista é a privatização não só de empresas e bancos públicos como também dos serviços essenciais para a vida em sociedade. O poder público deve assumir os serviços essenciais como a água, o saneamento, a educação, a saúde, a energia elétrica, a telefonia e o transporte de massas através de empresas públicas que não sirvam para a acumulação privada e sejam controlados pelo Estado e por mecanismos de controle popular dos próprios trabalhadores e usuários. Nossos governos e nossa luta deve ser para manter, criar e/ou recuperar esses serviços que foram ou estão sendo privatizados. Constitui-se numa renúncia programática e ideológica aceitar os argumentos de que concessões, pedágios e serviços são privatizados para serem mais eficientes. Ao contrário, serviços dessa natureza é que devem ser incompatíveis com lucro e acumulação privada. Precisamos desenvolver e ousar nos mecanismos de controle público e democrático. É preciso inovar na busca de alternativas fora da ordem estabelecida.

Nossos governos precisam ousar nas experiências de gestão. Há várias formas de estabelecer serviços públicos fora da gestão privada e lucrativa. Nesta visão, por outro lado, cabe ao movimento sindical incluir na sua pauta a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, através de comitês próprios, eleitos pelo conjunto dos trabalhadores.

F) UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA E DIRETA

Nosso partido e seus governos não podem vacilar ou se confundir nas políticas tributárias. O perfil da tributação atual é o inverso do que deveria ser. O mais regressivo do mundo entre os grandes países. Predominam os impostos indiretos sobre o consumo. O imposto de “renda” arrecada mais sobre os salários do que sobre a renda. E o imposto territorial rural, com os nossos 8 milhões de km² onde predominam latifúndios, não alcança 1% do total da receita tributária nacional.

A crise fiscal dos Estados e Municípios e da própria União é o resultado dessa realidade somada às políticas de isenções, benefícios e desonerações para os ricos e as pessoas jurídicas.

Nossa experiência no governo federal foi extremamente conservadora. Além de manter a brutal desigualdade encontrada, não mantivemos a CPMF e nem disputamos as alíquotas progressivas no Imposto de Renda.

Nos municípios temos a possibilidade de gravar o IPTU via alíquotas e progressividade. Taxar duramente os vazios urbanos e áreas de reserva de valor e de especulação com progressividade no tempo.

O ISSQN permite uma seletividade de categorias e atividades profissionais que conduzem a maior justiça tributária e mais incentivo a atividades econômicas.

Nos Estados, o imposto sobre transmissão e herança precisa ter outra participação, muito maior, no bolo tribu-

tário. É inadiável mudar o absurdo criado pela chamada lei Kandir que isenta a exportação de grãos e minérios como se fossem industrializados.

Essa política tucana da época FHC foi acompanhada da diminuição das faixas e alíquotas do Imposto de Renda gravando mais os assalariados do que as empresas, os lucros, rendas e dividendos.

Os países capitalistas desenvolvidos praticam políticas tributárias progressivas e diretas mais altas. No Brasil, no entanto, nem esse mínimo de justiça fiscal se pratica e isso não é uma questão apenas de equilíbrio, de justiça tributária, mas tem consequências imediatas para o desenvolvimento econômico e a criação de um amplo mercado de consumo de massas.

Tributação não é tudo, mas sabemos que importa assim como uma estrutura financeira pública (caso do Brasil, com a CEF, o BB, os bancos regionais e o BNDES), são importantes para alavancar e impulsionar a atividade econômica.

É necessário ter iniciativas e organizar mobilizações para aprovar medidas tributárias nesse sentido. Temos que disputá-las permanentemente.

G) EMPRESAS PÚBLICAS, ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERATIVAS E AUTOGESTÃO

Nenhum modo de produção nasce pronto ou da noite para o dia. Os embriões do mercado, suas trocas e mercadorias são latentes desde o início do feudalismo. Tanto no plano econômico como na política as sementes de uma outra sociedade já aparecem nas contradições e conflitos da anterior.

Por isso, os capitalistas e seus ideólogos combatem tanto as empresas e atividades públicas porque, mesmo com suas distorções e estarem a serviço do capitalismo predominante são experiências concretas e funcionam. Muitas vezes com grande sucesso como são os bancos públicos ou empresas como a Petrobrás. Seu funcionamento, porém, tem a vertica-

lização e as práticas comuns das empresas capitalistas. Nosso desafio é estruturá-las noutra lógica não-capitalista, com participação dos trabalhadores e auto-gestão.

Daí, também, a importância de fortalecer as cooperativas e principalmente, mantê-las democráticas, defensoras de uma lógica solidária e coletiva quando crescem e constroem direções mais complexas e especializadas.

H) A DEMOCRATIZAÇÃO E A LUTA IDEOLÓGICA

Mais do que pela crise econômica alegada em 2015 para justificar o golpe, fomos derrotados pela versão da crise e dos acontecimentos. Não há democracia possível com a oligopolização da mídia e a difusão da ideologia do neoliberalismo rentista.

Os monopólios atuais da mídia (rádio, TV, jornais nos mesmos grupos) não tem respaldo na Constituição de 1988. Nossa luta é desmanchá-los e democratizá-los. Precisamos iniciativas parlamentares e nos governos ações concretas que criem fontes alternativas de informação. Não é coincidência que a primeira MP do golpista Temer foi para destituir o mandato do Presidente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Nosso governo tem que dar outro conteúdo para as rádios de TVs públicas regionais, criar e favorecer a existência de veículos alternativos que enfrentem o brutal controle atual da informação no país.

Nesse sentido o PT tem que retomar uma identidade ideológica perdida. O crescimento da ação parlamentar e de governo levou o partido a ir abandonando e perdendo a disputa ideológica e de valores na sociedade. Para isso pesou, particularmente, a cooptação institucional, a política de alianças e a ausência de combate ao processo de confessionalismo na política e nos partidos. É preciso recuperar nas escolas, nas universidades e nas atividades culturais o sentido da luta ideológica contra o preconceito, o obscurantismo e o neoliberalismo.

lismo predominantes. No plano ideológico é onde sofremos a maior derrota nessa crise. A luta pelo caráter igualitário do socialismo, da soberania nacional, da integração regional, do estado laico e tolerante, da democracia participativa, da solidariedade e da igualdade como bandeiras indissociáveis e permanentes das reformas e políticas sociais praticadas.

I) POR UMA ÉTICA E VALORES COMPATÍVEIS COM UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

Por fim, mas não por último pois esta proposta de resolução não se propõe a esgotar as tarefas de um Programa de Transição, mas exemplificar questões relevantes, é necessário frisar a necessidade de fortalecer uma visão ética e de valores compatíveis com a sociedade que queremos construir: solidária, igualitária e que não caia no pragmatismo maquiavélico de que “os fins justificam os meios”.

Valores que incorporem o feminismo, a igualdade de gênero, o combate ao racismo e à LGBTfobia, a defesa do meio ambiente e enfrentem os preconceitos, a intolerância, o fundamentalismo religioso em todas as iniciativas políticas que desenvolvemos.

LENIN EM 2017

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

Uma boa forma de compreender a atualidade da revolução russa é propor a leitura crítica da experiência e do seu principal autor. Essa é a leitura possível de LÊNIN EM 1905 e por isso a escolha para publicar na Revista Democracia Socialista.

Seguidor de Isaac Deutscher e historiador marxista da experiência soviética, Liebman desenvolve a tese de que Lênin aproximou-se de Trotsky entre as duas revoluções russas de 1905 e 1917. Ou, mais exatamente, em cada um desses momentos revolucionários. É na revolução que suas visões se entrelaçam. Essa proximidade em 1917, entre as Teses de Abril e a Revolução Permanente, é bastante clara. Ao mesmo tempo, é também bastante clara o afastamento entre Lênin e os velhos bolcheviques, agarrados ao esquema da revolução burguesa como etapa necessária. De outro lado, em 1905, os soviets — conselhos que expressam o poder da revolução — são vistos com muita desconfiança pela direção do partido bolchevi-

CARLOS HENRIQUE ÁRABE
Doutor em Ciência Política pela Unicamp, é membro da Coordenação Nacional da Democracia Socialista e secretário nacional de comunicação da Executiva Nacional do PT.

que, inclusive porque este era minoritário. Enquanto isso, Lênin passa a defender os soviets como criação revolucionária e Trotsky preside o principal soviets da Rússia.

Obviamente trata-se de uma abordagem anti-stalinista, mas talvez o que mais surpreenda é a presença dos temas que normalmente são associados a Rosa Luxemburgo na sua crítica à concepção Lêninista de 1903. A criatividade das massas em períodos revolucionários e a necessidade do pluralismo e da democracia partidária para além do centralismo, aparecem como temas fundamentais da reelaboração de Lênin nesses momentos decisivos.

O artigo de Marcel Liebman oferece uma leitura instigante para os debates atuais sobre partido. Percorrendo as reelaborações de Lênin no calor das duas revoluções, Liebman reconstrói a crítica Lêninista à burocracia partidária, a sua defesa de um partido revolucionário de massas e de uma enorme flexibilização do centralismo democrático em favor do pluralismo e da legitimidade das correntes (e mesmo frações) partidárias.

Boa leitura!

LÊNIN EM 1905: UMA REVOLUÇÃO QUE ABALOU UMA DOCTRINA

MARCEL LIEBMAN

TRADUÇÃO: GABRIEL ROCHA GASPAR

REVISÃO TÉCNICA: CARLOS HENRIQUE ÁRABE

O ano de 1905 testemunhou o primeiro encontro entre leninismo e revolução. Até 1905, Lênin estava preocupado em desenvolver a teoria e a prática cotidiana do instrumento da revolução, o partido de vanguarda. Ele havia elaborado suas exigências estruturais e métodos operacionais. Havia desenvolvido alguns de seus mais importantes conceitos, como a necessidade de *centralização* do Partido, a *disciplina* com que ele deve ser regido e seu papel em guiar as massas e organizá-las em *quadros*, para neutralizar as deficiências de uma espontaneidade que ele havia combatido vigorosamente. Por fim, Lênin havia salientado, principalmente em *O que fazer?*, a importância primordial de um partido de revolucionários profissionais que constituísse, de fato, uma ordem política e militar capaz tanto de enfrentar a repressão policial quanto de formar uma trincheira contra o oportunismo. Tais ideias constituíram a primeira concepção sistemática e coerente de um *partido de elite*, encarregado de *dirigir* a atividade do proletariado.

MARCEL LIEBMAN

Foi um historiador marxista belga. Sua principal obra é *Le Leninisme sous Lenine*, Éditions du Seuil, 1973.

GABRIEL ROCHA GASPAR

Jornalista e mestre em Literatura pela Sorbonne Nouvelle Paris 3.

A Revolução de 1905 nos oferece a primeira oportunidade de observar a flexibilidade das ideias leninistas, a maleabilidade de seu pensamento, e a característica essencial de sua genialidade revolucionária: sua capacidade de compreender o significado e as consequências dos acontecimentos, sua perspicácia para detectar as possibilidades renovadas que nascem de novos fatos e, de repente, colocam em cheque análises – inclusive as dele próprio – tidas há muito como consolidadas; por último, mas não menos importante, sua disposição e capacidade de aprender com as massas e aplicar com sucesso as lições do movimento. O fato de ele conseguir fazê-lo não se deve a um cálculo astuto mas à convicção profundamente revolucionária e democrática de que o povo é o agente de sua própria libertação. Deve-se também a seu temperamento de militante disposto a rever criticamente a teoria como mecanismo de comprometimento integral com a luta desencadeada pelas massas. O leninismo é uma doutrina mas é também uma atitude pragmática orientada para a ação revolucionária, que aprofunda e revigora a doutrina, impedindo que ela se torne engessada. Isso fica claro na maneira como Lênin reagiu à Revolução de 1905, e que, em muitos aspectos, antecipa a atitude que fez dele, em 1917, o principal arquiteto da vitória bolchevique.

Nossa investigação parte dos seguintes pontos de análise: a concepção e as estruturas da organização bolchevique conforme elas eram transformadas pelos eventos revolucionários; as concepções de Lênin sobre a natureza do Partido, o papel das massas e a estratégia revolucionária; e, por fim, suas tentativas de fazer com que seus seguidores aceitassem seu ponto de vista.

1905 E A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE

Os acontecimentos de janeiro de 1905 pegaram de surpresa a maior parte dos revolucionários russos. Os bolchevi-

ques em particular não haviam previsto esses eventos e, via de regra, reagiram com apreensão, hesitação e até certa hostilidade. Ainda que, nos meses seguintes, a agitação popular tivesse se espalhado pelo país, eles não foram ágeis em mudar de atitude. Mas o movimento se desenvolveu tão rapidamente e seu sucesso, embora breve, foi tão espetacular que esses acontecimentos não poderiam deixar de entalhar uma marca profunda no bolchevismo. A organização leninista formada pela Revolução de 1905 era diferente da forma original idealizada por Lênin. Lênin havia apresentado os princípios gerais de sua organização não apenas em *O que fazer?* e *Um passo para frente, dois passos atrás*, mas em diversos artigos, relatos e discursos. *Carta a um camarada*, que data de setembro de 1902, é, em muitos aspectos, o mais interessante destes documentos. É um texto que não contém meras generalidades; ele fornece informações que nos permitem compreender as visões concretas de Lênin sobre o Partido Revolucionário. Nesta carta, ele descreve sua concepção da relação entre a organização revolucionária e a massa trabalhadora, além de oferecer detalhes da estrutura e das funções do Partido. Os comitês regionais, submetidos à liderança do Comitê Central, dirigiriam “*todos os aspectos do movimento local*” e deveriam ser compostos de social-democratas completamente conscientes, dedicados integralmente às atividades social-democráticas¹. A autoridade dos comitês deveria se estender por uma série de aspectos técnicos e por seções suficientemente competentes para lidar com questões relacionadas às suas próprias localidades; e sua relação com a liderança regional deveria ser pautada pelo princípio da centralização e da estrita subordinação hierárquica. Lênin enfatiza que o “o princípio eleitoral e a descentralização [são] absolutamente inadmissíveis e inclusive nocivos ao trabalho revolucionário sob a autocracia”². Por fim, na base, deveria haver “círculos de fábrica”, compostos de um “reduzido número de *revolucionários*, encarregados *diretamente pelo comitê*, e com plenos poderes para dirigir todo o trabalho social-

1. *Carta a um camarada*, (setembro de 1902).

2. *Ibid.*

3. Ibid.

4. *Novas Tarefas e Novas Forças* (fevereiro de 1905).

-democrata na fábrica”. Lênin enfatiza que “Todos os membros do comitê de fábrica deverão ser considerados agentes do comitê, obrigados a submeterem-se a todas as suas decisões e observarem todas as ‘leis e costumes’ deste ‘exército em campanha’ ao qual se filiaram e do qual não têm direito de sair em tempo de guerra sem a permissão do comando”.³ É evidente que esta abordagem enfatiza enormemente a necessidade de estrita disciplina militar e as prerrogativas quase ilimitadas dos comitês, cuja composição reflete a predominância e até a hegemonia absoluta de revolucionários profissionais. No entanto, em consonância com a concepção leninista e com as exigências da época, a nomeação de quadros partidários – tanto bolcheviques quanto mencheviques – seguiria o sistema de cooptação, já que o princípio democrático eletivo era virtualmente desconhecido na prática da social-democracia russa.

Os eventos revolucionários de 1905 e 1906 submetem a abordagem leninista a um teste intenso. E o primeiro a percebê-lo foi o próprio Lênin. Até então, ele havia defendido a ideia de um partido com número bastante restrito de afiliados. Mas em fevereiro de 1905, declarou que “é preciso ampliar fortemente o número de membros de toda a espécie de organizações do partido ou aderentes ao partido para acompanhar, ainda que minimamente, a torrente de energia revolucionária popular, que cresceu cem vezes [...] É preciso recrutar mais jovens trabalhadores e ampliar o espectro de nossas organizações partidárias [...] *Centenas* de novas organizações devem ser criadas”⁴.

Lenin desenvolveu essas ideias conforme se desenrolava a Revolução de 1905. Elas tinham duplo significado: por um lado, marcavam a transformação da concepção elitista do partido em uma concepção de massas; por outro, significavam a reorientação da relação entre a organização revolucionária e as massas; estabeleciam um novo olhar sobre a questão da espontaneidade.

A decisão de ampliar o recrutamento – e, particularmente, de permitir um papel mais ativo de elementos vin-

dos da classe trabalhadora, cuja atuação até então havia sido praticamente irrelevante – teve impacto profundo na natureza da organização leninista. Em 1905, o número combinado de membros de grupos bolcheviques e mencheviques na Rússia não ultrapassava 8,4 mil. Em 1907, eles eram mais de 84 mil (46 mil bolcheviques e 38 mil mencheviques). Um ano depois de eclodida a revolução, Lênin, antecipando o desenvolvimento real da organização revolucionária, já a havia descrito, pela primeira vez, como um “partido de massas”.⁵ Tal expressão, no entanto, referia-se não apenas ao número de membros, mas também às estruturas e métodos de ação do Partido, sobre os quais Lênin declarou: “A nova forma de organização, ou melhor, a nova forma do núcleo organizacional fundamental do partido dos trabalhadores, deve definitivamente ser muito mais ampla do que eram os círculos antigos. Ademais, o novo núcleo deverá, provavelmente, ter uma organização menos rígida, mais ‘solta’, mais ‘livre’”.

Antes um convicto defensor dos poderes absolutos do comitê, Lênin defendia agora que as “prerrogativas formais anteriores [desses comitês] não faziam mais sentido”⁶. Ele advogava ainda uma mudança profunda nas atividades da social-democracia; sem sacrificar as organizações clandestinas, era “absolutamente necessário” criar [...] novas organizações partidárias legais e semi-legais⁷. Lenin, embora fosse o principal fundador do Partido Social Democrata clandestino, e ainda permanecesse convencido da necessidade de manter o caráter secreto de algumas atividades e aspectos do partido, observou: “Nosso partido estagnou no trabalho clandestino [...], foi sufocado [...] Nos últimos anos, ele vem sendo sufocado na clandestinidade. O subterrâneo está nos dispersando”.⁸

A ORIGEM DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

Em *Um passo para frente, dois passos atrás*, Lênin havia explicado que o debate entre os partidários bolcheviques do

5. *Devemos nós boicotar a Duma Estatal?* (janeiro de 1906).

6. *A reorganização do Partido* (novembro de 1905).

7. *Ibid.*

8. *Ibid.*

9. *Um passo para frente, dois passos atrás*, 1961.

10. *O que fazer?*, 1961.

11. *Terceiro Congresso dos Soviéticos de Deputados Operários, Soldados e Camponeses de Toda a Rússia* (março de 1906).

12. *Let the Workers Decide* (June 1906), 1962, vol. 10, p. 503.

centralismo e seus opositores mencheviques poderiam ser reduzidos à questão elementar da “burocracia contra a democracia”⁹. Em *O que fazer?*, ele já havia declarado que em um contexto em que o socialismo russo havia sido forçado à clandestinidade e enfrentava repressão policial constante, o respeito aos princípios democráticos deveria ser sacrificado em nome das exigências da segurança e da eficiência. Tais princípios, “em meio às sombras da autocracia e o domínio da gendarmaria [...], não passam de *um brinquedo inútil e perigoso*”¹⁰. Os levantes de 1905 e 1906 varreram estes conceitos, que o próprio Lênin descreveu – de forma até inadequada – como “burocráticos”. A Revolução mal entrava em seu terceiro ano quando ele afirmou que “a reivindicação *completa* do princípio eletivo poderia ser aplicada de forma muito mais ampla do que é atualmente”¹¹. A adoção do princípio eletivo em todas as esferas do partido era condicionante fundamental da democratização. Havia outra condição: a restrição aos poderes quase arbitrários dos comitês e, no topo, do Comitê Central. Encorajados por Lênin, os bolcheviques adotaram este caminho. O Congresso Bolchevique de abril de 1905 se declarou favorável à “autonomia dos comitês” em relação ao Comitê Central, o que afetou seriamente a autoridade deste último. Um ano depois, Lênin expressou sua satisfação com a “base democrática” da organização de São Petesburgo. Ele explicou que “*todos* os membros do partido discutem e *decidem* questões referentes às campanhas políticas do proletariado e que *todo* membro do partido determina a linha e as táticas das organizações do partido”¹². De fato, por muitos meses, a vida nas organizações bolcheviques foi bastante intensa; houve debates prolongados e vigorosos, em que diversas tendências se enfrentaram. A reunificação dos comitês bolcheviques e mencheviques em um só movimento criou a necessidade de permitir que tendências ideológicas bem definidas se confrontassem abertamente.

Foi neste período e ambiente que surgiu um princípio que o movimento comunista incorporaria, ao menos em tese, e ao qual hoje nos referimos constantemente – o *centralismo democrático*. Originalmente, ele refletia a acomodação das correntes bolchevique e menchevique; ainda que tenha sido adotado no Congresso (Unificado) do Partido Operário Social Democrata Russo, que aconteceu em Estocolmo em 1906 com predominância menchevique, ele foi integrado às regras estatutárias do partido sob insistência de Lênin. Foi Lênin quem apresentou uma resolução no Congresso afirmando que “o princípio do *centralismo democrático* no partido é agora aceito universalmente”.¹³ A resolução em si era extremamente lacônica, mas a discussão subsequente revelou o significado que Lênin atribuía ao centralismo democrático. Ele declarou, por exemplo, que era necessário “aplicar verdadeiramente os princípios do centralismo democrático na organização do partido, trabalhar incessantemente para transformar as organizações locais nas principais unidades organizacionais do partido – efetiva e não apenas nominalmente – e garantir que as principais instâncias sejam eleitas, responsabilizadas e sujeitas à destituição”.¹⁴ A possibilidade de eleição e revogação dos quadros – sua representatividade genuína – era, portanto, fundamental para a ampliação da autonomia das seções.

Mas havia mais. O centralismo democrático, na concepção leninista, também significava “*liberdade de crítica completa* e universal, contanto que a crítica não comprometesse a unidade de uma *ação definida*; é inválida toda crítica que perturbe ou dificulte a *unidade* de uma ação decidida pelo partido”.¹⁵ Na mesma chave: “Se decidimos real e seriamente introduzir o centralismo democrático em nosso partido [...], é preciso que estas questões [partidárias] sejam discutidas na imprensa, nas reuniões, nos círculos e nos encontros de grupo”.¹⁶ Em conexão com o debate do movimento socialista russo sobre as possibilidades de uma insurgência armada, Lênin complementou: “no calor da batalha, quando o

13. *Da plataforma tática para o Congresso de Unificação* (março de 1906)

14. *Report on the Unity Congress of the RSDLP* (maio de 1906), 1962, vol. 10, p. 376.

15. *Freedom to Criticise and Unity of Action* (maio de 1906), 1962, vol. 10, p. 443.

16. *Ibid.*, p. 381.

17. *But Who Are the Judges?* (novembro de 1907), 1962, vol. 13, p. 159.

18. *Report on the Unity Congress of the RSDLP*, 1962, vol. 10, p. 323.

19. *Lições da Insurreição de Dezembro de 1905 em Moscou* (agosto de 1906).

proletariado estiver empenhando todas as suas forças, crítica *nenhuma* poderá ser permitida em suas fileiras. Mas, antes de emitido o chamado à ação, deve haver a mais ampla e mais livre discussão”.¹⁷

Liberdade de discussão. Unidade de ação. A pergunta que permanece é: quem teria a prerrogativa de emitir estes “chamados à ação”, que suspendem o direito à livre crítica? A resposta de Lênin é inequívoca: apenas o *Congresso* do Partido – e não o Comitê Central – detém tal poder. Ele considerava legítimo, inclusive, travar uma “batalha ideológica” *contra* as resoluções do Comitê Central que ele considerasse “equivocadas”. Em diversas ocasiões, sob apelo de Lênin, os bolcheviques se recusaram a aplicar decisões tomadas pelo Comitê Central eleito no Congresso de Estocolmo. Ao evocar o princípio do centralismo democrático nessas ocasiões, Lênin reconhecia implicitamente que este princípio restringiria os poderes do Comitê Central, priorizando um órgão de base mais ampla – o Congresso.

Havia ainda outro aspecto desta definição de centralismo democrático: o direito de uma minoria existir e se expressar livremente dentro do partido. É certo que Lênin já havia evocado esses direitos da minoria em 1903 e 1904, mas sua atitude em relação a este aspecto ficou particularmente clara em 1905 e 1906. Além disso, a reunificação entre bolcheviques e mencheviques trouxe uma nova dimensão ao problema. Tornou-se necessário proteger a força revolucionária do Partido da confusão ideológica. Lênin chegou às seguintes conclusões: “Não pode haver partido de massas, um partido de classe, sem a clareza completa das nuances essenciais, sem uma disputa aberta entre as tendências”.¹⁸ Ele reconheceu, portanto, os *direitos das tendências*, ou mesmo das *facções*, cuja existência ele descreveu no congresso de Estocolmo como “bastante naturais”¹⁹.

Claro que essa definição ampla e “liberal” do centralismo democrático e dos direitos das correntes minoritárias –

mais ampla e mais liberal do que em qualquer partido que se diga democrático – surgiu em um período no qual os mencheviques constituíam maioria. No entanto, não foi por acaso que a adoção do princípio de centralismo democrático e a decisão de Lênin de transformá-lo em realidade aconteceram no momento em que o leninismo, sob impacto dos acontecimentos revolucionários e da ofensiva das massas, enfrentava pela primeira vez sua razão fundamental de existir: a revolução.

20. Citado por J.P. Nettl, em *Rosa Luxemburg* (Londres, 1966), vol. 1, p. 333.

DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS À ESPONTANEIDADE DAS MASSAS

Sem nunca desdenhar ou desacreditar consistentemente as possibilidades revolucionárias da classe trabalhadora, Lênin baseou uma parte importante das teorias expostas em *O que fazer?* na convicção de que essas possibilidades – que são latentes, mas frequentemente frustradas pela influência dominante da ideologia burguesa – devem ser “estimuladas” de fora para dentro. A apresentação inicial de suas teorias refletia a crença de Lênin de que a maioria absoluta dos trabalhadores é capaz apenas de ações espontâneas essencialmente orientadas para as condições de trabalho e, portanto, incapazes de desafiar o “sistema” e gerar consciência socialista. Agora, tal pessimismo se mostrava injustificado: mesmo sem um “estímulo” externo poderoso e sem uma organização capaz de instigar, orientar e dirigir a atividade das massas, as massas desenvolviam um movimento político de base revolucionária com extraordinária profundidade e abrangência. Além disso, o proletariado frequentemente evidenciava maior clareza de propósito e julgamento mais lúcido do que os líderes que supostamente deveriam guiá-lo. Tomando por exemplo as lições da insurreição moscovita de dezembro de 1905, Lênin reconheceu que “o proletariado percebeu antes de seus líderes a mudança nas condições objetivas da luta e a necessidade de evoluir da greve para a revolta”²⁰. Essa declaração data

21. *A vitória dos cadetes e as tarefas do Partido Operário* (maio de 1906).

22. *Ibid.*, p. 259.

23. *A Organização do Partido e a Literatura de Partido* (novembro de 1905).

de agosto de 1906. Seis meses depois, Rosa Luxemburgo afirmava que “as massas, como sempre, nos momentos decisivos, apenas empurram seus líderes espontaneamente na direção de objetivos mais avançados”²¹. Esta não é a única semelhança passível de ser traçada nessa época entre as ideias de Lênin, transformadas pelos eventos revolucionários, e as de Rosa Luxemburgo, cuja visão parece confirmar-se pela perspectiva leninista. Em março de 1906, Lênin se expressou de maneira impressionantemente similar às teorias que Rosa Luxemburgo havia desenvolvido em *Greve de massas, partido e sindicatos*. Ele escreve: “Diga um período na história da Rússia ou do mundo, encontre quaisquer seis meses ou seis anos, nos quais se tenha feito tanto pela organização livre e independente do povo quanto o que se fez durante o redemoinho revolucionário na Rússia”.²² Tal qual Luxemburgo, Lênin declarava agora que a greve geral, embora iniciada pelas massas e não pelo partido, era uma forma de organização. Ele elogiou as capacidades organizacionais do povo, especialmente, do proletariado.²³ Isso levou a uma substituição do partido pelas massas em uma de suas funções essenciais e quase reabilitou a espontaneidade do proletariado, que ele havia atacado tão violentamente, sobretudo em *O que fazer?*

Em 1903, a desconfiança da espontaneidade da classe trabalhadora levou Lênin a elaborar estatutos partidários cujo objetivo era criar um “escudo” contra o oportunismo e evitar que elementos duvidosos, inconsistentes e indignos se tornassem parte da elite, da vanguarda proletária. Agora, tal receio havia desaparecido. Lênin advertiu, inclusive, que não se deveria exagerar o risco de que o súbito influxo de grandes números de não-social-democratas no partido pudesse fazer com que ele “se dissolvesse nas massas [...], deixasse de ser a vanguarda consciente de sua classe e tivesse seu papel reduzido ao pano de fundo”. Para ele, “seria simplesmente ridículo duvidar que os trabalhadores que pertencem ao nosso partido ou que se filiarão amanhã serão social-democratas em 99% dos

casos”. Além disso, não havia necessidade de “criar fantasmas [...] Em qualquer partido vivo, em crescimento, sempre haverá elementos de instabilidade, vacilação, hesitação. Mas estes elementos podem ser influenciados e se submeterão à influência do núcleo sólido e inabalável dos social-democratas”.²⁴

Em janeiro de 1905, Lênin ainda exortava a social-democracia a “dominar [...] o movimento espontâneo das massas”, usando uma expressão condizente à essência de sua teoria sobre a relação entre o Partido e a classe trabalhadora. Em junho daquele ano, ele taxou de perigoso o slogan da “iniciativa trabalhadora”. Poucos meses depois, tendo absorvido as lições da revolução, ele descobria as grandes virtudes da espontaneidade e da iniciativa proletárias.

LÊNIN E A REVOLUÇÃO PERMANENTE

Até 1905, Lênin havia prestado pouca atenção ao problema da estratégia revolucionária, limitando-se a aceitar a abordagem marxista básica de que a revolução burguesa antecede a socialista. No máximo, ele havia sugerido que, no contexto russo, o campesinato poderia ser convocado a ter um papel positivo na luta para destruir a velha ordem social semi-feudal. De qualquer forma, ele seguia convencido de que a revolução burguesa e a revolução proletária eram dois processos distintos, separados pela circunstância histórica, caracterizados politicamente pela democracia liberal e, economicamente, pelo desenvolvimento capitalista. Fiel, neste aspecto, a uma ortodoxia que, até então, não via como inadequada, ele não antecipou as contradições que derivariam da perspectiva marxista “clássica”, tão logo suas hipóteses fossem mecanicamente postas em prática em sociedades amplamente pré-capitalistas como era o caso da Rússia czarista. Um exemplo basta: como imaginar uma revolução burguesa bem sucedida em um país no qual a burguesia, ao contrário do que acontecia na Europa ocidental, tinha papel apenas secundário no de-

24. *On the Provisional Revolutionary Government* (maio-junho de 1905), 1962, vol. 8, p. 465.

envolvimento da sociedade e carecia de dinamismo e espírito empreendedor tanto na esfera econômica quanto na política?

A eclosão da revolução de 1905 forçou Lênin a enfrentar os problemas da estratégia revolucionária e ir além das generalidades que, até então, havia considerado suficientes. No verão de 1905, ele escreveu um panfleto longo e importante, *As duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, no qual teceu duras críticas à atitude da burguesia russa, incapaz, segundo ele, de liderar uma revolução e mesmo hostil a sua possibilidade de sucesso. Lênin concluía que a função revolucionária da burguesia teria de ser assumida pela classe trabalhadora. Mas a inferioridade numérica desta última a obrigava a buscar aliados que, na perspectiva leninista, não estariam na *intelligentsia* nem nas classes médias urbanas, mas na população rural. Essa foi a origem da fórmula “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”. Mas, apesar do esforço de imaginação política que essa abordagem exigia, Lênin permanecia preso a determinadas formulações. Ele continuava a enfatizar a distinção entre a revolução burguesa e a socialista e permanecia convicto de que a aliança revolucionária entre trabalhadores e camponeses (pobres) não anulava o caráter essencialmente burguês do levante político, econômico e social que abalaria a sociedade russa. Foram Trotsky e Parvus que desenvolveram uma teoria que tomava em consideração toda a riqueza e complexidade criativa do dinamismo revolucionário para rejeitar os velhos dogmas e romper de uma vez por todas com a ortodoxia. Essa teoria deu à luz a ideia de revolução permanente.

Empenhados em exagerar o antagonismo entre Lênin e Trotsky, historiadores da União Soviética enfatizaram a natureza irreconciliável de suas concepções sobre a revolução permanente. Mas quem conhece a propensão de Lênin à polêmica ácida e à violência verbal não pode deixar de se surpreender com o tom moderado de sua crítica às teorias de Trotsky sobre a revolução permanente. O futuro fundador da Rússia So-

viética não havia tido a oportunidade de ler o estudo em que Trotsky elaborou suas idéias. Além disso, Lênin mudava de perspectiva conforme avançava a insurgência revolucionária das massas; o contraste entre o “classicismo” de suas visões anteriores e o caráter de suas novas idéias é tão acentuado que é possível identificar um ponto de vista quase “trotskista” nos textos desse segundo momento. Aqui também seu pragmatismo e sua tendência característica a rejeitar considerações doutrinárias em favor dos ensinamentos e exigências da ação obrigaram o leninismo a um ajuste de contas com a realidade.

Em alusão à teoria marxista sobre os estágios burgueses e socialista da revolução, Lênin declarou na primavera de 1905: “Se interpretarmos este esquema marxista correto [...] como a necessidade de se delimitar, com antecedência, antes que qualquer ascenso inicie, uma parte muito modesta, digamos, não mais do que um passo, se, para seguir esse esquema e, antes que qualquer ascenso se inicie, buscarmos ‘criar um plano de ação na época revolucionária’, seremos virtuosi do filisteísmo”²⁵. No que tange a transição da revolução burguesa para a proletária, ele escreveu em *As duas táticas da social-democracia na revolução democrática* que ela poderia ser encurtada e acelerada segundo a atitude do Partido. Em sua análise, Lênin mostra que não há distância real entre os estágios burgueses e proletários da revolução: “A vitória completa da revolução proletária marcará o fim da revolução democrática e o início de uma luta determinada por uma revolução socialista”.²⁶ Poucos meses depois, ele faz uma distinção entre os diferentes estágios do desenvolvimento revolucionário e afirma que o momento no qual a burguesia adotaria uma atitude abertamente hostil em relação à revolução seria seguido por outro período, assim descrito por ele: “Com base nas relações estabelecidas [durante o período precedente], uma nova crise e uma nova luta se desenvolvem e ganham fôlego, com o proletariado agora lutando para preservar suas conquistas democráticas em nome de uma revolução socialista. Essa luta teria sido

25. *As duas táticas da social-democracia na revolução democrática* (junho-julho de 1905).

26. *The Stages, the Trend, and the Prospects of the Revolution* (end of 1905, beginning of 1906), 1962, vol. 10, p. 92.

27. *Social Democracy's Attitude Towards the Peasant Movement (September 1905)*, 1962, vol. 9, pp. 236-237.

28. *Terceiro Congresso dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses de Toda a Rússia* (março de 1906).

praticamente em vão para o proletariado russo isolado e sua derrota teria sido tão inevitável quanto a do [...] proletariado francês em 1871, caso o proletariado socialista europeu não tivesse partido em assistência ao proletariado russo”. E Lênin conclui: “em tais condições, o proletariado russo pode conquistar uma segunda vitória. Porque não está mais desiludido. A segunda vitória será a revolução socialista na Europa”.²⁷ Visto que os diferentes estágios provavelmente se sucederiam rapidamente e pareciam fazer parte de um processo contínuo, sua análise, embora sumária, era, entretanto, extremamente próxima da de Trotsky. Em realidade, em um artigo aparentemente inócuo que Lênin escreveu em setembro de 1905, aparece a seguinte frase, tipicamente trotskista: “A partir da revolução democrática, precisamos imediatamente e em perfeita sintonia com nossa força, a força do proletariado organizado com consciência de classe, passar para a revolução socialista. Defendemos a revolução ininterrupta. Não pararemos no meio do caminho”.²⁸

De um lado, revolução permanente; do outro, revolução ininterrupta. Lênin usou essa formulação apenas uma vez. Mas a usou. Não é significativo que ela surja no exato momento em que o furor revolucionário, tendo abalado as teorias leninistas sobre organização, teste também seus conceitos estratégicos? Depois da derrota do proletariado em 1906 e a restauração do czarismo, Lênin parece abandonar a perspectiva da revolução ininterrupta que havia aventado em 1905. Demora até 1917 para que essa perspectiva reapareça, se imponha e triunfe.

A LUTA DE LÊNIN CONTRA OS BOLCHEVIQUES

Em 1905, portanto, os princípios organizacionais e estratégicos do bolchevismo, tanto em teoria como prática, passaram por uma transformação profunda. Para compreender a verdadeira natureza deste fenômeno, é preciso que se diga

que, para operar tal mudança, Lênin teve de enfrentar constantemente seus próprios seguidores. E essas foram disputas contra aqueles que baseavam sua oposição nos princípios elementares do leninismo – em outras palavras, a maturidade, a democratização e a radicalização do bolchevismo seriam alcançadas pela via do confronto entre Lênin e bolcheviques que se aferravam a formulações e visões esquemáticas elaboradas pelo próprio Lênin. Esse era o caso, por exemplo, das discussões acerca das mudanças na estrutura partidária. Lênin teve de se opor àqueles a quem chamava *Komitetchiki*, os burocratas do comitê, que, como ele havia feito em 1902, advertiam o partido contra a tentação de “brincar de democracia”. Os debates no Congresso Bolchevique de 1905, em Londres, foram peculiarmente agitados. Longe de conquistar unanimidade, Lênin insistia na necessidade de se “proletarizar” os quadros do Partido. Mas os revolucionários profissionais em cargos de direção expressavam abertamente sua desconfiança em relação aos trabalhadores, que consideravam incapazes de exercer funções de liderança. Ao ouvir o porta-voz dessa corrente, Lênin disse que “mal conseguia permanecer sentado”²⁹. Ele enviou uma emenda aos estatutos, obrigando o partido a ampliar o número de trabalhadores nos comitês bolcheviques. A proposta foi rejeitada. De acordo com (Nadezhda Konstantinovna) Krupskaya³⁰, Lênin “não ficou muito abalado com o fato de sua proposição ter sofrido tamanho revés no Congresso [...] porque percebeu que a revolução iminente certamente curaria de forma radical a incapacidade do Partido de oferecer a seus comitês uma face trabalhadora mais pronunciada”.³¹

Foi o que de fato aconteceu. Mas o tom de algumas cartas de Lênin indica claramente a força da oposição que ele encontrou em sua própria organização. Em uma correspondência endereçada a um bolchevique de São Petesburgo em fevereiro de 1905, ele escreveu: “Garanta nosso contato *direto* com as novas forças, com a juventude, com os círculos recém-formados [...] Até agora, *ninguém* de São Petesburgo (uma

29. Krupskaya, *Reminiscences of Lenin* (Moscou, 1959), p. 127.

30. N.d.t.: Política revolucionária e esposa de Lênin, de 1898 até a morte do líder bolchevique, em 1924.

31.. *Letter to Gusev* (15 de fevereiro de 1905), 1966, vol. 34, p. 296.

32. *Carta para A.A. Bogdanov e S.I. Gusev* (11 de fevereiro de 1905).

33. *Letter to the Combat Committee of the St. Petersburg Committee* (16 de outubro de 1905), 1962, vol. 9, p. 345.

34. *Nossas tarefas e do Soviete de Deputados Operários* (outubro de 1905)

vergonha) nos ofereceu uma *única* nova conexão [...] Isso é escandaloso, nossa anulação, nossa ruína! Aprenda uma lição com os mencheviques, pelo amor de Deus”.³² Ele segue: “Assegure-se de organizar, organizar e organizar centenas de círculos, empurrando para o ostracismo todas as usuais idiotices (hierárquicas) bem-intencionadas do comitê. Este é um tempo de guerra. Ou você cria *novas*, jovens e renovadas organizações de batalha em todo lugar [...] ou você afunda usando a auréola dos ‘burocratas do comitê’.”³³ Em outra carta, endereçada ao comitê bolchevique de combate da capital, em outubro de 1905, ele convocou seus seguidores a, “pelo amor de Deus, [...] mandar para o inferno todos os privilégios e direitos relacionados a suas funções”.³⁴

Sua flexibilidade revolucionária já começava a se chocar com a inércia conservadora das estruturas do partido, ainda que elas não estivessem tão distantes das origens.

Embate similar aconteceu em relação ao papel que seria designado pela organização bolchevique à mais original criação de 1905 – os soviets. Em verdade, muitos seguidores de Lênin viam os soviets com desconfiança e hostilidade. Não eram os soviets o resultado de uma ação de massas espontânea, um resultado da espontaneidade contra a qual Lênin os havia advertido? Não representavam os soviets uma instituição praticamente sem estrutura, carente de uma linha ideológica e hierárquica, independente dos social-democratas que Lênin – sim, o próprio Lênin – havia proclamado absolutamente indispensáveis? Nesse aspecto, Lênin não estava preparado para compreender o fenômeno dos soviets. E isso ficou claro no caso do mais célebre sovieta, o de São Petesburgo que, além de tudo, era controlado pelos mencheviques. Na verdade, (Alexandre) Bogdanov, que era então dirigente central da organização bolchevique, chegou a defender que o sovieta poderia se tornar o núcleo de um partido anti-socialista. Em sua opinião, os bolcheviques deveriam forçá-lo a aceitar seu programa, bem como a autoridade do Comitê Central, antes de

integrá-lo ao Partido. Com a aprovação de vários leninistas, Bogdanov acrescentou que caso o soviete não seguisse esse roteiro, os bolcheviques retirariam apoio e denunciariam sua linha política. (Leonid) Krasin, representante do Partido no soviete de São Petesburgo, pediu oficialmente que ele aceitasse o programa e a autoridade da social-democracia.

A atitude de Lênin foi muito mais flexível do que aquela de seus camaradas. Na véspera de sua volta a São Petesburgo, em novembro de 1905, o jornal bolchevique *Novaya Zhizn* publicou um artigo expressando profunda desconfiança dos soviets. Em resposta, Lênin afirmou que o autor do artigo em questão estava “errado em levantar a questão [...] ‘o Soviete de Deputados Operários ou o Partido?’ Acredito que é errado colocar a questão desta maneira e que a decisão certamente deve ser os dois: tanto o Soviete de Deputados Operários quanto o Partido”.³⁵ Opondo-se à posição de seus seguidores na capital, Lênin declarou: “Não me parece recomendável exigir que o Soviete de Deputados Operários aceite o programa social-democrata e se filie ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR)”. Ao acrescentar que o “Soviete deveria ser visto com o embrião de um governo revolucionário provisional”, Lênin pedia, no fundo, sua autonomia em relação aos partidos políticos.³⁶

O jornal oficial dos bolcheviques de São Petesburgo *se recusou* a publicar o ponto de vista de Lênin.

Essa tensão entre Lênin e seus seguidores, cujas hesitações e timidez tanto lhe incomodavam, se refletia em outras instâncias. Por exemplo, o “Domingo Sangrento”, que precipitou a Revolução de 1905, era visto com profundas reservas pelos bolcheviques de São Petesburgo, apreensivos com o caráter primitivo e certos aspectos religiosos da manifestação conduzida pelo padre (Georgiy Apollonovich) Gapon. Lênin, ao contrário, estava entusiasmado. De janeiro em diante, ele encorajou a luta e sua radicalização, seguindo com esperança crescente o progresso da ofensiva revolucionária. Esses senti-

35. Ibid.

36. S. Schwarz, *The Russian Revolution of 1905: the Workers. Movement and the Formation of Bolshevism and Menshevism* (Chicago-London, 1967) p 133.

37. *Terceiro Congresso dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses de Toda a Rússia* (março de 1906).

38. *The Struggle of the Proletariat and the Servility of the Bourgeoisie*, 1962, vol. 8, p. 538.

39. *Letter to the Combat Committee of the St Petersburg Committee*, 1962, vol. 9, pp. 344-346.

mentos não eram compartilhados por todos os bolcheviques. No Congresso de Londres, em abril de 1905, Bogdanov, um dos mais importantes líderes da organização, expressou a posição de uma parcela considerável dos membros ao pedir que os quadros insistissem, acima de tudo, na “importância da disciplina” e seguissem nesta linha “sem se abalar com as acusações infundadas de que eles estariam freando o desenvolvimento do clima revolucionário entre as massas”.³⁷

Essa apreensão em relação à ação espontânea do proletariado, que tinha pouca ou nenhuma organização, persistiu ao longo do ano de 1905, junto com uma elevada hesitação do Partido em se comprometer com a insurreição armada. Lênin, que defendia esse caminho com todas as forças, foi obrigado a fazer concessões aos mais moderados, principalmente no texto das resoluções do Congresso de Londres dedicado à questão da insurreição. Lênin declarou, no entanto, durante o Congresso que “subestimamos o significado e a inexorabilidade da revolta”.³⁸ Ele expressou o desejo de ver uma discussão não apenas sobre o princípio da insurreição armada, mas sobre sua preparação efetiva. Ele voltou a este tema diversas vezes durante o verão e o outono de 1905. A julgar pelo tom de seu apelo, parece que seu ponto de vista não foi recebido favoravelmente por seus seguidores.

Vinte de junho de 1905: “Deixemos de lado todas as dúvidas e vacilações. Que se constate, de uma vez por todas, agora e sem delongas, o quão absurdos e indignos são todos os pretextos atuais para evitar essa tarefa urgente da preparação ativa da insurreição armada”. Ele adiciona ainda uma advertência urgente contra “o perigo dos atrasos”.³⁹

Dezesseis de outubro de 1905: “Juro que fico horrorizado. Fico horrorizado que tenhamos falado sobre bombas por *mais de seis meses* e nenhuma bomba tenha sido construída até agora. E são as pessoas mais instruídas que fazem o fatalório [...] Procurem a juventude, senhores! É o único remédio!” Ele insiste: “Procurem a juventude. Formem pelotões de

combate *imediatamente*, por todas as partes [...] Deixem que se organizem imediatamente grupos de três, dez, 30 pessoas. Deixem que eles armem agora como puderem, com um revólver, uma faca, um trapo embebido em querosene para iniciar incêndios [...] Nosso mal hoje é a inércia”.⁴⁰

Últimos dias de outubro de 1905: “Todos os atrasos, disputas, procrastinação e indecisão destroem a causa da insurreição”. Quase naquele mesmo dia, doze anos depois, Lênin usaria a mesma linguagem para acabar com resistência similar de parte de seus seguidores. Temos aqui uma situação forte e caracteristicamente análoga: a atitude de Lênin em 1905, na verdade, antecipa sua atitude em 1917. Em 1905, Lênin torna-se o autor que desafia sua própria doutrina; é a primeira revolta de Lênin contra o leninismo.

Tal revolta continha as raízes de uma revolução. Mas antes de 1917, a história providenciaria mais uma demonstração de *contrario*. A Revolução de 1905 havia revelado o componente profundamente democrático da estratégia de Lênin. Por outro lado, o triunfo da contrarrevolução iniciada em 1907 trouxe consigo uma intensificação de elementos autoritários também presentes em suas teorias. As vitórias proletárias de 1905 haviam imposto sobre Lênin, mais do que sobre os leninistas, uma revisão, por vezes penosa, de determinadas ideias. Mas tal revisão foi tão efêmera quanto os acontecimentos revolucionários que a ocasionaram. Quando o czarismo conseguiu se restabelecer e 1908 viu nascer o período conhecido na história do movimento operário russo como os “anos de reação”, o bolchevismo foi reduzido às dimensões – e assumiu as características – de uma seita. A derrota e o esmorecimento das massas, o aprisionamento e morte de milhares de militantes, o exílio de líderes socialistas, o retorno a condições de clandestinidade ainda mais severas que as anteriores a 1905 empurraram a organização de volta a sua velha rotina. Foi então que se desenvolveram tendências autoritárias, um impulso ao monolitismo, uma propensão ao dogmatismo e

40. *Tasks of Revolutionary Army Contingents*, 1962, vol. 9, p. 424.

outros traços negativos que o historiador não pode ignorar ao traçar o balanço do leninismo. Esses anos de trevas encerraram-se pouco antes da Primeira Guerra Mundial, com o desencadeamento de uma ofensiva revolucionária, que foi freada – mas não destruída – pela guerra. Então, mais do que nunca sob a pressão das massas, Lênin alcançou o que ainda hoje é seu maior mérito histórico: realizar, em 1917, a excepcional e decisiva identificação entre uma classe social e seu partido.

O refluxo da maré revolucionária, a derrota da revolução mundial e o encerramento da Rússia em si própria foram os sintomas da morte desta simbiose. A história, no entanto, mesmo quando registra seu desaparecimento, não pode esquecê-la nem furtar-se de preservar sua lição. Essa lição é simples: partidos revolucionários, mesmo aqueles que reivindicam *dirigir* as massas, só exercem plenamente suas funções em momentos privilegiados quando, renunciando ao papel de guia para assumir o de quadro, invertem a relação que os conecta ao proletariado e se submetem ao ímpeto libertador que emana do povo.

INTRODUÇÃO ÀS NOTAS SOBRE GÊNERO EM *O CAPITAL*

NALU FARIA

Há 150 anos, em 1867, Karl Marx publicava o primeiro volume de sua obra máxima *O Capital*. Desde então a classe trabalhadora tem uma ferramenta fundamental para compreender a dominação de classe no capitalismo. Fruto de um trabalho intenso construído em um contexto de fortes debates políticos, mais que uma análise, é uma abordagem metodológica que continua atual. Para celebrar esses 150 anos escolhemos publicar o texto *Notas sobre gênero em O capital* de Marx, da professora e militante feminista Silvia Federici.

Ao escrever sobre o *Capital*, um primeiro destaque a ser feito é o reconhecimento de Silvia Federici do atual contexto de renovação do interesse sobre o marxismo e feminismo. Fruto da longa trajetória de ambos, esse momento é também de novas descobertas.

No que se refere à análise de Marx sobre as mulheres é conhecido o fato de que são observações dispersas em sua obra que orientam as possíveis reconstruções de sua perspecti-

NALU FARIA
Psicóloga, é da coordenação nacional da DS, coordenadora-geral da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde*, a coleção *Cadernos Sempreviva* e o boletim *Folha Feminista*.

va. Seguindo uma trajetória semelhante a outras autoras, que reconhecem as valiosas contribuições de Marx, mas também seus limites. E acrescenta os silêncios de *O Capital*, em particular sobre o trabalho doméstico.

Desde a nossa perspectiva, é muito importante a sua crítica ao fato de que Marx reduziu sua análise do capital e da sociedade de classes a partir de uma perspectiva masculina – a do “homem trabalhador”, e isso serviu de justificativa para que muitos marxistas tratassem gênero e raça como temáticas culturais, dissociadas da classe. Esse é um elemento fundamental para o debate atual em que seguimos reafirmando que a luta feminista não é apenas identitária e que o patriarcado é estruturante no capitalismo.

Na abordagem feita por Silvia Federici consideramos importante seguir problematizando sua visão em relação à sexualidade que e ela considera como trabalho. Logicamente isso também define sua visão da prostituição como uma profissão. Entendemos que os padrões patriarcais de imposição do poder masculino nas relações heterossexuais buscam de forma muito generalizada impor que os corpos das mulheres estão “a seu serviço”. No entanto, não consideramos que enfrentar esse conflito passa por considerar a sexualidade um trabalho. Mas esse é um longo debate que ainda seguiremos.

Com esse texto queremos celebrar os 150 anos de *O Capital*, trazendo uma amostra da potencialidade dessa obra, e reafirmar que todas as nossas lutas passam por enfrentar o processo de acumulação capitalista e construir uma sociedade socialista comprometida com o fim de todas formas de exploração, opressão e discriminação.

NOTAS SOBRE GÊNERO EM *O CAPITAL* DE MARX¹

SILVIA FEDERICI

INTRODUÇÃO

Conforme se renova o interesse no marxismo e no feminismo e o olhar de Marx sobre a questão de gênero recebe uma nova atenção, surgem novos consensos entre as feministas, que também norteiam minha abordagem do tema.¹ Primeiramente, ainda que nos trabalhos mais antigos de Marx seja possível encontrar denúncias sobre a desigualdade de gênero e o controle patriarcal sobre a família e a sociedade, é consensual que “Marx não tinha muito que dizer sobre gênero e família” (Brown, 2012:143). Até em *O Capital*, é necessário reconstruir sua perspectiva sobre o tema a partir de observações dispersas.

No entanto, o trabalho de Marx forneceu grande contribuição para o desenvolvimento da teoria feminista, ainda que esta não se baseie integralmente em seu discurso direto sobre o tema. Não apenas seu método histórico materialista contribuiu para demonstrar que as hierarquias e identidades de gênero são construções (Holmstrom, 2002), como sua

SILVIA FEDERICI

Filósofa italiana, atua como escritora, professora e ativista feminista entre a Itália e os Estados Unidos. Publicou, entre outros livros, *O calibã e a bruxa* (Editora Elefante, 2017).

1. “Notes on Gender in Marx’s Capital”. Enviado pela autora para publicação em *Herramienta*. Trad. para o português: Gabriel Rocha Gaspar.

2. As publicações recentes de Heather A. Brown, *Marx on Gender and the Family* (2012), e de Shahrzad Mojabed, *Marxism and Feminism* (2015) – publicado junto com a conferência sobre o tema organizado pela fundação Rosa Luxemburgo no mesmo ano –, são sinais deste interesse renovado na teoria de gênero de Marx.

análise da acumulação capitalista e a geração de valor ofereceu a minha geração um instrumental poderoso para repensar tanto as formas específicas de exploração a que as mulheres são submetidas na sociedade capitalista quanto a relação entre sexo, raça e classe (James, 1975). Apesar disso, o uso que as feministas fizeram de Marx as conduziu, no mínimo, a um caminho diferente do que ele traçou.

Escrever sobre gênero em *O Capital* é se reconciliar com dois Marx diferentes e, mais do que isso, dois pontos de vista diferentes sobre gênero e luta de classes. É baseada nessa premissa que construo as duas partes que compõem este texto. Na primeira parte, examino o olhar de Marx sobre gênero, tal como ele articula no Volume 1, em sua análise sobre o emprego das mulheres no trabalho industrial. Também comento os pontos em que ele silencia, sobretudo em relação ao trabalho doméstico. Tais lacunas constituem uma ausência presente, dadas as inquietações que estruturavam seu pensamento no momento em que ele escreveu.

Minha ideia central é que Marx não teorizou sobre gênero em parte porque a “emancipação das mulheres” tinha importância apenas periférica em seu trabalho político; além disso, ele naturalizava o trabalho doméstico e, assim como o movimento socialista europeu em geral, idealizava o trabalho industrial como a forma normativa de produção social e potencial nivelador das desigualdades sociais. Assim, considerava que, eventualmente, as distinções etárias e de gênero se dissipariam. Marx não chega a apreciar a importância estratégica, tanto para o desenvolvimento do capitalismo quanto para seu enfrentamento, da esfera de atividades e relações por meio das quais nossas vidas e força de trabalho se reproduzem – não só no que tange a sexualidade e a procriação mas, acima de tudo, o trabalho doméstico não-remunerado das mulheres.

Estes “descuidos” sobre a importância do trabalho reprodutivo das mulheres fazem com que Marx, apesar de condenar as relações patriarcais, nos tenha deixado uma

análise do capital e da sociedade de classes conduzida por uma perspectiva masculina – a do “homem trabalhador”, o assalariado industrial em nome de quem se formou a Internacional, considerado portador da aspiração universal à liberdade humana. Isso serviu de justificativa para que muitos marxistas tratassem gênero e raça como temáticas culturais, dissociadas da classe, o que obrigou o movimento feminista a começar com uma crítica a Marx.

Portanto, ainda que este artigo enfoque o tratamento da questão de gênero no texto canônico de Marx, a segunda parte revisa brevemente a reconstrução das categorias marxianas feita pelas feministas da década de 1970, especialmente no “Movimento a favor do salário para o trabalho doméstico”, do qual fiz parte. Defendo que estas feministas encontraram em Marx o fundamento para uma teoria feminista centrada na luta das mulheres contra o trabalho doméstico não-remunerado porque, a partir da experiência pessoal direta, leram politicamente sua análise do capitalismo, em busca de respostas para rechaçar as relações domésticas. Assim, conseguimos levar a teoria de Marx a lugares onde, até então, ela estava completamente oculta. Se em algumas ocasiões, a leitura política de Marx revelou limitações de seu marco teórico, também demonstrou que uma perspectiva feminista anticapitalista não pode ignorar seu trabalho, ao menos enquanto o capitalismo seja o modo de produção dominante (Gimenez, 2005: 11-12). Mas deve ir além dele.

MARX E GÊNERO NA LINHA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Os limites do trabalho de Marx sobressaem de modo claro no volume 1 de *O capital*, uma vez que é ali que se examina pela primeira vez a questão de “gênero” não em relação à subordinação das mulheres dentro da família burguesa, mas pela lente das condições do trabalho fabril da mu-

3. Sobre o debate acerca das consequências do trabalho industrial de mulheres, tais quais “as questões das mulheres” na Inglaterra do século XIX, ver Judy Lowy, *Women and Industrialization: Gender at Work in Nineteenth-Century England* (1990). Sobre os mesmos debates na França, ver, especialmente o capítulo 7, em *Gender and the Politics of History*, de Joan Wallach Scott (1988).

4. Para a reforma do trabalho de mulheres e infantil na Inglaterra, além do volume 1 de *O capital*, ver Judy Lowy (1990) e Laura Levin Frader (1987).

lher durante a Revolução Industrial. Esta era a “questão das mulheres” da época³ nos dois lados do Canal [da Mancha], contra a qual economistas, políticos e filantropos clamavam, preocupados com a destruição da vida familiar que gerava, a nova independência que garantia às mulheres e o impacto que teve na luta dos trabalhadores, expresso na ascensão dos sindicatos e do cartismo.

Ou seja, no momento em que Marx começa a escrever, as reformas já estavam em curso e contavam com vasta literatura, composta de informes dos inspetores fabris que eram contratados pelo governo inglês na década de 1840 para garantir que o limite de horas de trabalho de mulheres e crianças fosse respeitado.⁴

O volume 1 cita páginas inteiras destes informes, em especial nos capítulos “A jornada de trabalho” e “Maquinaria e grande indústria”, que ilustram as tendências estruturais da produção capitalista – a estender a carga horária até o limite da resistência física dos trabalhadores, a desvalorizar a força de trabalho, a extrair o máximo de trabalho do mínimo de trabalhadores – e denunciam os horrores a que mulheres e crianças eram submetidas em cada etapa do desenvolvimento industrial.

Tais relatórios nos informam sobre as costureiras que morriam por excesso de trabalho, falta de ar e fome (Marx, 1995: 198); sobre meninas que trabalhavam por catorze horas diárias sem comer ou que se arrastavam seminuas nas minas para levar carvão à superfície; sobre garotos que eram retirados da cama à meia-noite para trabalhar “por um mísero sustento” (ibid.: 188): “os meninos eram levados ao matadouro” (Ibid.: 233) [onde] máquinas vampirescas consumiam suas vidas “enquanto restasse um músculo, um tendão, uma gota de sangue para chupar” (ibid.: 241).

Há de se reconhecer que poucos escritores políticos tenham descrito tão cruamente a brutalidade do trabalho não-escravizado sob o sistema capitalista, como fez Marx. E

ele deve ser creditado por isso. Sua denúncia da barbárie da exploração do trabalho infantil é particularmente impressionante e não tem paralelos na literatura marxista. Mas, por mais eloqüente que seja, sua explicação é mais descritiva do que analítica e chama atenção a ausência de discussão sobre as problemáticas de gênero.

Não se comenta, por exemplo, como o emprego de mulheres e crianças nas fábricas impactou a luta dos trabalhadores, que debates motivou nas organizações de classe ou como afetou as relações entre mulheres e homens. Temos, por outro lado, uma série de comentários moralistas sobre como o trabalho fabril degradava o “caráter moral” das mulheres ao promover condutas “promíscuas” e fazê-las descuidar de suas obrigações maternas. Quase nunca se retrata mulheres como atores capazes de lutar por si próprias.⁵ Geralmente, elas aparecem como vítimas, ainda que seus contemporâneos tenham notado sua independência, sua conduta aguerrida e sua capacidade de defender seus interesses contra as tentativas dos donos das fábricas de reformar seus costumes.⁶

Na explicação de Marx sobre gênero na linha de produção, falta uma análise sobre como a crise provocada pela extinção do trabalho doméstico nas comunidades proletárias favoreceu a expansão de relações capitalistas, além do dilema que o capital enfrentou – e enfrenta – sobre o lugar e o uso do trabalho feminino. Estes silêncios são especialmente significativos, uma vez que os capítulos que mencionei são os únicos nos quais aparecem as problemáticas em torno das relações de gênero.

As questões de gênero têm um lugar marginal em *O capital*. Em um texto de três volumes de mil páginas, apenas umas cem se referem a família, sexualidade e o trabalho das mulheres. E não são mais do que observações passageiras. Faltam referências ao gênero inclusive onde elas seriam evidentes, como nos capítulos sobre a divisão social do trabalho ou sobre os salários.

5. A única referência à luta de mulheres proletárias menciona que as tecelãs do tear mecânico realizaram uma greve por um problema relacionado ao controle das horas trabalhadas (Marx, 1995: 352).

6. Ver Lown, que fala da oposição das mulheres assalariadas às leis fabris de 1830 (1990: 214) e da luta das trabalhadoras da seda para “manter controle sobre aspectos da vida que sempre foram centrais para a experiência das mulheres trabalhadoras: cuidado com os filhos, higiene pessoal e vestimenta” (ibid.: 162). Sobre as meninas trabalhadoras “que representam uma independência recém-descoberta e a liberdade para as mulheres”, ver Lown (ibid.: 43 y ss.) y Seccombe (1986: 121).

7. Ver Brown (2012: 115).

É apenas no final do capítulo “Maquinaria e grande indústria”, que encontramos algumas pistas sobre as políticas de gênero que sabemos que Marx defendeu em seu trabalho político, como secretário da Primeira Internacional. Valendo-se do cargo, ele se opôs às tentativas de excluir as mulheres do trabalho fabril.⁷ Esta postura é coerente sua crença vitalícia de que o capitalismo – apesar de toda sua violência e brutalidade – era um mal necessário e uma força progressista, dado que o verdadeiro capitalista *obriga* o “[...] desenvolvimento das *forças sociais produtivas* e a criação das *condições materiais de produção* que constituem a única *base real* para uma forma superior de sociedade, cujo princípio fundamental é o desenvolvimento pleno e livre de todos os indivíduos” (Marx, 1995: 499; itálico no original).

Aplicado ao gênero, isso significava que, ao “liberar” o trabalho das limitações da especialização e da necessidade da força física e incorporar as mulheres e crianças na produção social, o desenvolvimento capitalista e a industrialização em particular pavimentaram o caminho para relações de gênero mais igualitárias. Por um lado, liberaram as mulheres e crianças da dependência pessoal e da exploração parental de seu trabalho – características centrais da indústria nacional –; por outro, permitiu que elas participassem da produção social em igualdade de condições com os homens.

Como colocado por ele, na discussão acerca da introdução da educação básica para as crianças que trabalhavam na fábrica:

E, por mais espantosa e repugnante que nos pareça a dissolução da antiga família dentro do sistema capitalista, não é menos certo que a grande indústria, ao delegar à mulher, ao jovem e à criança de ambos os sexos um papel nos processos socialmente organizados da produção, arrancando-os assim [da] órbita doméstica, cria as novas bases econômicas para uma forma superior de família e de relações entre os sexos (ibid.: 410).

Como seria esta nova família, como reconciliaria “produção com reprodução” não são aspectos que Marx investigue. Ele apenas acrescenta, cautelosamente, que:

... O fato de a coletividade trabalhadora ser composta de indivíduos de ambos os sexos e das mais diversas idades se transforma, sob as condições apropriadas, em uma fonte de desenvolvimento humano, ainda que hoje, em sua forma primitiva e brutal, na qual o trabalhador existe para o processo de produção e não este para o trabalhador, o sistema funcione na direção oposta (id.).

Embora não tenha sido articulado de forma explícita, um ponto chave da suposição de Marx de que o deslocamento do espaço doméstico para a grande indústria produziria uma sociedade mais humana era a ideia (à qual ele retorna em várias partes de *O Capital*) de que o trabalho industrial é mais do que um (suposto) multiplicador e fiador da abundância social. Ele é, potencialmente, o criador de um tipo diferente de associação cooperativa e de um tipo diferente de ser humano, livre da dependência pessoal e não “determinado” para um tipo particular de habilidades; capaz, portanto, de penetrar uma ampla gama de atividades e assumir o tipo de conduta que uma organização “racional” do processo de trabalho exige.

Como consequência de sua concepção do comunismo como o final da divisão do trabalho e com sua visão (expressa em *A ideologia alemã*) de uma sociedade onde um indivíduo pescaria e caçaria pela manhã e escreveria poemas à tarde (Marx e Engels, 1974: 34), pode aflorar a sedutora ideia de uma sociedade industrial, cooperativa e igualitária, na qual (parafrazeando uma formulação provocativa do *Manifesto do Partido Comunista*)⁸ as diferenças de gênero perderiam toda “validade social” para a classe trabalhadora. Não surpreende que tal ideia tenha inspirado diversas gerações de ativistas socialistas – inclusive, feministas.

8. Marx acrescenta que, conseqüentemente, “os interesses, as condições de vida do proletariado se nivelam cada vez mais à medida que as máquinas vão apagando as diferenças entre os trabalhos” (2008: 36).

No entanto, como descobriram as feministas da década de 1970, essa perspectiva tem enormes limitações. Vale a pena mencionar quatro delas, todas com implicações que ultrapassam a questão de gênero, relacionadas ao conceito de Marx sobre a industrialização e o desenvolvimento capitalista como forças emancipatórias e condicionais para a liberdade humana. Ao celebrar a indústria moderna como libertadora das mulheres – tanto das correntes do trabalho doméstico quanto do regime patriarcal – e promotora da participação feminina na produção social, Marx supõe que:

a) as mulheres nunca haviam sido envolvidas na produção social; ou seja, o trabalho reprodutivo não deveria ser considerado um trabalho socialmente necessário;

b) o que limitou sua participação no trabalho até agora havia sido a falta de força física;

c) o salto tecnológico é essencial para a igualdade de gênero;

d) ainda mais importante, antecipando o argumento que marxistas repetiriam por gerações: o trabalho fabril é a forma paradigmática de produção social e, portanto, é a fábrica – e não a comunidade – a arena da luta anticapitalista.

Cada um destes pontos suscita perguntas.

Podemos descartar rapidamente o argumento da “força física” como explicação da discriminação de gênero. A descrição do próprio Marx das condições do emprego fabril de mulheres e crianças é um contra-argumento e os informes que ele cita deixam claro que não se empregava mulheres porque a automatização diminuía a carga de seu trabalho (Marx, 1995: 331), mas porque elas receberiam menos, eram consideradas mais dóceis e mais propensas a dedicar todas as suas energias ao trabalho. Também devemos reconsiderar a ideia de que, antes do advento da industrialização, as mulheres estavam confinadas às tarefas domésticas. A indústria doméstica da qual as mulheres se liberaram

empregava uma parte pequena parte do proletariado feminino e era, por si só, uma inovação relativamente recente que resultou do colapso das companhias de ofício.⁹ Na verdade, antes da revolução industrial e durante ela, as mulheres desempenharam diferentes funções, desde agricultura até comércio, serviços e trabalho doméstico. Portanto, como documentaram Bock e Duden, não há base histórica para a ideia – adotada por Marx e outros socialistas – de que “o desenvolvimento do capitalismo, com seu trabalho crescentemente industrial (‘produtivo’) para as mulheres, as libertou e as liberta da era feudal, [em que eram] restritas ao trabalho doméstico e aos cuidados maritais” (1980: 157).

Marx também minimizou, com sua concepção da grande indústria como um nivelador de diferenças biológicas e sociais, o peso das hierarquias sexuais herdadas e reconstruídas, que asseguravam que as mulheres experimentariam o trabalho fabril de formas específicas, diferentes da experiência masculina.

Ele notou que preconceitos de gênero se perpetuavam no trabalho industrial – eram utilizados, por exemplo, para justificar que as mulheres ganhassem menos do que os homens – e que as condições trabalhistas “promíscuas” poderiam significar uma vulnerabilidade ao abuso sexual, que frequentemente resultava em gravidez precoce (Marx, 1995: 591). Mas, como vimos anteriormente, ele presumiu que estes abusos seriam superados uma vez que os trabalhadores tomassem o poder político e reorientassem os objetivos da indústria para seu próprio bem estar. Passados dois séculos de industrialização, podemos ver que, enquanto não se vislumbra o fim do capitalismo por nenhum lado, os avanços em termos de igualdade no ambiente de trabalho têm sido produto da luta das mulheres e não um presente da automatização.

Mas ainda mais importante é o fato de que, quando Marx identifica a atividade industrial como forma normativa do trabalho e arena privilegiada para a produção social, ele não

9. Sobre este tema, ver Bock e Duden (1980) e Henninger (2014: 296-297).

10. Fortunati acrescenta que Marx concebia o trabalho reprodutivo das mulheres “a partir da leitura dos informes do governo, que havia percebido muito antes o problema colocado pela usurpação que o trabalho fabril promovia sobre os afazeres domésticos” (1997: 169).

11. “Dentro da família e, mais tarde, com seu desenvolvimento tribal, surge uma divisão natural do trabalho, baseada nas diferenças de idade e sexo; ou seja, por causas puramente fisiológicas” (Marx, 1995: 285-286).

12. Ver o capítulo 23 da parte 7, volume 1 de *O capital* (Marx, 1995).

deixa espaço algum para que as atividades domésticas reprodutivas sejam consideradas. E, como apontou Fortunati, Marx só as cita para mostrar que o capital destrói a atividade reprodutiva ao apropriar-se da totalidade do tempo das mulheres.¹⁰

Há um contraste interessante com o trabalho de Alfred Marshall, pai da economia neoclássica, no que tange a abordagem da relação entre a fábrica e o lar. A perspectiva de Marx da atividade industrial como um tipo mais racional de trabalho lembra a “capacidade geral para o trabalho” de Marshall, que ele descreve como uma nova habilidade, de que poucos trabalhadores (na época) dispunham:

“[A capacidade geral para o trabalho] não é específica a nenhuma ocupação, mas desejada por todos; ela permite que os trabalhadores sustentem por um longo período de tempo qualquer tipo de trabalho, concentrem-se em muitas coisas ao mesmo tempo, acomodem-se rapidamente às mudanças nos detalhes do trabalho realizado e mantenham-se estáveis e confiáveis” (Marshall, 1890: 206- 207).

No entanto, Marshall, alinhado com os reformistas de sua época, acreditava que o maior produtor desta “capacidade geral” eram a vida doméstica e, sobretudo, a influência da mãe (ibid.: 207). Por isso, ele se opunha firmemente ao emprego externo das mulheres. Marx, por outro lado, prestava pouca atenção ao trabalho doméstico. Não há discussão sobre esse assunto em sua análise da divisão social do trabalho; ele se limita a afirmar que divisão do trabalho na família tem base fisiológica.¹¹ Ainda mais gritante é seu silêncio acerca do trabalho doméstico em sua análise da reprodução da força de trabalho no capítulo “Reprodução simples”.¹²

Aqui ele entra em um tema que é crucial para a compreensão do processo de criação de valor no capitalismo: a força de trabalho, nossa capacidade de trabalhar, não é inata. Por ser consumida diariamente no processo de trabalho, ela preci-

sa se (re)produzir constantemente e tal (re)produção é tão essencial à valorização do capital quanto a “limpeza das máquinas” (Marx, 1995: 481), uma vez que representa a “produção do mais precioso dos meios de produção do capitalista: o próprio trabalhador” (id.).

Em outras palavras, como sugere também nas notas publicadas sob o título de *Teorias sobre a mais-valia*¹³ e no próprio *O capital*, Marx indica que a reprodução do trabalhador é parte essencial e condicional da acumulação de capital. No entanto, ele a considera apenas sob o aspecto do “consumo” e isola sua realização dentro do circuito de produção de mercadorias. Os trabalhadores – segundo Marx – usam seu salário para comprar bens de consumo e, ao fazê-lo, se reproduzem a si mesmos. É literalmente a produção de assalariados por meio da compra de mercadorias produzidas pelos assalariados.¹⁴ Portanto, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência de seu detentor” (ibid.: 124; itálicos originais), e se determina pelo tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias que os trabalhadores consomem.

Marx não reconhece em parte alguma de *O capital* que a reprodução da força de trabalho depende do trabalho não-remunerado das mulheres – preparar comida, lavar roupa, criar os filhos, fazer amor. Pelo contrário, ele insiste em retratar o assalariado como reprodutor de si mesmo. Inclusive quando considera as necessidades que o trabalhador deve satisfazer, Marx o retrata como um comprador de mercadorias auto-suficiente; enumera, entre outras necessidades para a vida, comida, teto, vestimenta. Mas, estranhamente, omite o sexo, seja obtido dentro da configuração familiar, seja pago – o que sugere que a vida do trabalhador é imaculada; apenas a mulher é moralmente maculada pelo trabalho industrial (id.). À prostituta, é negado o status de trabalhadora. Ela é relegada a exemplo da degradação moral das mulheres e representada como “o mais baixo sedimento do excedente popu-

13. Na primeira parte de *Teorias sobre a mais-valia*, Marx afirma: “O trabalho produtivo seria aquele que produz mercadorias ou produz, forma e desenvolve diretamente a própria força de trabalho” (1969: 172). Como veremos a seguir, as feministas se apropriaram desta teoria para defender que o trabalho doméstico é um “trabalho produtivo” no sentido marxiano.

14. A referência aqui é a Piero Sraffa e seu livro *Production of Commodities by Means of Commodities* (1960).

lacional” (ibid.: 545), esse “lumpen-proletariado” (id.) que, em *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, ele havia descrito como “escória de todas as classes” (1972: 80).

Há umas poucas passagens em que Marx ameaça romper o silêncio e admitir implicitamente que o que apresenta como “consumo” ao assalariado pode ser trabalho reprodutivo da perspectiva de suas companheiras mulheres. Em uma nota de rodapé da discussão sobre a determinação do valor da força de trabalho em “Maquinaria e grande indústria”, ele escreve: “assim, vemos como, sob o propósito de se auto-valorizar, o capital usurpa o trabalho familiar indispensável para o consumo” (Marx, 1995: 324). E vai além:

Como certas funções familiares, como o cuidado e a amamentação das crianças, não podem ser radicalmente suprimidas, as mães confiscadas pelo capital se vêem, em maior ou menor medida, obrigadas a contratar trabalhadoras que as substituam. Os trabalhos impostos pelo consumo familiar, como costurar, remendar etc. se suprem pela aquisição de mercadorias confeccionadas. A diminuição do investimento no trabalho doméstico aumenta, portanto, o gasto de dinheiro. Logo, os gastos de produção da família trabalhadora crescem e contrapesam a renda obtida com o trabalho. Isso impossibilita as famílias trabalhadoras de se aterem a normas de economia e planejamento da preparação e consumo de seus víveres (id.).

No entanto, nada mais é dito deste trabalho doméstico “que não pode ser suprimido” e que deve ser substituído por bens de consumo. Somos obrigados a imaginar se o custo da produção aumenta apenas para o trabalhador ou para o capitalista também, presumivelmente por meio das lutas que os trabalhadores travam por melhores salários.

Marx não menciona a contribuição das mulheres nem quando se refere à reprodução geracional da força de tra-

balho e descarta a possibilidade de que elas possam tomar decisões autônomas no que diz respeito à procriação, restringindo-se a classificá-la como “o crescimento natural da população” (ibid.: 537). Ele comenta que “o capitalista pode tranquilamente delegar esta tarefa ao instinto natural dos trabalhadores de auto-preservação e perpetuação” (ibid.: 481-482) – uma contradição com o comentário anteriormente citado sobre o descuido dos deveres maternos por parte das mulheres trabalhadoras fabris, que ele praticamente equiva-le ao infanticídio. Marx também sugere que o capitalismo não dependa da capacidade reprodutiva das mulheres para sua própria expansão, dada a criação constante de população excedente a partir das revoluções tecnológicas.

Para tentar apreender a cegueira de Marx sobre um trabalho tão onipresente quanto o reprodutivo, que deve ter saltado a seus olhos em sua própria casa, enfatizei em ensaios anteriores sua ausência quase absoluta dos lares proletários, dado que a fábrica empregava a família inteira de sol a sol (Federici, 2012: 94). O próprio Marx sugere esta conclusão quando, ao citar um médico enviado pelo governo inglês para avaliar o estado de saúde dos distritos industriais, nota que o fechamento dos moinhos de algodão causado pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos havia trazido ao menos um benefício:

[As mulheres] agora dispõem do tempo necessário para oferecer o seio a seus filhos, ao invés de envenená-los com Godfrey's Cordial (um opiáceo). Dispõem de tempo para aprender a cozinhar. Infelizmente, a aquisição de tal talento ocorreu em um momento em que eles não tinham nada para cozinhar [...] A crise também foi utilizada para ensinar as filhas das trabalhadoras a costurar em escolas de costura. Foi necessária uma revolução na América do Norte e uma crise mundial para que umas garotas trabalhadoras, cujo ofício era fiar para o mundo inteiro, aprendessem a costurar! (1995: 324)

15. Marx emprega o conceito de integração formal versus integração real para descrever o processo pelo qual, na primeira fase de acumulação capitalista, o capital se apropria do trabalho “tal como o encontra”, “sem nenhuma modificação da natureza real do processo de trabalho” (1021). No outro sentido, existe integração real quando o capital molda o trabalho/produção para seus próprios fins.

Mas a redução abismal do tempo e recursos necessários para a reprodução dos trabalhadores que Marx documentou não era uma condição universal. Empregadas fabris não compunham mais do que 20% a 30% da população de mulheres trabalhadoras. E, mesmo entre essas, muitas abandonavam o posto na fábrica quando tinham filhos. Além disso, como já vimos, o conflito entre o trabalho fabril e os “deveres reprodutivos” das mulheres era um problema fundamental na época de Marx, como demonstram os informes fabris que ele cita e as consequentes reformas.

Por que, então, esta exclusão sistemática? E por que Marx não percebeu que a medida parlamentar de reduzir as jornadas de mulheres e crianças nas fábricas acarretava uma nova estratégia de classe que mudaria o rumo da luta de classes?

Sem dúvida, parte da resposta é que, como os economistas políticos clássicos, Marx não considerava as tarefas do lar um tipo de trabalho historicamente determinado, com uma história social específica, mas uma força natural e uma vocação feminina, um desses produtos desta grande despesa que a terra é – argumenta Marx – para nós, mulheres. Quando, por exemplo, ele comenta que o trabalho excessivo e a fadiga produziam um “aborrecimento” (ibid.: 327) entre as mulheres trabalhadoras fabris e seus filhos, Marx ape-la para uma imagem de maternidade condizente com uma concepção naturalizada dos papéis de gênero. Na primeira fase do desenvolvimento capitalista, o trabalho reprodutivo da mulher estava apenas (segundo sua terminologia) “formalmente integrado” na produção capitalista¹⁵. Ou seja, não havia sido reformulado para se adequar às necessidades específicas do mercado de trabalho – ainda que possivelmente contribuísse com ele. Sim, um teórico tão poderoso e historicamente orientado como Marx deveria ter se dado conta de que o trabalho doméstico, ainda que *parecesse* uma atividade ancestral, que satisfazia puramente “necessidades naturais”, era, na realidade, uma forma de trabalho histori-

camente muito específica, produto da separação entre produção y reprodução, trabalho remunerado e não-remunerado, que nunca havia existido em sociedades pré-capitalistas ou em sociedades não reguladas pela lei do valor de troca. Tendo nos alertado contra a mistificação produzida pela relação salarial, ele deveria ter percebido que, desde sua origem, o capitalismo subordinou as atividades reprodutivas – na forma de trabalho não-remunerado de mulheres – à produção de força de trabalho e, conseqüentemente, o trabalho não-remunerado que os capitalistas extraem dos trabalhadores é muito mais evidente do que o extraído durante a jornada de trabalho remunerado, uma vez que inclui os afazeres domésticos não-remunerados de mulheres, mesmo se reduzidos ao mínimo.

Poderia o silêncio de Marx sobre o trabalho doméstico derivar, como já se sugeriu, do fato de que ele “não considerava que as forças sociais eram capazes de conduzir o trabalho doméstico em uma direção revolucionária”? Esta é uma pergunta legítima, se “lemos Marx de modo político”¹⁶ e consideramos que sua teoria sempre se orienta a suas implicações organizacionais e seu potencial [revolucionário].¹⁷ Abre-se a possibilidade de que ele tenha optado por se reservar acerca da questão dos afazeres domésticos porque temia que seu trabalho pudessem servir às organizações de trabalhadores e burgueses reformistas, que glorificavam o trabalho doméstico para excluir as mulheres da fábrica. Mas nas décadas de 1850 e 1860, os afazeres domésticos e a família haviam estado durante anos no centro de uma acalorada discussão entre socialistas, anarquistas e um emergente movimento feminista, e já se experimentavam reformas no lar e nos afazeres domésticos.¹⁸

Devemos concluir, então, que seu desinteresse no trabalho doméstico tem raízes mais profundas, que nascem tanto de sua naturalização como de sua desvalorização, que o fizeram parecer, em comparação com o trabalho fabril, uma forma arcaica que logo seria superada pelo progresso da civi-

16. Aqui me refiro ao trabalho de Harry Cleaver, *Reading Capital Politically* (2000).

17. Sobre isso, insiste Negri em *Marx Beyond Marx* (1991).

18. Ver o trabalho de Dolores Hayden, *The Grand Domestic Revolution* (1985).

lização. Seja como for, a consequência da falta de teorização de Marx do trabalho doméstico é que *sua explicação da exploração capitalista e sua concepção de comunismo ignoram a atividade mais difundida do planeta e uma causa incontornável de divisões dentro da classe trabalhadora.*

Pode-se fazer um paralelo aqui com o lugar da “raça” na obra de Marx. Ainda que reconhecesse que “o trabalho dos brancos não pode se emancipar enquanto o trabalho dos negros continue escravizado” (ibid.: 239), Marx não analisou em profundidade o trabalho escravo e o uso do racismo para executar e naturalizar uma forma de exploração mais intensa. Seu trabalho, portanto, não foi capaz de desafiar a ilusão – dominante no movimento socialista – de que o homem branco assalariado representava os interesses universais da classe trabalhadora – uma mistificação que, no século XX, levou militantes anticoloniais a concluir que o marxismo era irrelevante para sua luta.

Sem ir tão longe, Marx não antecipou que as formas brutais de exploração que havia descrito com tanta força ficariam em breve relegadas ao passado, pelo menos em grande parte da Europa.

Ameaçada por um conflito armado de classes e pela possível extinção da força de trabalho, a classe capitalista, em complô com algumas organizações de trabalhadores, tomaria um novo rumo estratégico, aumentando o investimento na reprodução da força de trabalho e o salário dos trabalhadores homens, enviando as mulheres de volta ao lar para realizar tarefas domésticas e, neste processo, mudando o curso da luta de classes.

Ainda que Marx fosse consciente do grande desperdício de vida que o sistema capitalista produzia e estivesse convencido de que o movimento de reforma industrial não derivava de inclinações humanitárias, ele não percebeu que o que estava em jogo na “legislação protetora” era mais que uma reforma do trabalho na fábrica. Reduzir as horas de

trabalho de mulheres era o caminho para uma nova estratégia de classe que devolvia as mulheres proletárias ao lar para produzir, ao invés de mercadorias físicas, trabalhadores.

Por meio desta estratégia, o capital conseguiu dissipar a ameaça de insurgência da classe trabalhadora e criar um novo tipo de trabalhador: mais forte, mais disciplinado, mais resistente, mais apto a assimilar os objetivos do sistema como seus – o tipo de trabalhador, enfim, que considera os requisitos da produção capitalista como “as mais lógicas leis naturais” (ibid.: 627). Este foi o tipo de trabalhador que permitiu que o capitalismo britânico e norte-americano de fim de século passasse da indústria leve à pesada, da indústria têxtil à siderúrgica, da exploração baseada em extensão da jornada de trabalho a uma baseada na intensificação. Isso significa que a criação da família trabalhadora e da dona de casa proletária em tempo integral foi parte essencial e mesmo condicionante da transição de um excedente absoluto a um relativo. Neste processo, os afazeres domésticos passaram por um processo de “integração real”, convertendo-se, pela primeira vez, em objeto de uma iniciativa estatal específica que os conectou mais fortemente à necessidade do mercado de trabalho e à disciplina do trabalho dentro do capitalismo.

Por coincidir com o apogeu da expansão imperial britânica (que trouxe numerosas riquezas ao país, aumentando o salário dos trabalhadores), não se pode atribuir a pacificação da força de trabalho unicamente a esta inovação. Mas foi um acontecimento histórico, que inaugurou a estratégia que mais tarde culminaria no fordismo e no *New Deal*, por meio dos quais a classe capitalista investiria na reprodução de trabalhadores para adquirir uma força de trabalho mais disciplinada e produtiva. Este foi o *deal* que se estendeu até a década de 1970, quando recebeu um ponto final graças ao surgimento internacional da luta das mulheres e do movimento feminista.

19. Ver “Women and the Subversion of the Community” em *The Power of Women and the Subversion of the Community* (1975).

20. Ver *Sex, Race, and Class* (James, 1975).

FEMINISMO, MARXISMO E A QUESTÃO DA “REPRODUÇÃO”

Enquanto Marx, como propulsor da “emancipação da mulher” por meio de sua participação na produção social entendida como trabalho industrial, inspirou gerações de socialistas, as feministas descobriram na década de 1970 um novo Marx: para enfrentar os afazeres domésticos, a domesticidade, a dependência econômica dos homens, apelaram a seu trabalho em busca de uma teoria capaz de explicar as raízes da opressão da mulher dentro de uma perspectiva de classe. O resultado foi uma revolução teórica que mudou tanto o marxismo quanto o feminismo.

A análise de Mariarosa Dalla Costa sobre o trabalho doméstico como um elemento-chave na produção da força de trabalho,¹⁹ a localização por parte de Selma James da dona de casa em um *continuum* com os não-remunerados do mundo²⁰ – que, mesmo assim, foi central no processo de acumulação de capital –, a redefinição encampada por outros ativistas do movimento da relação salarial como um instrumento de naturalização de áreas inteiras de exploração e criação de novas hierarquias dentro do proletariado; todos estes desenvolvimentos teóricos e as discussões que geraram chegaram a ser descritos como o “debate do lar”, supostamente centrado na pergunta sobre se os afazeres domésticos são ou não produtivos. Mas essa é uma grande distorção. O que se redefiniu quando incorporada a centralidade do trabalho não-remunerado da mulher no lar no que tange a produção da força de trabalho não foi apenas o trabalho doméstico, mas a própria natureza do capitalismo e da luta contra ele.

Não surpreende que a discussão de Marx sobre a “reprodução simples” tenha sido uma iluminação teórica neste processo, tal como a confirmação de nossa suspeita de que a classe capitalista jamais permitiria que tanto trabalho do-

méstico sobrevivesse sem que houvesse possibilidade de explorá-lo. Ler que as atividades que reproduzem a força de trabalho são essenciais para a acumulação capitalista lançou luz sobre a dimensão de classe de nosso rechaço. Mostrou que este trabalho tão desprezado, sempre naturalizado, sempre desdenhado e tratado como retrógrado pelos socialistas, foi, na verdade, o pilar da organização capitalista do trabalho. Isso resolveu a polêmica questão da relação entre gênero e classe, e nos forneceu ferramentas para conceituar não apenas a função da família, mas a profundidade do antagonismo de classes nas raízes do capitalismo. De um ponto de vista prático, confirmou que, como mulheres, não tínhamos que nos unir aos homens na fábrica para integrar a classe trabalhadora e travar uma luta anticapitalista. Podíamos lutar de maneira autônoma, começando por nosso próprio trabalho doméstico como “centro nervoso” de produção da força de trabalho.²¹ E nossa luta teria que ser travada primeiramente contra os homens de nossas famílias, dado que, por meio do salário deles, do casamento e da ideologia do amor, o capitalismo permitiu que os homens controlassem nosso trabalho não-remunerado e disciplinassem nosso tempo e espaço.

Ironicamente, nosso encontro com Marx e nossa apropriação de sua teoria sobre a reprodução da força de trabalho, consagrou de algum modo a importância de Marx para o feminismo, mas também nos ofereceu a evidência conclusiva de que devíamos virar Marx de ponta-cabeça e começar nossa análise e nossa luta precisamente a partir da parte da “fábrica social” que ele excluiu de seu trabalho.

Descobrir a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação do capital também levou à pergunta de como seria a história do desenvolvimento do capitalismo se não fosse construída a partir do ponto de vista da formação do homem proletário assalariado, mas pela perspectiva das cozinhas e quartos onde a força de trabalho se produz diariamente, geração após geração.

21. Ver Fortunati (1997).

22. Ver *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, (Elefante, 2017).

A necessidade de uma perspectiva de gênero para a história do capitalismo – muito além de uma “história de mulheres” ou do trabalho assalariado – foi o que me levou, entre outras coisas, a repensar a explicação de Marx sobre a acumulação primitiva e descobrir a caça às bruxas nos séculos XVI e XVII como momento fundador da desvalorização do trabalho da mulher e o surgimento de uma divisão do trabalho sexual especificamente capitalista.²² Paralelamente, a percepção de que, ao contrário do que previu Marx, a acumulação primitiva se tornou um processo permanente também põe em xeque a concepção sobre a relação necessária entre capitalismo e comunismo. Ela invalidou a perspectiva marxiana das fases evolutivas da história, segundo a qual o capitalismo é o purgatório que precisamos cruzar a caminho de um mundo de liberdade, trilhado sobre o pavimento libertador da industrialização.

O surgimento do eco-feminismo, que conectou a desvalorização, por parte de Marx, das mulheres e da reprodução com sua concepção de que a missão histórica da humanidade é a dominação da natureza, fortaleceu nossa posição. Especialmente importantes foram os trabalhos de Maria Mies e Ariel Salleh, que demonstraram que o ato por parte de Marx de apagar as atividades reprodutivas não é acidental, contingente à missão que ele atribuiu a *O capital*, mas sistemática. Como aponta Salleh, tudo em Marx determina a superioridade daquilo que é criado pelo homem e por sua tecnologia: a história começa com um primeiro ato de produção, os seres humanos se realizam através de seu trabalho. Uma medida da auto-realização é a capacidade de dominar a natureza e adaptá-la às necessidades humanas. E todas as atividades transformativas positivas se concebem no masculino: o trabalho é descrito como pai, a natureza como mãe; a terra também se concebe no feminino (Salleh, 1997: 72-76). *Madame la Terre*, a chama Marx, em oposição a *Monsieur le Capital*.

As eco-feministas demonstraram que existe uma profunda conexão entre o desdém aos afazeres domésticos, a desvalorização da natureza e a idealização do que a indústria humana e a tecnologia produzem.

Não cabe aqui refletir sobre as raízes do olhar antropocêntrico. Basta dizer que, hoje, o imenso erro de cálculo cometido por Marx e gerações de marxistas socialistas em relação aos efeitos libertadores da industrialização são óbvios demais. Hoje em dia, ninguém e animaria a sonhar, como fez August Bebel em *Woman Under Socialism*, com o dia em que a comida seria produzida quimicamente e em que “todos levariam uma pequena caixa de químicos no bolso, que satisfaria sua necessidade de nutrientes provenientes da clara, da gordura e os hidratos de carbono, independentemente da época do ano ou hora do dia” (1910: 391).

Enquanto a industrialização avança sobre a Terra e os cientistas a serviço do desenvolvimento do capitalismo brincam com a produção de vida externa aos corpos das mulheres, a ideia de estender a industrialização a todas nossas atividades reprodutivas é um pesadelo pior do que este que já estamos experimentando com a industrialização da agricultura.

Não é de se surpreender que, em círculos radicais, tenhamos testemunhado uma “mudança de paradigma”, conforme a esperança que se depositava na máquina como uma força para o “progresso histórico” é substituída por uma renovação do foco no trabalho político em problemáticas, valores e relações vinculados à reprodução de nossas vidas e a vida dos ecossistemas em que vivemos.

Diz-se que, em seus últimos anos de vida, Marx reconsiderou sua perspectiva histórica e, ao ler sobre comunidades igualitárias matrilineares do nordeste da América, começou a reconsiderar sua idealização do desenvolvimento industrial e capitalista e a valorizar a força da mulher.²³

Ainda assim, o olhar prometeico sobre o desenvolvimento tecnológico promovido por Marx e toda uma tra-

23. Ver a discussão de Heather Brown sobre *The Ethnological Notebooks of Karl Marx* (Krader, 1974) em seus capítulos 6 y 7 (2012).

dição marxista, longe de perder seu apelo, está de volta. A tecnologia digital tem para alguns o mesmo papel emancipador que Marx atribuiu à automatização, de tal forma que o mundo da reprodução e dos trabalhos de cuidado – que as feministas valorizaram como um terreno de transformação e luta – corre o risco de ser renegado mais uma vez.

Esta é a razão pela qual, ainda que Marx tenha dedicado pouco espaço às teorias de gênero em seu trabalho, e supostamente mudado parcialmente sua perspectiva no fim da vida, continua importante discuti-las e enfatizar, como tentei fazer neste trabalho, que seus silêncios sobre o tema não são descuidados, mas o sinal do limite que seu trabalho teórico e político não foi capaz de superar. Cabe a nós fazê-lo.

BIBLIOGRAFIA

Bebel, August. *Woman and Socialism*. Trad. de Meta L. Stern. Nueva York: The Co-Operative Press, 1910.

Gisela Bock / Duden, Barbara, “Labor of love– Love as labor: On the genesis of housework in capitalism”. En: Altbach, Edith Hoshino (ed.), *From Feminism to Liberation*. Cambridge: Schenkman Publishing Company, Inc., 1980, pp. 153-192.

Brown, Heather A., *Marx on Gender and the Family. A Critical Study*. Leiden-Boston: Brill, 2012. Cleaver, Harry, *Reading Capital Politically*. Leeds: Anti/Theses, 2000.

Custer, Peter, *Capital Accumulation and Women's labor in Asian Economies*. Nueva York: Monthly Review Press, 2012.

Dalla Costa, Mariarosa, “Women and the Subversion of the Community”. En: –, y James, Selma, *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

Engels, Friedrich, *The Condition of the Working-Class in England*. Moscow: Progress Publishers, 1980.

Federici, Silvia, *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

–, *Revolution at Point Zero. Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. Oakland: PM Press, 2012.

–, “Marxism, Feminism, and the Construction of the Commons”. En: Brincat, Shannon (ed.), *Communism in the 21st Century. Vol. 1 The Father of Communism. Rediscovering Marx’s Ideas*. Oxford: Praeger, 2014, págs.171-194.

Folbre, Nancy, “The Unproductive Housewife: Her Evolution in Nineteenth-Century Economic Thought”. En: *Signs* 16/3 (primavera de 1991), pp. 463-483.

Fortunati, Leopolda, *The Arcane of Reproduction. Housework, Prostitution, Labor and Capital*. Trad. de Hilary Creek. Brooklyn: Autonomedia, 1997.

James, Selma, *Sex, Race and Class*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

Gimenez, Martha E., “Capitalism and the Oppression of Women: Marx Revisited”. En: *Science and Society* 69/1 (enero 2005), pp. 11-32.

Hayden, Dolores, *The Grand Domestic Revolution*. Cambridge: MIT Press, 1985.

Henninger, Max, “Poverty, Labour, Development: Toward a Critique of Marx’s Conceptualizations.” En: van der Linden Marcel / Roth, Karl Heinz (eds.), *Beyond Marx. Theorising the Global Labour Relations of the Twenty-First Century*. Leiden-Boston: Brill, 2014, pp. 281-304.

Holmstrom, Nancy, “A Marxist Theory of Women’s Nature”. En: Holmstrom, Nancy (ed.), *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics*. Nueva York: Monthly Review, 2002 [2002a], pp. 360-376.

Holmstrom, Nancy (ed.), *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics*. Nueva York: Monthly Review, 2002 [2002b].

Krader, Lawrence (ed). *The Ethnological Notebooks of Karl Marx*. Assen: Van Gorkum & Co. B. V., 1974.

Levine Frader, Laura. “Women in the Industrial Capitalist Economy”. En: Bridenthal, Renate / Koonz, Claudia / Stuard, Su-

san (eds.), *Becoming Visible, Women in European History*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1987, pp. 309-331.

Lown, Judy, *Women and Industrialization: Gender at Work in Nineteenth-century England*.

Cambridge: Polity Press / Minneapolis, University of Minnesota Press, 1990.

Marshall, Alfred, *Principles of Economics. An Introductory Volume*. Londres: MacMillan and Co., Ltd., 1938.

Marx, Karl, *Theories of Surplus Value*, Part 1. Moscow: Progress Publishers, 1969.

–, *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. Buenos Aires: An-teo, 1972.

–, *El capital. Crítica de la economía política*. Trad. de Wenceslao Roces. 3 vols. México: FCE, 1995.

–, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. Trad. de Pedro Scaron. Buenos Aires / Madrid / México: Siglo XXI, 2007.

/ Engels, Friedrich, *La ideología alemana*. Trad. de Wenceslao Roces. Montevideo: Pueblos Unidos

/ Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.

/ –, *Manifiesto del Partido Comunista*. Apéndice: Friedrich Engels, *Principios del comunismo*. Introd., trad. y notas de Miguel Vedda. Buenos Aires: Herramienta, 2008.

Mies, Maria, *Patriarchy and Accumulation on a Large Scale*. Londres: Zed Books, 1986.

Negri, Antonio, *Marx Beyond Marx. Lesson on the Grundrisse*. Trad. de Henry Cleaver. Brooklyn: Autonomedia, 1991.

Mojab, Shahrzad (ed.), *Marxism and Feminism*. Londres: Zed Books, 2015.

Pinchbeck, Ivy, *Women Workers and the Industrial Revolution. 1750-1850*. Nueva York: F.S. Crofts & Co., 1930.

Salleh, Ariel, *Ecofeminism as Politics. Nature, Marx and the post-modern*. Londres: Zed Book, 1997. Seccombe, Wally, “Patriarchy stabilized: The Construction of the Male Breadwinner Wage Norm in Nineteenth-Century Britain”. En: *Social History* 11 (1986), pp. 53-76.

Sraffa, Piero, *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

–, *Weathering the Storm. Working Class Families from the Industrial Revolution to the Fertility Decline*. Londres: Verso, 1993.

Scott, Joan Wallach, *Gender and the Politics of History*. Nueva York: Columbia University Press, 1988.

CHE GUEVARA: UM REVOLUCIONÁRIO ATUAL¹

GUSTAVO CODAS E LÚCIO DA COSTA

*A Fernando Martinez Heredia (1939-2017),
in memoriam*

Che Guevara, assassinado no dia 9 de outubro de 1967, cinquenta anos atrás na Bolívia, tem um legado para o presente e o futuro dos povos. Sua figura tem sido tratada de forma superficial. Ora como um produto comercial cultural, ora como apenas um capítulo do passado latino-americano. Aqui vamos resgatar para além da figura mítica do “guerrilheiro heroico” as contribuições de Che marxismo e, argumentar de que continua sendo um personagem do nosso tempo.

GUATEMALA E CUBA

Che Guevara é o produto de dois processos: da derrota do nacionalismo de Jacobo Arbenz na Guatemala, e da luta revolucionária e vitória da Revolução Cubana.

Ele testemunha desesperado em 1954 na Guatemala a impotência do nacionalismo progressista para enfrentar

GUSTAVO CODAS
Economista paraguaio.
Membro da Coordenação
Nacional da DS.

LUCIO COSTA
Advogado do Sindicato dos
Bancários de Porto Alegre
e Região, do Sindicato
dos Petroleiros do RS, da
Associação de Oficiais de
Justiça do RS. Membro do
Diretório Estadual do PT do RS
e da coordenação nacional da
Democracia Socialista.

1. Este artigo é uma versão ampliada do que foi publicado com igual título na revista “Caros Amigos” número especial dedicado a “Cinco décadas sem Che Guevara”, São Paulo, setembro de 2017.

2. APRA: Aliança Popular Revolucionária Americana, fundada em 1924 em seu exílio mexicano pelo jovem intelectual peruano Victor Raúl Haya de la Torre. Foi uma das principais iniciativas para desenvolver um programa e uma ideologia nacionalista latinoamericanista e uma corrente política organizada continentalmente com seções em cada país. Ainda que este último não tenha vingado, teve grande influência em toda a região até os anos 1950.

3. Ação revolucionária na qual jovens cubanos sob a liderança do Fidel tentaram, contra a ditadura de Fulgêncio Batista, tomar o Quartel Moncada na cidade de Santiago de Cuba. A ação falhou e foi duramente reprimida. Mas projetou nacionalmente a liderança do Fidel e deu a denominação à corrente política que organizaram, o Movimento 26 de Julho, no "llano" (nas cidades), que a partir de dezembro de 1956 teve seu braço armado no Exército Rebelde na "sierra" (Sierra Maestra)

o imperialismo e as oligarquias. A derrocada do governo de Arbenz é um marco que expõe o fracasso político daquelas correntes que se iniciam nos anos 1920 com o APRA² de Haya de la Torre no Peru, cujo projeto vai ter grande impacto político e intelectual em muitos países.

Na passagem desse país à seu seguinte destino teve um papel chave a peruana Hilda Gadea (1925-1974), que seria sua primeira esposa e a mãe de sua filha maior. Formada em economia, desde finais dos anos '40 era dirigente do APRA peruano e se encontrava exilada trabalhando no governo Arbenz. Com mais formação política que ele, o ajudou a ampliar suas leituras, inclusive do marxismo, além de integrá-lo nos círculos de esquerda de Guatemala, onde Guevara teria contato com cubanos, que ali se encontram exilados depois do assalto frustrado ao quartel de Moncada de 26 de Julho de 1953³. Refugiado em uma embaixada depois do golpe contra Arbenz, Guevara decide ir a México à procura deles.

Ali entra em contato com Raul, primeiro, e Fidel Castro, em seguida. E encontra uma fermentação de ideias revolucionárias que não eram caudatárias nem do nacionalismo nem do "comunismo ortodoxo" alinhado com Moscou. A incorporação do Che à guerrilha de Fidel faria evidente uma dimensão mais dessa experiência, seu internacionalismo.

Mas ele não estava inovando, apenas estava consagrando esse valor. Lembremos que o jovem Fidel, ainda estudante de Direito, tinha participado em 1947 da expedição que tentou derrubar o ditador Rafael Trujillo de República Dominicana, e no ano seguinte, em 1948, participou do levante popular em Colômbia, conhecido como "Bogotazo", em resposta ao assassinato do líder opositor Jorge Eliécer Gaitán. Essa postura estava presente no Movimento 26 de Julho ao qual se juntou Che Guevara.

UMA REVOLUÇÃO CONTRA A RAZÃO

Hoje, passados 58 anos, a comoção provocada pelo triunfo da Revolução Cubana é menos evidente, no entanto, é possível e adequado situar seu impacto em termos análogos ao provocado pela Revolução Russa de 1917.

Em 1917 ao tratar do impacto da Revolução Russa da Revolução Russa no marxismo europeu daqueles anos Gramsci provocativamente afirma que:

“A revolução dos bolcheviques é (...) a revolução contra O Capital de Karl Marx. O Capital de Marx era, na Rússia, mais o livro dos burgueses que dos proletários. Era a demonstração crítica da necessidade inevitável que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar na sua insurreição, nas suas reivindicações de classe, na sua revolução. Os fatos ultrapassaram as ideologias. Os fatos rebentaram os esquemas críticos de acordo com os quais a história da Rússia devia desenrolar-se segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx quando afirmam, com o testemunho da ação concreta, das conquistas alcançadas, que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como se poderia pensar e se pensou”⁴.

Passadas mais de quatro décadas da Revolução Russa, em 01 de janeiro de 1959 os fatos tornariam a enfrentar a “razão” e suas tranquilidades. A Revolução Cubana foi o processo revolucionário mais ousado e inovador da segunda metade do século XX, foi uma revolução realizada contra os dogmas da imensa maioria da esquerda mundial, à época sob a hegemonia dos partidos comunistas alinhados a URSS. Em 1º de janeiro de 1959 tinha caído a ditadura de Batista e foi abalada

4. Gramsci, Antonio (1917), “Revolução Contra O Capital”. In: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>

5. Tablada, Carlos (2007) *Che e o Socialismo do Século XXI*, Porto Alegre, Editora Veraz.

6. Tablada, Carlos (2007) *Che e o Socialismo do Século XXI*, Porto Alegre, Editora Veraz.

7. Che assumiu o cargo de chefe do Departamento de Industrialização do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) em 07 de outubro de 1959 e a presidência do Banco Nacional de Cuba em 26 de novembro de 1959. Em 23 de fevereiro de 1961, foi criado o Ministério da Indústria sob sua direção.

uma leitura do marxismo permeada pelo determinismo, pelo positivismo e o dogmatismo.

No dizer do professor cubano Carlos Tablada, autor do clássico “O Pensamento Econômico de Che Guevara” e um dos maiores estudiosos da obra de Che:

“... a Revolução de 1959 foi contra todo o saber e as verdades estabelecidas no Ocidente, na esquerda e na academia. Cuba era o único país do mundo onde era impensável que se desse, triunfasse e se desenvolvesse uma revolução anti-imperialista que conquistasse a independência, a soberania e onde se fundassem e crescessem instituições populares inéditas de verdadeira participação popular, tanto na defesa como na distribuição do produto social nos anos de 1960”⁵.

A obra de Che é uma das maiores expressões do caráter renovador e libertário da Revolução. Exemplificou mais do que nenhum outro dirigente da revolução cubana essa nova postura política, intelectual e ideológica, que buscava novas fontes intelectuais de referência revolucionária, que superou as fracassadas estratégias políticas das outras correntes de esquerda – o nacionalismo, a socialdemocracia e o comunismo estalinista. Para trás ficavam as apostas em revoluções democráticas dirigidas por partidos burgueses os quais a esquerda devia apoiar.

Che ao mesmo tempo em que demonstrou a impossibilidade do capitalismo imperialista em garantir o desenvolvimento e o progresso dos países da América Latina, da África e da Ásia, igualmente, *“enfrentou e formulou alternativas à doutrina e à ideologia de dominação desenvolvidas pelas castas burocráticas dos regimes da URSS e do leste europeu e da incipiente burocracia cubana anos sessenta”* e desenvolveu um pensamento e uma prática alternativos desde o início da Revolução Cubana⁶.

OUTRO SOCIALISMO

Entre 1959-1964, período em que fez parte do Governo Revolucionário de Cuba, Che colocou um debate que Stalin tinha interditado com repressão e sangue nos anos 1930. A discussão sobre a transição ao socialismo⁷. Não somente fez publicamente essa discussão, mas se juntou no debate a um dos principais intelectuais trotskistas desse período, o economista belga Ernest Mandel, que questionava as lições soviéticas⁸.

A sublinhar os combates que travavam Che e Fidel, em julho de 1967, o editorial da revista “Pensamiento Crítico”⁹ afirmava:

“...os revolucionários dirigidos por Fidel Castro tiveram que lutar contra uma poderosa reação, mas também contra uma suposta ‘ortodoxia revolucionária’[...]”

Longe, na selva boliviana em sua última comemoração do aniversário 26 de Julho, Che anotaria em seu diário:

À noite, dei uma pequena palestra sobre o significado do 26 de julho: rebelião contra as oligarquias e os dogmas revolucionários¹⁰.

Che era crítico ao paradigma soviético de construção do socialismo, o chamado modelo de “*cálculo econômico*” o qual, para ele se constituía apenas num “*conjunto de medidas de controle, de direção e de operação de empresas socializadas*” ou, pior ainda, em mero “*artifício de apologético*”¹¹. Conforme Che, a construção do socialismo não pode ser empreendida utilizando “*as velhas armas estragadas que nos legou o capitalismo*”¹².

Nas palavras de Fidel Che tinha “... nesse momento, muitas ideias originais, porém era totalmente oposto a utilizar as categorias capitalistas, lucro, renda todo esse tipo de coisas na construção do socialismo, porque dizia que adquiririam força per si depois que acabariam escapando a qualquer controle”¹³.

8. Guevara, Ernesto Che (2006). *El Gran Debate. Sobre la Economía en Cuba 1963-64*. La Habana: Ocean Press.

9. Revista mensal publicada em Havana entre 1967 e 1971, com uma linha editorial plural dentro das correntes intelectuais revolucionárias marxistas. Editaram-se 53 números e participavam da iniciativa, entre outros, intelectuais cubanos como Fernando Martínez Heredia, Aurelio Alonso, Hugo Azcuay, Marta Pérez Rolo, Mireya Crespo, Rolando Rodríguez, Ricardo Jorge Machado, Jesús Díaz, Thalia Fung, Elena Díaz, Juan Valdés Paz, Isabel Monal, Niurka Pérez, Marta Blaquier e Luciano García.

10. Guevara, Ernesto Che (1968). *El Diario del Che en Bolivia*. Habana, Ed. Ciencias Sociales.

11. Guevara, Che (2007). *Apuntes Críticos a La Economía Política*. Bogotá: Editorial Ocean Sur.

12. Guevara, Che (1965), “El socialismo y el hombre en Cuba”, In: *El Che en la Revolución Cubana*. La Habana, Tomo I, 1966.

13. In: “Encuentro con los partidos de izquierda”, México, D. F., 03 de diciembre de 1988.

14. Guevara (2007), apud Tablada, Carlos (2007). *Che e o Socialismo do Século XXI*, Porto Alegre: Editora Veraz.

15. Guevara (2007), apud Tablada, Carlos (2007). *Che e o Socialismo do Século XXI*, Porto Alegre: Editora Veraz.

Em nítido contraste a construção do socialismo como resultado do critério do “cálculo econômico” – subterfúgio a legitimar a expropriação do poder de decisão das classes trabalhadoras pelas castas burocráticas a controlar o partido e o Estado – Che, sem rodeios dirá que:

“as massas devem ter a possibilidade de dirigir seus destinos, resolver quanto vai para a acumulação e quanto para o consumo; a técnica econômica deve operar com estes números, e a consciência das massas assegurar seu cumprimento”¹⁴.

A marcar a diferença com o modelo soviético e, em termos proféticos a prenunciar a queda da URSS Che Guevara afirmou:

Tudo parte da equivocada concepção de querer construir o socialismo com elementos do capitalismo sem mudar-lhes realmente o significado. Assim se chega a um sistema híbrido que nos leva a um beco sem saída, dificilmente perceptível que obriga a novas concessões às alavancas econômicas, ou seja, ao retrocesso¹⁵.

Desta maneira, com Che Cuba tinha rompido com as matrizes intelectuais que bloquearam os processos revolucionários na região, e agora também desafiava o saber soviético sobre a construção do socialismo que tinha levado à degeneração e ruína dessas experiências – como ficou claro em 1989-1991.

OUTRA ÉTICA, NOVA CULTURA

Para Che a transformação da sociedade não é exclusivamente um fato material, mas é, como referido acima, um processo consciente a exigir a construção de novas formas de relações sociais e culturais.

Nessa seara, Che fez contribuições únicas e que nem sempre foram bem compreendidas. Guevara insistiu muito na dimensão da mudança da individualidade das pessoas para o trânsito ao socialismo. Quer dizer, não se tratava apenas de mudar “estruturas” (relações de propriedade, relações de produção, sistemas de poder político) ou de aumentar as “forças produtivas”, mas de mudar as pessoas.

Essa discussão que aparece na literatura revolucionária como o problema do “*homem novo*” foi desfigurada pela ideia de que se estava discutindo um “*homem perfeito*”. Não era isso. O que o Che reivindicava era que o homem, ou a mulher, no socialismo não poderia reproduzir condutas de sociabilidade típicas do capitalismo e de modos de produção de exploração de uma classe por outra. E que o socialismo devia ser também luta e processo de *desalienação* humana. Hoje poderíamos afirmar que Che Guevara retomou a valorização da questão da ética presente na obra marxiana e fideliana e lhe deu uma dimensão ainda maior. Nesse sentido, adiantava uma discussão que entre nós apareceu somente com a recuperação, nos anos 1980 em diante, da relevância na obra marxiana do conceito de alienação e opressão, bem como com as leituras de Gramsci da necessidade da dimensão cultural e de mudança do senso comum na luta política contra a burguesia e o capitalismo.

INTERNACIONALISMO

Nos anos em que estive com funções no Governo Revolucionário cubano nunca deixou de dialogar com dirigentes das distintas correntes políticas da esquerda latino-americana e de alentar novos processos revolucionários na região. Daí as discussões que manteve com dirigentes revolucionários da estatura de John William Cook (da esquerda peronista), Tomas Borges (FSLN Nicarágua), Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes (Brasil), Héctor Béjar e Javier Heraud (Perú), entre

16. Guevara, Che (1967), in “*Mensaje a la Tricontinental*”, https://www.marxists.org/espanol/guevara/04_67.htm

17. Para um panorama da ação internacionalista da direção cubana até a década de 1990 ver o resgate da atuação do Comandante “Barbarroja” (Manuel Piñeiro Losada, 1933-1998) chefe do Departamento América do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, em duas obras publicadas postumamente: *Barbarroja. Selección de testimonios y discursos*. La Habana: Ed. Tricontinental, 1999. *Che Guevara y la revolución latinoamericana*. Bogotá: Ed. Ocean Sur, 2006.

outros. Desta forma, Che e a Revolução Cubana retomavam uma visão do marxismo no qual a luta revolucionária não está agrilhoadada ao “socialismo em um só país”, mas só se completa em escala mundial.

Sabendo que o destino da luta dos povos se definia na guerra revolucionária vietnamita contra a intervenção norte-americana lançou o desafio estratégico de “*criar dois, três, muitos Vietnam...*” para obrigar o imperialismo a dispersar suas forças¹⁶.

“GUEVARISMO”?

Sustentamos que não há “*guevarismo*” separado da tradição revolucionária cubana. Guevara é parte dela e do seu legado, tendo sido um dos seus dirigentes principais. A corroborar o signo de pertencimento a um mesmo horizonte teórico – uma perspectiva humanista e ética do marxismo – a recente publicação dos textos em que Che faz a crítica a “ortodoxia soviética” bem como, de seus cadernos da Bolívia revelam a permanência até o final do diálogo, das afinidades deste com Fidel.

A ideia de que o assim chamado “*guevarismo*” teria como marca distintiva, quando cotejado frente à experiência da Revolução Cubana e as reflexões de Fidel Castro, o tema do internacionalismo e, em especial, o compromisso com as lutas de libertação nacional dos povos da América Latina e da África não encontra respaldo no terreno dos fatos¹⁷.

Ao tempo em que Che integrava a direção do movimento revolucionário e o governo da República de Cuba inúmeras foram as iniciativas da Revolução Cubana no terreno da práxis internacionalista: o apoio às lutas revolucionárias em Peru, Guatemala e Venezuela, a luta de libertação nacional no Congo em 1965, a proposta de criação da Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS), que teve seu congresso fundacional em agosto de 1967.

Após o assassinato de Che o espírito e prática internacionalistas que o animavam se manteve firme na direção cubana. Se expressou, entre outros exemplos, no envio de 30.000 soldados cubanos (“Operação Carlota”) que lutaram ao lado do MPLA em 1975 para garantir a independência nacional angolana. Em 1987-8, graças às Forças Armadas Revolucionárias cubanas que lutaram junto aos combatentes angolanos foi possível derrotar às tropas racistas da África do Sul na histórica batalha de Cuito Cuanavale na fronteira de Angola. Entre 1975 e 1991 aproximadamente 300 mil cubanos participaram dessas ações internacionalistas, dos quais dois mil caíram em combate.

Em 26 de julho de 1991, em visita a Cuba, Nelson Mandela proferiu um discurso de reconhecimento a solidariedade e ao internacionalismo de Cuba e Che. Disse o líder da luta contra o *apartheid*:

Hoje esta é a Cuba revolucionária, a Cuba internacionalista, o país que tanto fez pelos povos da África (...)

Também honramos ao grande Che Guevara, cujas façanhas revolucionárias – inclusive em nosso continente – foram de tal magnitude que nenhum encarregado da censura na prisão conseguiu nos ocultar. A vida de Che é uma inspiração para todo o ser humano que ame a liberdade. Sempre honraremos a sua memória.

A presença de vocês e o reforço enviado para a batalha de Cuito Cuanavale têm uma importância verdadeiramente histórica.

A esmagadora derrota do exército racista em Cuito Cuanavale constituiu uma vitória para toda a África!

A contundente derrota do exército racista em Cuito Cuanavale deu a possibilidade à Angola de disfrutar da paz e consolidar sua própria soberania!

A derrota do exército racista permitiu ao povo combatente da Namíbia alcançar finalmente sua independência!

18. <https://jornalggn.com.br/noticia/o-discurso-de-mandela-em-cuba-em-1991>.

19. <http://www.granma.cu/cuba/2014-03-25/cuba-tiene-medicos-por-todo-el-mundo>

20. O mesmíssimo Mario Terán, o soldado boliviano que assassinou o Che em 9 de outubro de 1967, abandonado e pobre, só recuperou a visão graças à assistência dos médicos cubanos da “Missão Milagre” em agosto de 2006 em Bolívia no governo Evo Morales. Que melhor fato poderia marcar e mostrar a diferença política e moral entre o Che e seus herdeiros e os que ordenaram seu assassinato! Ver: “*Che vuelve a ganar otro combate*” <http://www.minrex.gob.cu/es/che-vuelve-ganar-otro-combate>

A decisiva derrota das forças agressoras do *apartheid* destruiu o mito da invencibilidade do opressor branco!

A derrota do exército do *apartheid* serviu de inspiração ao povo combatente da África do Sul” (...)

A derrota do exército racista em Cuito Cuanavale fez possível que hoje eu posso estar aqui com vocês!¹⁸

Igualmente, para além dos campos de batalha a solidariedade de Cuba com os oprimidos, expressão profunda de uma ética humanista, se manifestou no apoio dado pelos médicos e trabalhadores (as) de saúde de Cuba em numerosos países do mundo. Principiou com o envio de uma brigada de médicos a Argélia em 1963 e se estendeu por várias partes do mundo, sempre em missões solidárias. Desde então, se estima em mais de 130 mil os médicos e médicas cubanas que participaram em missões de ajuda humanitária no mundo inteiro¹⁹. Ainda nos anos 2000 Fidel Castro e Hugo Chávez lançaram a “Missão Milagre” para realizar operações de catarata gratuitamente para gente pobre de toda América Latina devolvendo a visão a dezenas de milhares que de outra forma teriam ficado ou continuado cegas²⁰.

Guevara como estrategista da luta guerrilheira é apenas uma das facetas dele. O mal-entendido sobre o “*guevarismo*” como “*foquismo*” se deveu entre outras razões ao livro do francês Régis Debray, “*Revolução na revolução*” (1967), que fazia uma leitura simplória do processo cubano e sua reprodutibilidade em outros países. Contrariamente a isso, experiências tão diversas como o FLN fundado em 1969 no México que nos anos 1980 se transmutaria em EZLN, correntes da FSLN na Nicarágua ou da FMLN em El Salvador, se reivindicavam da tradição revolucionária que inclui a Cuba e o Che, e nada tiveram do chamado “*foquismo*”.

Ao mesmo tempo há que se afirmar que a faceta do Che como estrategista da guerrilha é mais datada, já que corresponde ao período em que a luta política aberta na Amé-

rica Latina estava bloqueada pela estratégia do imperialismo americano, como tinha ficado evidente no caso de Guatemala em 1954, mas também em muitos outros processos políticos nacionais – Paraguai nesse mesmo ano, Brasil e Bolívia em 1964, República Dominicana em 1965, Argentina em 1966, Chile em 1973, Argentina novamente em 1976... - que foram interrompidos por golpes militares dirigidos sob a batuta do governo dos EUA. Essas condições mudam nos anos 1980 com os processos de “redemocratização” que alcançaram a toda a região.

Mas uma revolução viva – como a cubana – não é um processo linear. O pertencimento da obra de Che à tradição da Revolução Cubana, a comunhão com as questões suscitadas na obra de Fidel Castro, no entanto, não hão de se prestar a estabelecer um signo de perfeita identidade entre as reflexões de Guevara e as distintas fases do processo revolucionário que viveu Cuba.

Assim, por exemplo, se comparadas às reflexões de Che, houve um profundo empobrecimento político intelectual do chamado Quinquênio Cinza (1971-75) – momento máximo de amoldamento de Cuba ao modelo soviético – em evidente contradição com a elaboração teórica de Guevara. Tanto assim, que nesses anos o debate, as indagações e busca de alternativas a partir da obra *guevariana* serão relegados a segundo plano e, em alguns casos desestimulados. Nessa quadra Che ficou circunscrito ao terreno da hagiografia, ou seja, ao estudo da vida de um *santo*, a indicação de um modelo de santidade a ser perseguido como parâmetro de conduta pessoal destituído de maiores decorrências na luta político-ideológica travada. Aliás, não é casual que justo a princípios deste período, em 1971, a revista “Pensamiento Critico”, uma das expressões maiores do pensamento revolucionário cubano e latino-americano em suas dimensões anti-eurocentrista, anticolonial e anti-dogmática, será fechada e alguns de seus integrantes afastados da Universidade de Havana.

21. Discurso pronunciado no encerramento do 3º Congresso del Partido Comunista de Cuba, teatro "Carlos Marx", 02 de dezembro de 1986.

O diálogo travado pela direção da Revolução Cubana com a obra de Che será fortemente retomado em meados dos anos 1980 quando impulsionada por Fidel é lançada a campanha de *"correção dos erros e tendências negativas da Revolução"*. Em 1986, já em resposta à crise da URSS, mas antes de sua dissolução em 1991, Fidel, em diálogo com as reflexões que Che, havia exposto por ocasião dos debates sobre a construção do socialismo em Cuba nos anos sessenta dirá:

"Deve-se fazer trabalho de consciência, se, e os demais mecanismos, os fatores econômicos, são meios, instrumentos auxiliares do trabalho político e revolucionário que requer uma verdadeira revolução, e, sobretudo, que requer a construção do socialismo e os caminhos do comunismo."

"Essa retificação não pode ser esperada de nossos quadros administrativos disfarçados de capitalistas, primeiro temos que tirar-lhes o disfarce, temos que saber seleccioná-los e temos que educá-los. Não quero dizer que se deve mudar a todos os quadros administrativos, existem muitos bons; muitos deles não têm culpa de que os tenham disfarçado e os tenham posto a trabalhar; a atuar como capitalistas vulgares, e alguns devem ter se deformado²¹"

CHE, HOJE

Em 1991, o fim da URSS produziu um imenso choque sobre a sociedade cubana. Conforme Fernando Martinez Heredia lembrava em recente artigo:

A sociedade de justiça, bem-estar e oportunidades para todos que se alcançou como saldo do processo até 1990 sofreu deteriorações e reduções dessas características nos últimos 25 anos. Não me deterei na profunda crise que viveu Cuba na primeira metade dos anos '90, que originou essa tendência negativa, somente adiciono duas constantes que operam sempre e sistema-

ticamente contra: a agressão permanente dos Estados Unidos, desde 1959, que inclui o funesto estado de guerra econômica do bloqueio; e as profundas e abrangentes desvantagens econômicas que sofremos, como a maior parte dos povos do planeta, causados pelo sistema de financeirização, centralização, roubo de recursos e extorsões parasitárias do grande capital”²².

Neste cenário, dito de forma extremamente sintética, foram adotadas em Cuba toda uma série de medidas que tendo como escopo reanimar a economia cubana resultaram no fortalecimento de mecanismos de mercado como, por exemplo, as associações com empresas estrangeiras, a legalização da venda de imóveis, a possibilidade de abertura de negócios privados, o aumento das dimensões do módulo de terra em mãos de agricultores privados no campo²³.

O resultado trouxe a consolidação de desigualdades na Ilha. Nas palavras de Heredia:

Atualmente já se pode observar a consolidação de desigualdades ante a renda que percebe a população, que eram desconhecidas antes da crise. Há setores empobrecidos, e isso é mais acentuado em grupos sociais que estavam em desvantagem por razões históricas e/ou territoriais, ou aos que a evolução da situação foi levando a esse estado. De um nível ínfimo de pobreza e zero de pobreza extrema há 30 anos, passamos a taxas de pobreza que para Cuba são notavelmente altas. As deficiências mais significativas se encontram em habitação, remuneração do trabalho, situação de comunidades e acesso a uma parte dos consumos necessários ou desejados. De uma sociedade em que as relações entre os esforços laborais e os consumos e a qualidade de vida eram muito indiretas, passamos a uma situação em que os rendimentos diretos que se obtém desempenham um papel grande nesses consumos e na qualidade de vida. O papel do dinheiro cresceu significativamente em diversos campos²⁴.

22. Szalkowicz, G e P. Solana (2017) *América Latina. Huellas y retos del ciclo progresista*, Buenos Aires: Editorial Sudestada.

23. Vide <https://cronicasdosul.com/2017/07/21/%EF%BB%BFadynamica-economica-de-cuba>.

24. Heredia, Fernando Martinez (2017). "La Revolución Cubana en el siglo XXI". In: Szalkowicz, G e P. Solana (2017) *América Latina. Huellas y retos del ciclo progresista*, Buenos Aires: Editorial Sudestada.

25. Uma parte do atual debate político cubano é publicada no blog do músico Silvio Rodríguez, "Segunda Cita", ver em: <http://segundacita.blogspot.com.br/>

26. A própria biografia político-intelectual de Fernando Martínez Heredia reflete esse fluxo e refluxo na relação entre o curso da revolução cubana e o legado do Che. Veja-se o que ele mesmo conta em esta entrevista realizada por motivo de receber o Prêmio Nacional de Ciências Sociais de Cuba em 2006 http://www.cubaliteraria.cu/autor/fernando_martinez_heredia/works/interviews/guanche.htm

27. Guevara, Ernesto Che (2012). *Apuntes Filosóficos*. Bogotá: Ed. Ocean Sur.

28. Guevara, Ernesto Che (2008). *Retos de La Transición Socialista em Cuba (1961-1965)*, Bogotá: Ed. Ocean Sur.

29. Guevara, Ernesto Che (2013). *En la selva. Los estudios desconocidos del Che Guevara*. (Nestor Kohan, edição e estudo introdutório). Buenos Aires: Ed. Yulca / Ed. La Lllamarada / Amauta Insurgentes Ed.

Neste cenário, o pensamento crítico cubano novamente torna as reflexões de Che. Em uma pauta político-ideológica e cultural nitidamente inspirada na valorização da consciência, da ética e participação popular²⁵. O saudoso mestre Heredia ao tratar da Revolução Cubana no Século XXI apontava o rumo²⁶:

Precisamos resgatar mais em temos ideais e materiais das relações e da forma de viver socialista; maior socialização dentro do âmbito e da gestão estatais; um impulso certo da municipalização e outras formas de descentralização que beneficiem aos esforços de coletivos, às comunidades e ao país, e não ao individualismo e ao afã de lucro; enfoques integrais dos problemas. Se está produzindo um aumento da politização em setores amplos da população, que estimula ao nível imenso de consciência política que possui o povo cubano. Emergem setores de jovens expressamente anticapitalistas. Cresceu a expressão pública de críticas e critérios diferentes feitos por cubanos e dirigidos a fortalecer o socialismo. O povo cubano exerceu a justiça social, a liberdade, a solidariedade e o pensar com sua própria cabeça, e se acostumou a fazê-lo. Temos consciência do momento histórico em que vivemos e o que está em jogo nele.

A demonstrar a renovação das discussões em torno da herança de Che estão a publicação nos últimos anos de toda uma série de estudos e, particularmente, as edições póstumas do já mencionado *Apuntes críticos a la Economía Política*, dos *Apuntes Filosóficos*²⁷ bem como, a edição de obras a tratar do desafio da transição ao socialismo como, por exemplo, *Retos de La Transición Socialista em Cuba*.²⁸ Assim como a publicação das suas notas de leitura na selva de Bolívia em 1967²⁹.

O pertencimento das reflexões e da obra *guevariana* à Revolução Cubana, uma epopéia na qual caminham Martí e Fidel, faz com que passados 50 anos de sua morte os revo-

lucionários cubanos(as) e latino-americanos(as) continuem a dialogar e a serem interpelados por Che. Ninguém como ele apontou de forma tão enfática a necessidade de um marxismo crítico, antidogmático e criativo, capaz de compreender a dinâmica do capitalismo periférico e dos sujeitos políticos da transformação social. Um marxismo que supere os determinismos cinzentos da razão derrotada, que tenha como prioridade a batalha política cultural nas massas e coloque claramente o objetivo de derrotar o imperialismo e superar o capitalismo com uma perspectiva internacionalista, de construir o socialismo.

Rotas e corredores

Rota Terrestre

Nova rota eurasiática, ligando o oeste da China, principalmente Xinjiang ao oeste da Rússia.

Corredor China-Mongólia-Rússia, ligando o norte da China à Rússia oriental.

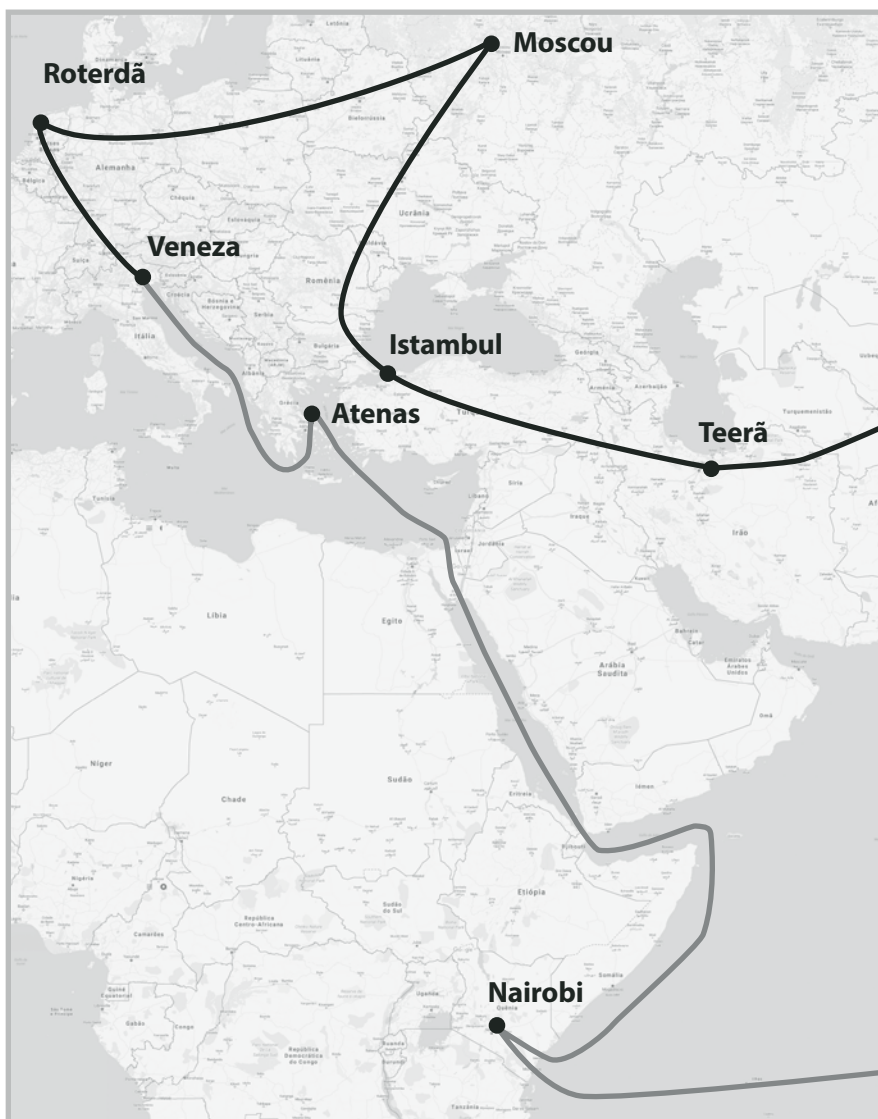
Corredor China-Ásia central-Ásia ocidental (conhecida no ocidente como Oriente Médio ou Próximo) ligando o oeste da China à Turquia

Corredor China-Península da Indochina, indo do sul da China até Singapura, no extremo sul da península da Malásia

Corredor China-Mianmar-Bangladexe-Índia, partindo também do sul da China

Corredor China-Paquistão, partindo do sudoeste da China

Rota Marítima



A INICIATIVA “*UM CINTURÃO, UMA ROTA*” E OS ENIGMAS DA EXPANSÃO ECONÔMICO-MILITAR DA CHINA

CLAUDIO PUTY



CLAUDIO PUTY
Professor da Faculdade de
Economia da UFPA
Professor visitante do
BRICS Center, University of
International Business and
Economics, Pequim
Doutor em economia (New
School for Social Research),
membro da coordenação
nacional da DS

INTRODUÇÃO

Em sete de setembro de 2013, em discurso proferido na Universidade Nazarbayev no Cazaquistão, o secretário geral do Partido Comunista da China e Presidente, Xi Jinping lançou o que ele chamou de desafio comum aos países da região. O líder chinês propôs uma “iniciativa” conjunta no sentido de integrar fisicamente seus países a partir de um grande plano de investimento em infraestrutura logística, cujo objetivo seria aumentar os fluxos comerciais entre o leste asiático, a Eurásia, a Europa e a África. Esse plano foi batizado de “a nova rota da seda”, compreendendo, como na rota original há mais de 2000 anos, vias marítimas e terrestres, em um projeto batizado – bem ao estilo local – de um “Um Cinturão, Uma Rota” (em inglês, *one belt, one road*, OBOR).

Imediatamente após este anúncio, e após as bem-sucedidas iniciativas diplomáticas no sentido de atrair países ao novo plano, o ocidente – particularmente os EUA – e alguns rivais chineses na Ásia – particularmente a Índia – reagiram com certa desconfiança. Seria o OBOR uma versão contemporânea do Plano Marshall, que enquanto reconstruiu a Europa no pós-guerra, demarcou a área de influência militar estadunidense, contendo o poder soviético?

Os chineses, por óbvio, se apressaram em negar qualquer semelhança com o militarismo americano, assim como veementemente rejeitaram a comparação com o plano Marshall. Segundo a versão oficial chinesa, a palavra iniciativa não é despropositada, já que pressupõe a adesão voluntária de participantes. O OBOR, ao contrário do Plano Marshall, partiria do princípio de investir sem condicionantes políticos e militares, e, portanto, teria caráter includente, cujo objetivo central seria unicamente dar vazão ao capital financeiro e manter em movimento a indústria de transforma-

ção chinesa, marcada pela sobrecapacidade, particularmente na siderurgia, construção civil pesada e transportes. Ou seja, um típico movimento de expansão do capital. Como contrapartida, os países receptores de investimento teriam ganhos substantivos, em um sistema de benefícios mútuos. Antes que digamos já ter visto esse roteiro há mais de 100 anos, repitamos a velha questão: será a expansão puramente econômica uma opção, dada as dimensões do país e as necessidades de seu capitalismo de Estado?

A nova rota da seda é, sem dúvida, uma novidade em um mundo onde a austeridade é a norma e o investimento transfronteiriço em infraestrutura parece existir somente no plano das intenções dos organismos multilaterais de financiamento. Desde o pós-guerra, quando a noção de “desenvolvimento” surge como alternativa ao mundo socialista, a prática do financiamento do desenvolvimento tem sido marcada pela insuficiência de recursos – agravada nos ciclos econômicos -, e pelo insucesso na mobilização de capitais privados para fins de investimento em condições palatáveis para os países da periferia. Daí a curiosidade criada acerca do desenho do financiamento dos projetos do OBOR, a dimensão e origem dos fundos, e a própria gestão de obras em ambiente institucionalmente tão complexo.

Complexidade que aumenta quando consideramos os problemas internos à própria China, particularmente o rescaldo de medidas de combate à grande crise de 2008 que resultaram em dívida não totalmente contabilizada de entes subnacionais, principalmente de suas empresas públicas provinciais. O resultado do gerenciamento desse problema fiscal terá consequências para as capacidades financeiras do Estado chinês.

A Nova Rota da Seda cumpre um papel importante na nova configuração de poder interno do PC chinês, onde Xi Jinping projeta para si uma longa permanência no poder,

inaugurando uma espécie de terceira grande época do período pós 1949, que poderia ser resumida ao lema “Mao, Deng, Xi”. O reordenamento do poder interno no partido, no governo e particularmente no Exército de Libertação Popular, iniciou-se com a derrota de uma tentativa de golpe de Estado em 2011, passando por uma campanha de combate à corrupção que levou muitos dos adversários internos de Xi Jinping à prisão – inclusive de Sun Zhengcai, o mais forte candidato a sua sucessão, membro do politburo e secretário do partido, a mais importante autoridade da cidade de Chongqing, – e cujo próximo capítulo importante é o 19º Congresso do PC da China, em outubro de 2017, onde serão aposentados quatro dirigentes dentre os sete componentes da instância máxima de direção do país, o Comitê Permanente do Politburo do Partido.

No plano externo, a OBOR, enquanto peça da estratégia global chinesa, terá que mostrar a capacidade de mediação em um ambiente em constante mudança e marcado por múltiplos atritos concomitantes. A gestão das crises com a Coreia do Norte, os conflitos fronteiriços com o Butão e Índia, as várias disputas no mar meridional da China, a aliança tensa com a Rússia, além do duplo signo de polarização e complementariedade com os EUA são alguns dos desafios que perdurarão durante todo o processo de estruturação e execução da rotas marítimas e terrestre.

Sinal dessa capacidade de mediação e convencimento foi a simbólica adesão dos mais poderosos países europeus, além do anúncio recente do interesse japonês – em um dos bancos criados para financiar as novas rotas: o Banco de Investimento em Infraestrutura da Ásia (AIIB, em inglês). O AIIB é a primeira instituição financeira global criada fora dos marcos de Bretton Woods e sofreu firme oposição americana. Mesmo assim uma quantidade grande de aliados tradicionais dos EUA, a começar pela própria Inglaterra de-

clararam interesse em se tornarem acionistas do banco, já com vistas a participação nos negócios a serem gerados pela OBOR. O aumento do interesse estadunidense, em uma mudança de postura recente, também demonstra certa capacidade de acomodação política determinada pela crescente integração da China no sistema econômico mundial e pela funcionalidade de seu capitalismo aos interesses econômicos europeus e americanos na economia global.

Portanto, olhar para a experiência da OBOR é uma boa oportunidade para refletimos sobre a estratégia chinesa e acerca do futuro do capitalismo.

UMA DESCRIÇÃO DO OBOR

Como vimos, o Presidente Xi Jinping lançou a ideia de um grande plano de integração física da China à Ásia Central, Europa ocidental e oriental, mar mediterrâneo, África, Golfo pérsico, Oriente Médio, Sul e Sudeste asiáticos em um discurso no Cazaquistão¹. É importante mencionar que o Cazaquistão é o nono maior país do planeta em extensão territorial, tem cerca de 1700 km de fronteira com a China e há mais de dois mil anos já era entreposto entre as rotas que ligavam a China à Europa. Mais importante, como última das repúblicas soviéticas a declarar independência da URSS, é país importante para o restabelecimento do espaço hegemônico russo na Ásia Central, que conta há até pouco tempo com apoio americano, no intuito de conter a China.

Em seguida, o mesmo Xi Jinping, em sua primeira visita ao sudeste asiático após tomar posse como presidente, lança também a nova rota da seda *marítima* e um banco – o AIIB – para financiar o conjunto da *Iniciativa*. Em discurso em Jacarta, no parlamento da Indonésia, país-sede do bloco econômico de dez países do sudeste da Ásia (ASEAN),

1. President Xi Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries. Disponível em: http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjwb_663304/

2. A adesão do Brasil ao AIIB se deu às últimas horas do prazo final estabelecido e o Professor Marco Aurélio Garcia, então assessor internacional da Presidenta Dilma, teve papel fundamental na decisão do Brasil, já que o Ministério da Fazenda, sob a direção de Joaquim Levy, funcionário do Banco Mundial, se opunha a adesão supostamente por razões de ordem fiscal. O governo

3. Disponível em: http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html (acessado em 10/10/2017)

4. "embracing the trend towards a multipolar world, economic globalization, cultural diversity and greater IT application, is designed to uphold the global free trade regime and the open world economy in the spirit of open regional cooperation."

anuncia que a China está disposta a financiar a região e trabalhar para diminuir o contencioso territorial com vários daqueles países de forma pacífica.

Já em fevereiro de 2014, Xi e o presidente Russo Vladimir Putin chegaram a um acordo acerca da construção do "Cinturão e da Rota" a partir da integração das novas linhas à já existente à rota ferroviária Euro-Asiática, uma joint-venture operada por alemães e russos que conecta, através da ferrovia transiberiana, a Europa ocidental à China.

Em novembro do mesmo ano, desta vez em um encontro da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) em Pequim, o Presidente Xi anunciou que a China daria 40 bilhões de dólares para estabelecer um "Fundo da Rota da Seda" destinado a prover financiamento para países onde existam projetos do *OBOR*.

Em abril de 2015, no prazo final de adesão com direito a status preferencial de sócio fundador do AIIB, 61 países já haviam subscrito os Termos de Compromisso com o banco. Desses países, 38 asiáticos e 23 de fora da região, sendo o Brasil o único membro fundador das Américas².

Finalmente, em março de 2015, a importante Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento, o Ministério do Exterior e o Ministério de Finanças e Comércio da China, em pronunciamento conjunto, apresentaram as linhas gerais, prioridades e mecanismos do *OBOR*³.

OBJETIVOS DO OBOR

O plano se organiza em quatro grandes objetivos finais. *Coordenação conjunta de políticas públicas*, inclusive política econômica, a partir de valorização dos mecanismos existentes e fortalecimento de novos instrumentos. *Conectividade da base produtiva instalada*, a partir de investimento em obras de infraestrutura energética e de transporte, e

no fortalecimento de cadeias logísticas com ampla integração através de tecnologia de informação (TI), particularmente redes transfronteiriças de fibras óticas. *Comércio e investimento desimpedido*⁴, envolvendo remoção de barreiras tarifárias e facilitação ampla do comércio, com adequação aos padrões da OMC. O Ministério do Comércio da China assinou com mais de 60 países declarações de promoção de livre comércio nos corredores do OBOR⁵. Além disso, a China anunciou áreas prioritárias para integração de cadeias produtivas com os países vizinhos e disposição para investimento conjunto em área que vão desde a energia nuclear até a agricultura marinha. *Integração Financeira* com foco na transformação do iuane em moeda plenamente conversível, através de várias iniciativas. Elas incluem marcos regulatórios bancários conjuntos, *swaps* com moedas regionais, estímulo a lançamento de debêntures em renminbi por empresas estrangeira no mercado chinês e vice versa, implantação plena do NDB, AIIB e do Fundo “Um Cinturão, Uma Rota” e estímulo a participação de fundos institucionais (patrimoniais, dentre eles) na iniciativa. Fortalecimento dos *laços entre os povos*, com objetivo de angariar apoio popular ao OBOR. Isso envolve intercâmbio estudantil e cultural, com a China anunciando 10 mil bolsas de estudos para países que fazem parte do plano.

Portanto, vemos que a OBOR é bem mais que um conjunto de obras de infraestrutura. É um plano ambicioso de integração comercial, financeira e industrial. Vamos ver mais adiante que, apesar de não mencionada, a dimensão militar é uma preocupação central na iniciativa.

Outro aspecto central para os chineses é a questão de seu desenvolvimento regional, elemento estabilizador da unidade da nação. A China tem oito grupos linguísticos, centenas de “dialetos”, 55 grupos étnicos oficialmente reconhecidos e tensões territoriais múltiplas, desde o se-

5. Disponível em: http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/15/c_136286376.htm (acessado em 10/10/2017)

6. Povo mulçumano de origem Turcomena espalhado em vários países, cuja população é estimada entre 10 milhões (último censo) a 15 milhões, só na China.

7. Disponível em: <http://www.theworldofchinese.com/2014/07/khorgos-chinas-newest-city/> (acessado em 10/10/2017)

8. Disponível em: <https://railturkey.org/2014/10/09/china-europe-railway-routes/> (acessado em 10/10/2017)

paratismo mulçumano na província Uigur⁶ e de Xinjiang/Turquestão Oriental até a complexa reintegração de Hong Kong à nação. Na iniciativa Belt and Road, há uma divisão de trabalho no interior da China, contemplando todas suas regiões, conectando-as aos distintos corredores logísticos previstos por critérios de proximidade e especialização setorial.

AS ROTAS ANUNCIADAS

Concretamente isso envolve ações que compreendem no “cinturão” a construção de áreas de integração com seis rotas principais, abarcando mais de 65 países, 4,4 bilhões de pessoas, somando 40% do PIB global.

1. Uma nova rota eurasiática, ligando o oeste da China, principalmente Xinjiang ao oeste da Rússia.

Chamada de *nova ponte continental eurasiática*, sai da cidade de Korgos – uma nova cidade⁷ criada pela China, homônima à cidade existente no lado Cazaque – na província separatista de Xinjiang e situada na fronteira Cazaque, e aproveita conexões com a ferrovia transiberiana. Hoje leva 15 dias para transporte até a Alemanha, passando pela Bielorrússia, levando metade do tempo estimado para o mesmo destino final por via marítima⁸. As ações anunciadas na logística se casam com iniciativas de desenvolvimento industrial como o parque industrial Sino-Bielorussos em Minsk.

2. O corredor China–Mongólia–Rússia, ligando o norte da China à Rússia oriental.

Utilizando trechos da malha ferroviária já existente nas conexões da Manchúria com a transiberiana na sua extremidade oriental. Aí existe uma rede antiga, que remonta ao início do século XX, ligando a Rússia ocidental ao pací-

fico e o norte da China. As ações são de ampliação de conexões, modernização e conformidade, já que o padrão russo, das ex-repúblicas soviéticas e da Mongólia (a bitola “russa” de 1520mm), é distinto do padrão dos trilhos utilizado na China (bitola de 1435mm)⁹.

3. O corredor China–Ásia central- Ásia ocidental (conhecida no ocidente como Oriente Médio ou Próximo) ligando o oeste da China à Turquia.

Conectando particularmente a província separatista de Xinjiang às maiores reservas de gás mundo, e reservas consideráveis de petróleo no Turcomenistão, Cazaquistão, Uzbequistão e Irã. Particularmente na república cazaque, o projeto se adequou ao *Nurly Zhol* (o caminho luminoso), que é um plano de investimento em infraestrutura daquele país, financiado, dentre outras fontes, por seu fundo soberano¹⁰.

São pelo menos quatro caminhos ferroviários.

Uma ferrovia saindo da China (Alashankou, Khorgos) via Cazaquistão conecta ao Turcomenistão, Irã, Turquia e ali em diante.

Outra bifurcação conecta ao Cáucaso, também via Cazaquistão e usa *ferry boats* para, a partir do porto cazaque de Aktau, atravessar o mar Cáspio.

A terceira passagem conecta Cashgar, também na região mulçumana de Xinjiang, à cidade industrial de Osh, na parte quirguiz da vale de Fergana¹¹, através da passagem do Irqueshtão¹² que separa os dois países. A partir dali a ferrovia segue para o Ubequistão, Turcomenistão, Irã, Turquia e Europa.

A conexão ferroviária a Teerã, já funciona desde fevereiro de 2016 e os acordos com investidores franceses e alemães também anunciaram intenção de investir na modernização da rede ferroviária do Irã.

Além das ferrovias, na fronteira com o Cazaquistão também já funciona desde 2015 um grande porto seco e

9. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/mongolia-extends-trans-border-railway-to-china-russia-2014-10>(acessado em 10/10/2017)

10. Disponível em: <http://www.kazakhembus.com/content/nurly-zhol-path-future> (acessado em 10/10/2017)

11. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Fergana_Valley (acessado em 10/10/2017)

12. Disponível em: <http://caravanistan.com/border-crossings/kyrgyzstan/irkesh-tam-pass/> (acessado em 10/10/2017)

13. Disponível em: <http://hkmb.hktdc.com/en/1X0A3UUO/hktdc-research/The-ASEAN-Link-in-China%E2%80%99s-Belt-and-Road-Initiative> (acessado em 10/10/2017)

área de livre comércio batizado de Portal para Korgos. O plano é ampliá-lo e combiná-lo com zonas logísticas e industriais ao seu redor.

A construção de novos gasodutos entre o Turcomenistão e a China, assim como do Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão. A expansão, segundo as declarações dos governos, pretende quase duplicar as exportações de gás do Turcomenistão para a China.

4. O corredor China–Península da Indochina, indo do sul da China até Singapura, no extremo sul da península da Malásia.

Nesse corredor estão previstos vários projetos usando mecanismos de cooperação já existentes na sub-região do bacia do rio Mecão (*Mekong*). Os países da sub-região estão construindo nove rodovias internacionais em três eixos – leste/oeste (1320km), norte/sul (2000km) e sul (1030km)¹³.

O corredor Norte-Sul já inaugurou a rodovia expressa entre Kunming e Bangcoc em 2013. A China também já construiu outra rodovia expressa de Guangxi até o porto de Dongxing na fronteira com o Vietnã. A rodovia de Kunming até a fronteira com o Myanmar e o Vietnã também foram alargadas.

Na área ferroviária uma linha de alta velocidade entre Jacarta e Bandung na Indonésia está sendo construída pelos chineses, uma ferrovia entre a China (Kunming) e o Laos, uma ferrovia entre a China e o nordeste da Tailândia, todas elas adaptadas aos padrões ferroviários chineses. O plano é conectar Laem Chabang, o maior porto da Tailândia com Nong Khai, área industrial perto de Vientiane (capital do Laos) e Kunming.

5. O corredor China–Mianmar–Bangladexe–Índia, partindo também do sul da China.

Chamada de Corredor KK – Kunming-Calcutá¹⁴, segue o antigo caminho da seda do sul, e caminha no ritmo das diatribes entre Índia e a China. Passa por Mandalai (em Mianmar) e Daca, capital bangladeshense.

O corredor envolve concluir a rodovia Kunming-Calcutá, um porto em Chatigão (*Chitagongue*, Bangladesh). Uma linha ferroviária de alta velocidade entre as duas cidades também está sendo estudada.

6. O corredor China–Paquistão, partindo do sudoeste da China

O corredor com o Paquistão é um dos mais ambiciosos e envolve uma grande quantidade de intervenções nos transportes, energia e estabelecimento de zonas econômicas especiais. Segundo os governos, o plano está previsto para custar 62 bilhões de dólares¹⁵.

Um dos focos centrais do corredor é o porto de Gwadar^{16 17} a 650 km de Caráchi, capital também litorânea, diga-se de passagem. Em 2017, carga chinesa já está sendo parcialmente embarcada dali para a África e Oriente Médio.

Na área dos transportes, dentre as várias obras rodoviárias, destacam-se a reconstrução e ampliação da antiga rodovia expressa Caracoram N35¹⁸. A nova rodovia, triplicada em capacidade de carga, liga Kashgar (Xinjiang) na China e Rualpindi no Paquistão, e de lá se conecta à malha rodoviária até o litoral.

No modal ferroviário, modernização da principal rota paquistanesa, Karachi–Peshawar (“main line 1”), que irá comportar trens de alta velocidade e extensão da rede para se integrar em Kashgar à rede chinesa da – muito mencionada – província de Xinjiang. No total são pelo menos três projetos ferroviários, sempre associados a portos secos e mirando o litoral.

14. Disponível em: <http://www.indiandefencereview.com/spotlights/bangladesh-china-india-and-myanmar-economic-corridor-ushering-a-new-era-of-interconnectedness/> (acessado em 10/10/2017)

15. Kiani, Khaleeq (30 September 2016). “With a new Chinese loan, CPEC is now worth \$62bn”. *Dawn*.

16. Disponível em: <http://www.mcclatchydc.com/news/nation-world/world/article24783286.html> (acessado em 10/10/2017)

17. Hussain, Tom (19 April 2015). “China’s Xi in Pakistan to cement huge infrastructure projects, submarine sales”. *McClatchy News*. Islamabad: mcclatchydc. Retrieved 16 May 2017.

18. 1300 km de extensão. Chamada, desde sua construção, de 1959 a 1979, de rodovia da amizade pelo chineses (wikipedia)

19. Disponível em: <http://dunyanews.tv/en/Pakistan/286627-Electricity-shortfall-increases-to-4500-MW> (acessado em 10/10/2017)

20. Disponível em: <http://beltsandroads.com/index.php/my-product/official-documents/#1460830270747-cc4b9aa7-3097> (acessado em 10/10/2017)

21. Disponível em: Global Maritime Fulcrum: <http://jakartaglobe.id/news/china-and-indonesias-maritime-agendas-closely-aligned/> (acessado em 10/10/2017)

Na área de energia, estão em construção ou previstos projetos para resolver os graves problemas de escassez de energia no Paquistão, cuja rotina é de racionamento de até 5 horas por dia¹⁹. Para isso, seria necessário hoje aumentar em 20% a capacidade energética do país.

Portanto, em associação principalmente com a China, o governo do Paquistão combinou os projetos da OBOR com projetos de seus planos nacionais pré-existentes. São dezenas de projetos para produção de energia de base hidroelétrica, térmica (carvão e gás), eólica e solar. Está em construção no Punjab, em associação com uma empresa da Turquia, o parque fotovoltaico de *Quaid-e-Azam*, o maior do mundo.

Cabos de fibra ótica também estão sendo lançados, interligando a China e o Paquistão e um centro conjunto de pesquisa marinha também está previsto.

ROTA MARÍTIMA

A “Rota” da seda marítima é a que tem menos detalhes divulgados. Mas sabemos que o objetivo central é estruturar uma série de portos de águas profundas em rotas marítimas tradicionais.

As ligações propostas conectam a costa chinesa, Singapura e o mar Mediterrâneo, com conexões com as rotas terrestres em vários pontos do caminho, particularmente os portos já mencionados nas rotas do Paquistão e de Bangladesh. Nesse sentido, o governo Chinês já assinou memorandos de entendimento com os Emirados Árabes se comprometendo a investir no porto e complexo comercial de Califa. Com Egito, estabeleceram uma Zona de Cooperação Econômica do Canal de Suez²⁰. Com a Indonésia, acena com apoio ao plano nacional chamado de *Poros Maritim Dunia* (“Ponto de Apoio Marítimo Global”)²¹ de interligação do arquipélago indonésio e construção e moderniza-

ção de 24 portos para assim fortalecer o papel do país como grande entreposto entre o Pacífico e o Índico. Com Myanmar, investimento no porto de Kyaukphyu, no mar de Andamão. Com a Tailândia, no altamente estratégico projeto do Istmo de Kra^{22,23}, que garante uma rota alternativa ao estreito de Malaca, ponto de passagem por Singapura, tradicional aliada dos EUA.

Finalmente, e não menos importante, o investimento em portos na África. Além da já marcante presença na África, a ligação com o OBOR se dá com a ampliação do porto de Mombaça no Quênia, interligado à ferrovia – de bitola padrão – até a capital, Nairóbi, além da construção do porto de Lamu²⁴. Ação igualmente estratégica parece ser o investimento em porto na ilha de Zanzibar²⁵, região semiautônoma da vizinha Tanzânia, onde também já há investimento no porto de Dar es Salaam²⁶.

Estimar o custo de um plano com tantas ações espalhadas no mundo é certamente uma tarefa complexa, mas tanto o governo chinês quanto a imprensa internacional tem estimado um desembolso que iria de um a cinco trilhões de dólares nas próximas décadas, compreendendo um fundo específico de US\$40 bilhões²⁷, o capital autorizado do AIIB de US\$100 bilhões²⁸ e, finalmente, os US\$890 bilhões²⁹ que o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) anunciou ter colocado à disposição de cerca de 900 projetos da Iniciativa OBOR. Portanto, quase todas ações contarão supostamente com financiamento de instituições financeiras chinesas, ou ainda de organismos multilaterais onde a China exerça forte influência, mas não excluem cofinanciamentos com as instituições do sistema de Bretton Woods, como o Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento da Ásia.

Recentemente, membros do governo e consultores privados tem enfatizado a necessidade de combinar fontes de financiamento bancário oriundas da China com emis-

22. Disponível em: <https://chinadaily.com/2014/03/16/china-to-bypass-malacca-strait-by-kra-isthmus-canal-in-thailand/> (acessado em 10/10/2017)

23. Disponível em: <https://chinadaily.com/2015/05/17/china-announces-strategically-important-kra-isthmus-canal-in-thailand/> (acessado em 10/10/2017)

24. Disponível em: <http://www.nation.co.ke/news/China-targets-Kenya-ports-in-trade-/1056/2898150/-/12rgygz/-/index.html> (acessado em 10/10/2017)

25. Disponível em: <http://afkinside.com/46534/chinese-firm-contributes-230-million-zanzibar-port-construction/> (acessado em 10/10/2017)

26. Disponível em: <https://sinosphere.blogs.nytimes.com/2014/09/12/china-expands-investment-in-tanzania/> (acessado em 10/10/2017)

27. Esse fundo já financiou a construção da hidroelétrica de Karot no Paquistão, de propriedade Chinesa. Disponível em: <https://blogs.wsj.com/chinarealtime/2015/04/21/china-makes-multibillion-dollar-down-payment-on-silk-road-plans/> (acessado em 10/10/2017)

28. Sendo o montante integralizado cerca de 20% deste valor

29. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/world/china-watch/business/china-billion-dollar-belt-road-initiative/> (acessado em 10/10/2017)

sões em mercados de capitais, seja de títulos patrimoniais ou de dívida – com garantia soberana ou não – por parte dos diversos atores interessados. Voltaremos a esse tema mais adiante.

O planejamento e a gestão de tal quantidade de projetos ainda não está clara para a maioria dos analistas, à medida que envolvem não só múltiplas instituições financeiras, empresas, países, províncias e esferas de governo na China. Até o momento, aproximadamente 47 países asiáticos, 16 países europeus e um país africano já assinaram termos de cooperação e adesão à Iniciativa OBOR e a lista ainda deve aumentar.

QUAL A ESTRATÉGIA DA CHINA?

Muito se fala do OBOR como parte da política de saída para o exterior (*Zouchūqū Zhanlüè*) – traçada a partir de 1999, que estimulou a expansão das empresas chinesas. A iniciativa, entretanto, lançada somente em 2013, é melhor compreendida como resposta aos desafios criados no período posterior à eclosão da Grande Crise de 2007. Foi a partir dali que a economia chinesa se assentou em um novo patamar, um novo “normal”.

A partir do início do século XXI até 2007, a economia chinesa crescia à impressionante taxa de 11% ao ano, com uma participação do investimento no PIB que orbitava ao redor de 40%. A demanda externa garantia robustos superávits em transações correntes que chegaram a 10% do PIB. Após a crise, a taxa de crescimento do PIB tem sido ao redor de 7% – quatro pontos percentuais a menos que no período pré-crise; e o saldo em transações correntes se estabilizou ao redor de 2% do PIB. A fórmula chinesa para enfrentar a crise se deu a partir de gastos em infraestrutura, aumentando para mais de 50% a participação do investi-

mento no PIB. Esse esforço compreendeu a mobilização dos entes subnacionais, que tiveram papel fundamental, através de suas empresas e de seus governos provinciais, no financiamento e execução de planos locais de investimento.

À sobrecapacidade produtiva que se seguiu, o governo respondeu aumentando os estímulos para a exportação de capitais chineses. em um processo que culminou com a proposta de construção de um nova rota da seda. Esses estímulos compreenderam a simplificação de operações de câmbio para operações no exterior, além de crédito para as empresas produtoras de equipamentos se internacionalizarem.

Portanto, sim, o OBOR é uma resposta aos problemas de excesso de capacidade instalada na indústria chinesa, mas envolve outros aspectos econômicos importantes, como o acesso seguro aos recursos naturais estratégicos para o país, o estritamente financeiro, o monetário, o de política regional interna e o militar.

Do ponto de vista do acesso aos recursos naturais, observamos que boa parte dos esforços no estabelecimento de redes logísticas e informacionais garante tanto a expansão comercial chinesa quanto o acesso privilegiado e direto a fontes energéticas, particularmente petróleo e gás. Um caso ilustrativo é o que foi batizado do “dilema de Málaca”, pelo presidente Hu Jintao em 2003. Por aquele estreito, entre a cidade-estado de Singapura e a ilha de Sumatra, principal rota marítima entre o Índico e o Pacífico, passa cerca de 80% de toda importação de petróleo da China, oriunda da África e dos países árabes. Como vimos, boa parte das ações do OBOR, destina-se a criar rotas alternativas a Málaca que garantam a oferta estável das fontes energéticas³⁰ e segurança alimentar³¹.

O processo de saída global envolve também a busca de melhor retorno financeiro para os cerca de três trilhões de dólares de reservas do Banco Central, em grande medi-

30. Cabe mencionar que essa estratégia envolve também garantir fontes seguras na cadeia de minérios e da soja em nível global, o que explica a onda de aquisições no setor de grãos, inclusive com a criação de uma trader gigante a partir da compra da holandesa Nidera pela estatal chinesa Cofco para competir com as chamadas ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss), além das várias compras pela ChemChina de diversas produtoras de grãos e de fertilizantes, como a suíça Syngenta. Não raramente, o principal critério de investimento não é o retorno comercial imediato, mas a estabilidade na oferta de soja para a China.

31. A pior fome da história registrada foi na China entre 1959 e 1961, onde, de acordo com fontes não oficiais, cerca de 34 milhões de pessoas pereceram

32. Yiping Huang, Daili Wang, e Gang Fan (2014) *Paths to a Reserve Currency: Internationalization of the Renminbi and Its Implications*. ADBI Working Paper Series 482. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156337/adbi-wp482.pdf> (acessado em 11/10/2017)

da aplicadas em ativos denominados em moeda americana, particularmente instrumentos de dívida soberana. Nos últimos anos, o Banco Central procurou diversificar a aplicação de suas gigantescas reservas em dólar, olhando, de um lado, para países onde possa conduzir acordos que promovam o uso do iuane como moeda nas transações comerciais, e de outro para diminuir sua exposição excessiva em um único tipo de ativo financeiro. Preocupações com o comportamento de longo prazo do dólar tem sido constantes por parte das instituições que gerenciam as reservas, o que tem levado à criação de múltiplos fundos dedicados a aquisições patrimoniais em todo o mundo. Deste modo, uma boa parte dos recursos para a capitalização dos bancos que financiarão a OBOR se origina nas reservas cambiais.

Concomitante à busca por valorização de seus ativos financeiros, a China procura garantir a internacionalização de sua moeda, o que requer transformar o iuane-renminbi em moeda plenamente conversível. Esse processo se inicia de maneira mais evidente durante a crise de 2007, quando o Banco Central da China tomou duas decisões. A primeira, restringir a banda de flutuação de sua moeda em relação do dólar, no sentido de estabilizar as expectativas dos investidores no mercado cambial, como aliás, já havia feito na crise asiática de 1997. A segunda medida foi promoção do uso do renminbi nos acordos de comércio externo com seus países vizinhos³². Parece óbvio que o objetivo chinês neste caso é avançar na ruptura com a hierarquia política e econômica expressa pelo padrão dólar-ouro sacramentada nos acordos de Breeton Woods, e que, ainda que viva uma longa crise desde o início dos anos 1970 organizou o sistema monetário internacional desde o pós guerra. A suposta adoção do renminbi como moeda internacional traria diversas vantagens para a China, aumentando significativamente sua influência global e competitividade, ao permi-

tir diminuir a dependência por dólares em uma miríade de transações econômicas.

O caminho para a internacionalização de sua moeda é, entretanto, longo e tortuoso e envolve, esquematicamente, garantir que o renminbi cumpra as funções clássicas da moeda – *unidade de conta, meio de troca e reserva de valor* – nas transações globais, no setor público e privado.

O plano do governo chinês para a internacionalização do renminbi é chamado de *ação em pista dupla*³³. A primeira via é a promoção do uso da moeda para investimento e comércio regional nos países vizinhos, além do estabelecimento de um mercado offshore de moeda em Hong Kong. A segunda pista é mais arriscada, pois envolve a progressiva liberalização da conta de capitais da China, permitindo “livre” (ou pelo menos maior) convertibilidade entre o iuane e as moedas estrangeiras, mobilidade transfronteiriça de capitais, estímulo à posse de ativos em renminbi por estrangeiros e a consequente oferta de instrumentos de proteção (hedge) contra a volatilidade nas taxas de câmbio.

É importante ressaltar que, não obstante a busca por transformar o iuan em reserva internacional de valor exigir enfrentar o problema da convertibilidade da conta de capitais, o governo chinês tem mantido controle de fluxos de capitais no sentido de administrar suas reservas do Banco Central e a taxa de câmbio do iuane/dólar. Gerenciar esses objetivos contraditórios é um desafio considerável para a China.

O fato é que o OBOR pode ser visto como um robusto instrumento da política de internacionalização do renminbi, ao combinar investimento, comércio e financiamento com a promoção de negócios em iuanes. Pagamentos comerciais e de fornecedores, investimento em instrumentos financeiros denominados em renminbi e, nesse contexto, múltiplos acordos de *swaps* com bancos centrais de diversos países.

33. Subacchi, P. (2010). *One Currency, Two Systems: China's Renminbi Strategy*. International Economics Briefing Paper, Vol. 1. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/International%20Economics/bp1010renminbi.pdf> (acessado em 10/10/2017)

O Swap é uma operação que basicamente envolve a troca de fluxos de caixa. Se for um swap entre moedas, as partes podem negociar contratos onde o valor futuro da taxa de câmbio é predeterminado, por exemplo, como forma de proteção aos importadores contra alguma mudança brusca no câmbio. Normalmente o contrato de swap estabelece que o Banco Central do país A “compre” a moeda do país B à taxa de câmbio à vista e, pelo acordo, é obrigado a comprar de volta sua moeda em uma data futura, pré-estabelecida, à mesma taxa de câmbio acrescida de juros. Bancos centrais fazem *swaps* para tentar administrar o câmbio, garantir liquidez em moeda forte e evitar especulação contra a moeda nacional.

O caso chinês tem objetivos distintos, pois os mais de 40 acordos de *swaps* que o seu Banco Central assinou tem como função explícita promover o uso do renminbi – e não do dólar – em operações de comércio e investimento. Se, por exemplo, um importador chinês compra de uma firma paquistanesa, esta pode receber em renminbi, trocá-lo por rúpias em seu banco local, que por sua vez, também troca renminbis no Banco Central do Paquistão por rúpias. O Banco Central do Paquistão, devido ao acordo de Swap com o Banco Central da China, pode ter suas rúpias de volta e pagar com os renminbis adquiridos do banco local. Essa abordagem incremental e segmentada é a fórmula chinesa para estimular negócios em iuanes e, ao mesmo tempo, evitar a liberalização completa de sua conta de capitais.

O OBOR também cumpre funções como política de desenvolvimento regional da China. Vimos anteriormente que uma parte significativa dos hubs logísticos se concentra da província de Xinjiang, onde há décadas movimentos separatistas do povo iugure mobilizam parte da população local contra Pequim.

O governo chinês também organizou uma divisão interna do trabalho entre as suas províncias para a nova rota da

seda. Cada uma das 15 províncias envolvidas no programa desenvolveram iniciativas OBOR próprias para complementar o plano nacional. Várias cidades do interior da China – Chongqing, Zhengzhou, Wuwei and Wuhan – encararam a construção de linhas férreas para se interligarem à Europa e Ásia Central. Governos provinciais também desenharam alternativas de financiamento próprias. Exemplo disso é o da província de Gansu que, em conjunto com a *China State Construction Engineering Corp*, criou um fundo para financiar investimentos em transporte no valor de 100 bilhões de iuanes³⁴.

Finalmente e não menos importante, a OBOR atua em sincronia com a estratégia militar chinesa, que envolve a expansão de sua força militar, focada tanto na gestão dos principais conflitos regionais nos quais está envolvida, quanto na criação de uma rede de proteção ao fornecimento de recursos naturais ao país. No que se refere especificamente à rota da seda marítima, a estratégia foi batizada pela consultoria *Booz Allen Hamilton* em um relatório do Departamento de Estado Americano em 2005 de “cordão de pérolas” (*string of pearls*)³⁵; A imagem diz respeito à construção de um conjunto de portos de uso múltiplo em pontos de estrangulamento logísticos, interligando linhas marítimas, rotas comerciais e a rede de instalações militares entre a África oriental, Golfo Persa, Oceano Índico, mar meridional da China e sudeste da China. Essas instalações militares têm capacidade não somente defensiva, mas também ofensiva, alargando a capacidade chinesa de projeção de sua força militar em uma área rica em recursos energéticos.

As pérolas seriam uma pista de pouco ampliada nas ilhas Woody no arquipélago de Paracel (ilha *Yongxing Dao*), um já mencionado porto de containers em Chitagão, Bangladesh, a construção de um porto da água profundas em Sittwe no Mianmar, a construção de uma base naval, no porto de Gwandar no Paquistão, instalações de processamento de in-

34. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/china-paves-way-new-silk-road> (acessado em 10/10/2017)

35. Disponível em: <http://www.washingtontimes.com/news/2005/jan/17/20050117-115550-1929r/> (acessado em 10/10/2017)

36. Disponível em <https://thewire.in/7977/why-china-may-not-need-a-string-of-pearls-in-the-indian-ocean/> (acessado em 10/10/2017)

37. Disponível em <https://thediplomat.com/2015/10/where-is-the-string-of-pearls-in-2015/> (acessado em 10/10/2017)

teligência militar nas ilhas da Baía de Bengal às proximidades do estreito de Málaca, o porto de Hambantota no Sri Lanka, uma base naval já inaugurada no Djibouti, na África, na dentre outras ações. Dessa pequena lista vemos que há total coerência entre o OBOR e a String of Pearls.

O governo chinês não usa a expressão Cordão de Pérolas, que tem sido utilizada por americanos e indianos. Segundo as declarações oficiais do Exército de Libertação Nacional, não existe a intenção de expansão militar chinesa no oceano Índico, assim como a China não pretende promover uma hegemonia de estilo americano, com expansão de base militares no mundo. Para os chineses, a movimentação militar teria caráter puramente defensivo e de combate à pirataria, e seus interesses na região estariam expressos no conceito de Iniciativa – com adesão voluntária dos países ao OBOR e cujos resultados só se justificam como jogo de ganha-ganha entre nações demandantes de investimento direto e a China.

Desde 2005, portanto, se estabeleceu um debate sobre a consistência da teoria do String of Pearls e, dentre a múltiplas posições, destacam-se aqueles que afirmam que a China talvez não precise de “pérolas” – instalações terrestres de apoio à projeção expedicionária³⁶ – para garantir seus objetivos militares e aqueles que defendem a teoria formulada pelo americanos³⁷, apesar da inexistência, até o momento, de bases chinesas no oceano Índico.

CONCLUSÃO: OS DESAFIOS DO OBOR

Vimos, portanto, que o OBOR, é uma política de crescimento interno com consequências globais, mais do que estritamente um conjunto estrito de ações de política externa. Sobre capacidade produtiva, reservas financeiras abundantes, abertura de novos mercados para seus produ-

tos, acesso aos recursos energéticos fundamentais à acumulação de capital, construção de uma nova ordem monetária internacional e expansão do poderio político-militar andam de mãos dadas na nova rota da seda.

O plano da China se destina a demandas reais do sul global, particularmente o enorme hiato de infraestrutura gargalos logísticos que podem mudar o panorama de alguns do países que lhe fazem vizinhança. Chama a atenção na *OBOR* a inexistência de condicionalidades macroeconômicas de viés marcadamente ideológico, características das versões ocidentais desse tipo de iniciativa. Não há, como na natimorta *Parceria Transpacífica* (TPP), na ALCA ou mesmo na ação rotineira de organismos multilaterais de financiamento, um roteiro pré-definido de políticas liberalizantes que envolvam abertura de mercado forçada, um arcabouço jurídico paralelo de resolução de conflitos ou mesmo imposição de mecanismos leoninos de defesa de proteção intelectual. Ironicamente, a China se revela mais pragmática que o ideológico EUA.

A promoção de uma globalização sinocêntrica através do OBOR, entretanto, suscita muitas questões. Como a China financiará a iniciativa? Quais se dará a gestão do plano? Como a fragilidade financeira dos governos locais impactará o desenvolvimento das ações? Como será o processo de gerenciamento de conflitos entre empresas chinesas e tantos países e regiões distintas, com suas legislações específicas e sensibilidades político-culturais? Conseguirá a China promover a internacionalização de suas empresas e expansão de sua economia, como promete, sem entrar em conflito com seus rivais locais (Japão, Índia e Rússia) e globais (particularmente os EUA)?

Falamos anteriormente da dificuldade em orçar um plano de tal envergadura. A simples mudança nas taxas de câmbio já altera significativamente as estimativas, que vão de um a até incríveis 8 trilhões de dólares os próximos dez anos,

dependendo de que agência do governo chinês se pronuncie.

Mas que moeda usar? As dificuldades crescem à medida que o governo chinês parece querer promover os negócios em iuane, diminuindo a necessidade de comprar dólares para viabilizar os negócios. Se o uso do renbmimbi for bem sucedido, isso criará, ao lado do estabelecimento de sua moeda como reserva de valor na mão de estrangeiros, um mercado de iuanes for a do controle do Banco Central chinês, eventualmente conflitando com as suas políticas de controle de capitais. Ademais, como os países envolvidos gerariam divisas em renminbi já que muitos deles hoje têm déficits comerciais com China como é o caso de Bagladexe e Sri Lanka? Se as operações forem em dólar, a panaceia tem sido os três trilhões em reservas em poder do Banco Central chinês, mas lembremos, só uma pequena parcela estaria disponível para tais operações, já que elas servem a outro objetivos de política pública, particularmente a administração da taxa de câmbio e proteção contra ataques especulativos ao renminbi. Recordemos ainda que, em 2016, a China perdeu rapidamente um trilhão em reservas por conta de fuga de capitais, em parte revertida em 2017. Da mesma forma, os países devedores também tem que ter reservas em dólar para fazer frente aos empréstimos.

Outra possibilidades de financiamento envolvem o mercado de capitais e o lançamento de debêntures de infraestrutura, por exemplo. Independente da moeda em que for denominada, o instrumento de dívida deve dar garantias aos seus investidores que os retornos são robustos o suficiente, considerando-se os riscos do investimento em países cujo histórico de crédito é duvidoso. Uma alternativa seria mobilizar recursos de outros países, que irão provavelmente abrir um conjunto de condicionalidades de caráter liberalizante, no sentido de garantir o fluxo de pagamentos futuros dos eventuais credores.

As alternativas disponíveis acarretam riscos para a China, particularmente para o seu atual desenho institucional de política econômica.

Ainda que a China decida financiar o OBOR imprimindo iuanes e baseado em acordos bilaterais, há um outro desafio a ser monitorado: sua dívida subnacional e a fragilidade financeira dali advinda. Como a reação chinesa à crise de 2007/08 foi através da descentralização do investimento em infraestrutura, com crédito farto via governos provinciais, o problema da dívida subnacional se tornou uma grande preocupação do governo central. Isso levou a que, no últimos anos, o governo lançasse um processo de monitoramento e consolidação das dívidas subnacionais – em grande parte oriunda de empresas estatais locais que tomaram emprestado de bancos locais e veículos não bancários – um processo que envolveu privatização de empresas estatais provinciais, *swaps* de dívidas e corte nas despesas públicas. Portanto, há um limite para quanto o governo poderia financiar o OBOR via pura expansão da base monetária.

Do ponto de vista da gestão do programa de investimento pairam muitas dúvidas. O governo fala em gestão descentralizada da OBOR nas províncias, o que é pouco crível, à medida que isso demanda um processo de aprendizado institucional – lidar com outros governos, culturas e instituições – o que vai exigir monitoramento quotidiano por parte dos planejadores de Pequim.

Do ponto de vista militar, será a China capaz de evitar a “Armadilha de Tucídides”, onde a guerra entre uma potência em ascensão e uma em decadência é inevitável? A história mostra que o conflito bélico é a saída mais comum em grande parte dos casos, mas a inventividade de estadistas também já mostrou que o contrário também é possível, talvez não com estadistas da estirpe de Donald Trump, mas certamente com aqueles da estatura de Xi Jinping.

ALESSANDRA
TERRIBILIPOESIA
MULHER

Nas primeiras horas da manhã, a mulher levantou e foi plantar a vida na terra, pra da terra tirá-la, pra da terra sair. Na terra ficou e plantou-se, como flor, como Rosas, Margaridas e Violetas, com espadas, enxadas e canções, ensinando a humanidade a cultivar o futuro que semeou em tempos bons ou ruins, adubado por sangue e suor de mulher, que percorreram seu corpo sem definir seu destino, para extravasar-se e cair no chão, arando por vires melhores. Mulher sabe que o mundo não é agora, o mundo já foi e vai ser, o mundo existe para ser transformado em colheitas de luta e de sonhos. Mulher rompeu amarras, livrou-se das garras e das mãos que seguravam seus pés. Mulher é inconformada, pode mais e vai além. Mulher não vê o que está ali, vê o que pode estar, e cumpre o caminho que há enquanto observa cuidadosa para encontrar em que lado estará o mato fechado a ser desbravado na direção do novo dia verde. Mulher colhe, todos os dias, o que planta desde a aurora da humanidade, conhece quem é, tem olhos cheios de água e de sons. Choram Marias e Clarices, riem-se Chiquinhas, Claras, Clementinas e Alices. Mulher não sabe o que é medo porque não teve tempo de aprender, enquanto ganhava em seu rosto as marcas do tempo que viu, o peso profundo de tudo o que somos, a beleza luminosa de quem vamos ser. Mulher sai do fogo, da água e da mata, mulher amanhece em qualquer madrugada, mulher sempre sabe o que ninguém percebeu. Mulher é a vida que explode em jornadas ingratas, no pó do caminho, na carga inexata da história que vem correndo atrás, para onde ela chama. Não só Amélias e Emílias, são Coras, Adélias, Cecílias espalhando sementes com versos no ar. No fim do dia, a mulher cansada sente o corpo pesar, mas o olhar é do dia que vai começar. São Iaras, Dandaras, Heleniras, Lourdes, Luízas. Despertam prontas para ser o que são, e sem dó: a mulher é a mão que semeia o mundo melhor.

Alessandra Terribili é jornalista, cientista política e assessora sindical. Cantora, compositora e poetisa, publicou dois livros - *Retratos - Algumas mentirinhas a mais e A Estrada e a Poetisa*; e tem um EP gravado (Curto Pavio).



Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br